



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O pastoreio na regeneração rural e prevenção de fogos

Beatriz Madeira Duarte

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadoras:

Arquiteta Patrícia Maria Pontes Serra Mendes Barbas, Professora
Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Arquiteta Ana Margarida Fernandes Marques

outubro, 2024



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

O pastoreio na regeneração rural e prevenção de fogos

Beatriz Madeira Duarte

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadoras:

Arquiteta Patrícia Maria Pontes Serra Mendes Barbas, Professora
Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Arquiteta Ana Margarida Fernandes Marques

outubro, 2024

1º edição de
“ARQUITECTURAS NA MARGEM: O QUE TE FAZ FELIZ?”
O PASTOREIO NA REGENERAÇÃO RURAL E PREVENÇÃO DE FOGOS
Beatriz Duarte

Orientação de Patrícia Barbas e Guida Marques
Apoio de Francisco Freitas

Outubro de 2024

ARQUITECTURAS NA MARGEM

O QUE TE FAZ FELIZ?

1º edição de
“ARQUITECTURAS NA MARGEM: O QUE TE FAZ FELIZ?”
O PASTOREIO NA REGENERAÇÃO RURAL E PREVENÇÃO DE FOGOS
Beatriz Duarte

Orientação de Patrícia Barbas e Guida Marques
Apoio de Francisco Freitas

Outubro de 2024

O PASTOREIO NA REGENERAÇÃO RURAL E PREVENÇÃO DE FOGOS

Beatriz Madeira Duarte

Obrigada professora Patrícia, pela sua dedicação inquestionável, por ser um exemplo enquanto mulher arquitecta e por me permitir desde o segundo ano aprender consigo.

Obrigada Guida, as coincidências da vida uniram-nos, e não podia ter escolhido alguém melhor para me acompanhar. És um exemplo de resiliência e de voz ativa, obrigada por acreditares em mim.

Francisco, obrigada por me fazeres apaixonar pelo meu projeto cada vez que a dúvida se instalava e pelo companheirismo.

Mãe, Pai, Cuca e Julieta, obrigada pelo vosso amor incondicional e por acreditarem nos meus sonhos tanto como eu. É um privilégio ter-vos como apoio e como o maior exemplo a seguir.

Aos meus avós, obrigada por serem quem são, por decidirem quebrar um ciclo e tornar o tema desta tese tão especial para mim.

Sofia, João e Inês, a vocês que foram a minha segunda casa durante estes anos, agradeço-vos tudo e o futuro é nosso amigos.

À Rita que sempre acreditou em mim desde o primeiro dia e a quem só posso agradecer por tudo.

À professora Gabriela, por me ensinar tanto, por me desafiar e me acompanhar durante estes anos.

Inês, Flávio, Bia, Matilde, Diogo, Davi, Cláudia e Irina, a felicidade está na Margem.

Ao NAU e ao Iscte pela confiança, desafios e ensinamentos.

Ao Tiago, por me completar, por acreditar e me acompanhar nestes anos. Sem ti esta viagem não tinha sido a mesma.

A todos, obrigada!

Resumo

O vale do Cabril, tem sofrido diversas tentativas de atravessamento ao longo dos anos, para aproximar as duas margens. Inicialmente através da ponte Romana, em 1610 com a construção da ponte Filipina, depois com a passagem da Estrada Nacional 2 após a construção da barragem do Cabril em 1954, e em 1993 com o Itinerário Complementar 8. Apesar de conectadas de um ponto de vista físico, as duas margens não poderiam ser mais distantes, o que se revela um entrave na gestão de um bem comum – a margem.

Abrangida pelo Plano de Ordenamento de Albufeiras, a margem do Cabril é um território protegido, não edificado e que se tornou num espaço florestal abandonado.¹

1. Por esse motivo, constitui um perigo podendo servir de rastilho para incêndios rurais.

O ensaio e o projeto, pretendem analisar e transformar, a forma como é atualmente feita a gestão do território e de que maneira esta pode ser um elemento agregador para as comunidades que a habitam.

O projeto pretende a criação de um gesto unificador, aplicando o conceito de baldios à margem da albufeira do Cabril, possibilitando um uso deste território dormente. Ao introduzir um rebanho comunitário nos baldios, cria-se uma relação simbiótica, onde a paisagem serve os animais, da mesma forma que estes se tornam agentes ativos na manutenção da mesma e na mitigação dos fogos rurais. Neste contexto, propõe-se uma nova forma de reabilitar a paisagem florestal, substituindo as espécies invasoras por autóctones, de forma a recuperar a biodiversidade deste território e consequentemente, a sua fauna e flora. É desenhado um percurso de transumância ao longo da margem que gera espaços de sombra e água, permitindo o abrigo do rebanho e de outros seres vivos, possibilitando a ligação do humano e não-humano.

Palavras-chave

Baldios, Rio Zêzere, Água, Campo, Paisagem, Arquitetura para animais

Abstract

The Cabril valley has undergone several crossing attempts over the years, to bring the two banks closer together. Initially through the Roman bridge, in 1610 with the construction of the Filipina bridge, then with the passage of National Road 2 after the construction of the Cabril dam in 1954, and in 1993 with Complementary Itinerary 8. Despite being connected from a point of view physical, the two margins could not be further apart, which proves to be an obstacle in the management of a common asset– the margin.

Covered by the Reservoir Management Plan, the Cabril margin is a protected, unbuilt territory that has become an abandoned forest space.

The essay and the project aim to analyze and transform the way in which territory is currently managed and how this can be an aggregating element for the communities that inhabit it.²

2. For this reason, it constitutes a danger and can serve as a trigger for rural fires.

The project proposes the creation of a unifying gesture, applying the concept of common lands to the banks of the Cabril reservoir, enabling the use of this dormant territory. By introducing a community herd on common land, a symbiotic relationship is created, where the landscape serves the animals, in the same way that they become active agents in maintaining it and mitigating rural fires. In this context, a new way of rehabilitating the forest landscape is proposed, replacing invasive species with native ones, in order to recover the biodiversity of this territory and consequently, its fauna and flora. A transhumance path is designed along the bank that creates spaces of shade and water, allowing shelter for the herd and other living beings, enabling the connection between human and non-human.

Keywords

Common's, Rio Zêzere, Water, Countryside, Landscape, Architecture for animals

Abreviaturas

AIGP - Área Integrada de Gestão da Paisagem

AMPG - Arquivo Municipal de Pedrógão Grande

BUPI - Balcão Único do Prédio

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CMPG - Câmara Municipal de Pedrógão Grande

DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

EN2 - Estrada Nacional 2

IC8 - Itinerário Complementar 8

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

JCI - Junta de Colonização Interna

PGF - Plano de Gestão Florestal

POA - Plano de Ordenamento de Albufeiras

ZIF - Zona de Intervenção Florestal

Índice

IX	Agradecimentos
X	Resumo Abstract
XI	Palavras-chave Keywords
XV	Abreviaturas
18	Introdução
22	I. O campo
24	O que é o campo?
26	Retrato do campo - Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno
28	O campo de futuro
38	II. O campo de todos
40	Os Baldios
44	Os Baldios no Cabril
50	Os Baldios e a possibilidade de reordenamento do território
52	III. Do campo - entrevistas
55	Comunidade
64	IV. O desenho do campo
66	Des(ordenação) do campo
72	Corte do campo - proposta
78	V. O Gesto Justo
80	Projeto
120	Reportagem fotográfica – Re(imaginar) o pastoreio
130	Conclusão
134	Maquetes
136	Índice de imagens
140	Referências Bibliográficas

Introdução

Qual é o papel de um Arquiteto(a)?
A que se deve cingir a sua atividade?
Quais os seus direitos e deveres?

Qual é o papel de um Arquitecto(a)?
 A que se deve cingir a sua atividade?
 Quais os seus direitos e deveres?

O Estatuto de Deontologia³, aprovado em 2001 pela Ordem dos Arquitectos, reúne um conjunto de 19 artigos, nos quais são discriminados os direitos e deveres que um arquitecto tem. Dos artigos e princípios escritos, destaco a alínea C do Artigo 3.º, que afirma que o arquitecto deve “assegurar e melhorar a sua competência, para o que deve contribuir e participar em actividades de informação, formação e aperfeiçoamento”. Este artigo traduz a ideia de que a disciplina da arquitectura para ser feita de forma eficaz, quem a pratica deve continuar a investir a sua formação, pois só assim o seu contributo se tornará valioso. A ideia é que o conhecimento que possam adquirir ao longo da vida, é tão ou mais importante que a formação em si, pois só deste modo a arquitectura se pode adaptar às necessidades e valores praticados.⁴ Destaco também o Princípio 2., com o título “Obrigações para com o público”, onde consta que “Os arquitectos têm, na defesa do interesse público, a obrigação de respeitar o espírito e a letra das leis que regem as suas actividades profissionais, e de se preocuparem profundamente com as consequências sociais e ambientais da sua atividade profissional.”. Em suma é sua obrigação ir mais além do que o desenho e a construção de um edifício e exercer o papel de agente de transformação, possuindo uma formação abrangente e que o permitiu contagiar-se pelas mais diversas áreas que o rodeiam. Estas sensibilidades são indispensáveis no planeamento do território. É ainda importante reverter o papel político e social dos arquitectos, retomar o “lugar de reflexão, de pensamento e de consciência” devido à sua extrema importância na sociedade.⁵ Posto isto, Guida Marques defende que os arquitectos têm de estar no território e dispostos a auxiliar na resolução do mesmo, ajudando os municípios e trabalhando com entidades públicas, contribuindo com a disseminação da arquitectura de planeamento.⁶ A consciência de que a arquitetura é uma prática que afeta o meio, no sentido de quem o habita e o próprio meio em si. Um exemplo do papel social está presente no livro “Pedrógão Grande: O direito à arquitetura pós incêndio”, no qual está registado o processo pós-traumático onde “a arquitetura é muito mais importante no processo de reabilitação das vidas das pessoas” é uma “forma de ultrapassar o trauma e (...) se projetarem no futuro e começarem a pensar que podem ter mais conforto e qualidade dentro das suas casas”⁷. Em termos de afetar o próprio meio, numa assembleia de pensamento do Fertile Futures, debateu-se “o impacto negativo da arquitetura na produção de CO2 e na extração de minerais e recursos para a indústria da construção (...) sugerindo que urge pensar a arquitetura na perspetiva da sua desconstrução.”⁸ Foram ainda abordadas ideias de reuso e reaproveitamento, que podem marcar novas soluções para a construção do futuro. Estas são de elevada relevância, visto que no contexto atual, caminhamos contra uma parede, os recursos não são infinitos como nos ensinaram, a terra está a ceder. Vivemos na era do “feel of not feel”⁹, a era em que estar não significa presenciar.

3. Ordem dos Arquitectos. (2001). Estatuto e Deontologia. Ordem dos Arquitectos. <https://arquitectos.pt/documentos/1219079694A7bD-Q1rv7Mr86QB5.pdf>

4. Correia, L. (2021). *Contra-Arquitectura. Livro verde*. Efabula. Página 15.

“Os arquitectos têm, na defesa do interesse público, a obrigação de respeitar o espírito e a letra das leis que regem as suas actividades profissionais, e de se preocuparem profundamente com as consequências sociais e ambientais da sua atividade profissional.”

5. Domingues, A., Salgueiro, A., Tostões, A., Carapinha, A., Atelier, C., Studio, D. S., Monteiro, E., Castanheira, E., Ferreira, F., Marques, G., Atelier, I., Porteiro, J. M., Fernandes, J. P. M., Astorri, L., Waco, M., Verzier, M. O., Pedrêz., Gadanho, P., Alonso, P. I., Atelier, P., Transcribers, S. (2023). *Fertile Futures. Volume II*. Architectural Affairs. Página 286.

6. *Idem*. Página 285.

7. Ateliernob, Trabalhar com os 99%. (2022). *Pedrógão Grande: O Direito à Arquitetura pós incêndio*. Livraria Tigre de Papel. Página 177.

8. Domingues, A., Salgueiro, A., Tostões, A., Carapinha, A., Atelier, C., Studio, D. S., Monteiro, E., Castanheira, E., Ferreira, F., Marques, G., Atelier, I., Porteiro, J. M., Fernandes, J. P. M., Astorri, L., Waco, M., Verzier, M. O., Pedrêz., Gadanho, P., Alonso, P. I., Atelier, P., Transcribers, S. (2023). *Fertile Futures. Volume I*. Architectural Affairs. Página 294.

9. Morton, T. (2021). *All Art is Ecological*. Penguin Books.

Timothy Morton em “And you may find yourself living in na age of mass extinction”, remete-nos para a possibilidade de estarmos a presenciar inconscientemente uma era de extinção em massa. O título, é ainda acusador face à incapacidade de reconhecer o problema e consequentemente nada ser feito para o resolver. É como se as coisas estivessem a acontecer à nossa volta e fôssemos apenas espectadores, quando podemos alterar o rumo da ação.

Nesse sentido, o Artigo 66.o da Constituição determina que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”¹⁰, que reitera a responsabilidade social e ambiental de todas as práticas e praticantes. A reavaliação dos valores tem de existir, para dar início ao período pós-Antropoceno, e utilizar a arquitetura como meio de contaminação. No “Livro Verde”, Lucinda Correia introduz a “Contra-Arquitectura, uma arquitetura adaptativa “aos novos modos de orientar a construção e a urbanidade a partir da compreensão do impacto que a Arquitetura tem no meio ambiente”¹¹. Esta arquitetura propõe uma mudança do paradigma, alterando o foco do antropocentrismo para o ecocentrismo, “consciente de que a ecologia humana nunca será independente da ecologia do planeta”.¹² Na mesma linha de pensamento, Morton confirma que “You don’t have to be ecological. Because you are ecological”¹³, sugerindo assim que o humano pertence ao ecossistema e que a sua sustentabilidade advém da sua própria existência.

É importante questionar, é necessário reparar e mudar se assim for necessário. A presença de arquitectos na política vai além da possibilidade, é sim um contributo necessário no planeamento de um futuro pós-Antropoceno, um futuro onde se reavalie valores e onde a monopolítica capitalista ou monocultura capitalista tenha um fim. O futuro é incerto se nada mudarmos. É necessário cuidar do sistema no qual somos parte integrante, é preciso proteger a água, abandonar a cultura de extrativismo, o pensamento arquitetónico não se pode cingir ao humano. O futuro tem de ser multiespécie.¹⁴

Perante esta reflexão sobre a arquitectura e o papel do arquitecto, o objetivo deste ensaio procura responder a um conjunto de questões tais como, o que é o campo, e o que pode vir a significar no futuro? Poderão os baldios diminuir o risco de incêndios, e ordenar o território? Como se propõe paisagem? Como se desenha o campo? A missão do arquitecto no campo deve ser distinta da cidade? O projeto será reflexo das conclusões tiradas, pretende seguir o manifesto do Atelier Na Margem, propondo uma reabilitação da paisagem florestal e aplicando a política dos baldios à margem, com o propósito de reordenamento da mesma.

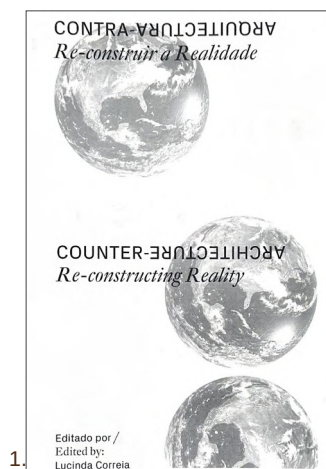
10. Constituição da República Portuguesa[CRP], 1976, art. 66. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

11. Correia, L. (2021). *Contra-Arquitectura. Livro verde*. Efabula. Página 11.

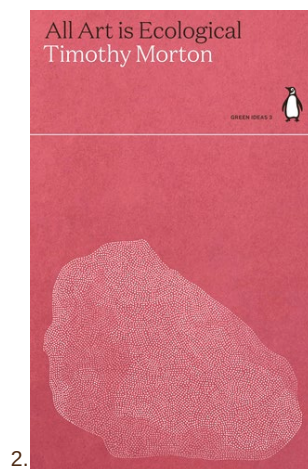
12. *Idem*. Página 15.

13. Morton, T. (2021). *All Art is Ecological*. Penguin Books. Página 49.

14. Cantera, A. L., Núñez, A., Wong, A. M., Thomley, L., Horne, L., Velarde, M., Chappuis, M. J., Piderit G, M. F., Ptqk, M., Marques, N., Méndez, P., Scheinkopf, P., Coelho, S. L., Junior, W. M. O., & Castro, A. (2023). *Futuros Multiespécie. Práticas Vinculantes para un planeta em emergência*. Stockholm University.



1.



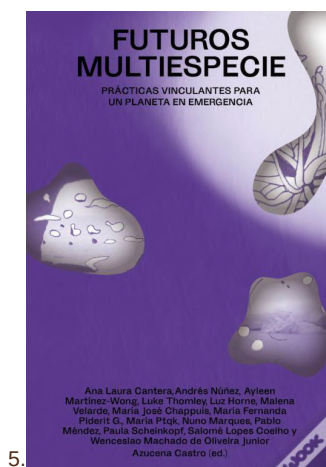
2.



3.



4.



5.



6.

Figura 1. Capa do livro “Contra-Arquitectura”.

Figura 2. Capa do livro “All Art is Ecological”.

Figura 3. Capa do livro “Fertile Futures I”.

Figura 4. Capa do livro “Fertile Futures II”.

Figura 5. Capa do livro “Futuros Multiespecie”.

Figura 6. Capa do livro “Pedrógão Grande: O direito à Arquitetura pós-incêndio”.

I. O campo





Figura 7. Regresso a Casa, 1978.
Fonte: AMPG.

AGRITECTURE

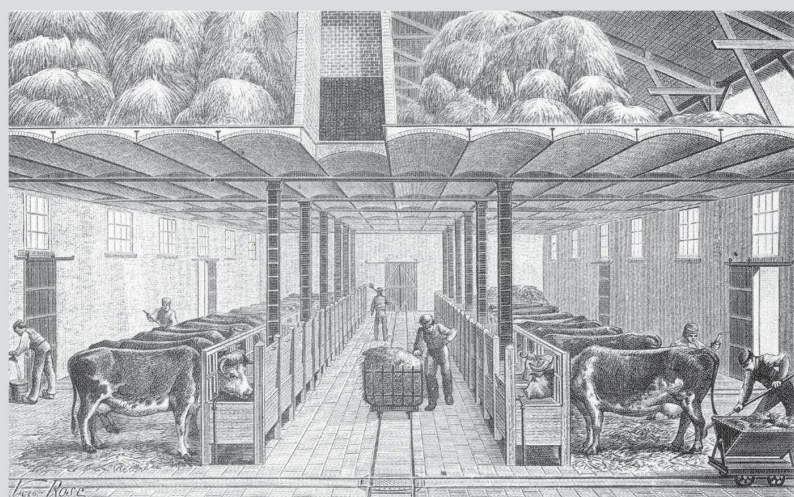
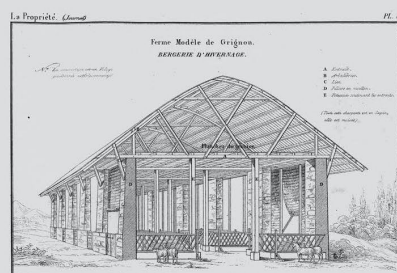
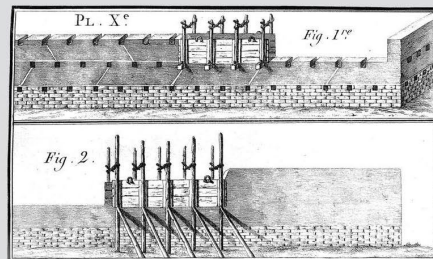
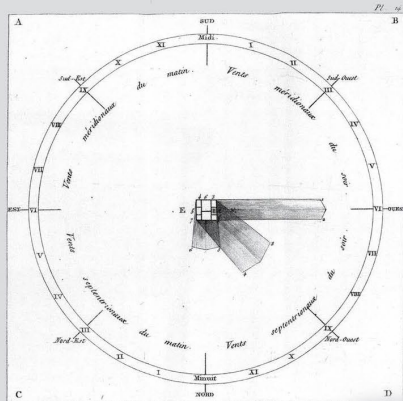


Figura 8. “Agritecture” de Sébastien Marot. 2019.

O que é o campo e o que o define?

É o oposto da cidade ou o complementar?

Quem o habita? Serão os mesmos habitantes de há 70 anos?

“CAMPO, s. m. Terreno de sementeira. P. ext. Qualquer terreno em que não há povoado importante.”¹⁵

A definição presente no dicionário de 1978, remete-nos para um campo caracterizado por atividades agrícolas, um local onde a população não se fixa, e os que existem estarão dispersos. Os dicionários atuais, mantêm a definição de campo, porém a forma como o definimos não é a mesma. O campo é visto como um espaço de produção e extração, onde se obtêm recursos, quer sejam estes agrícolas, ou “naturais”, visto ser o local onde a natureza “permanece” menos alterada. Mas enquanto as cidades cresciam e havia investimento nas suas infraestruturas, no campo a realidade era oposta, e perante a disparidade entre as duas realidades houve uma necessidade de procura, e deu-se o êxodo rural. Estas zonas que outrora eram funcionais e que tinham prosperado, tornaram-se áreas desagregadas, desabitadas, disfuncionais e abandonadas.

As características que definem o campo e a forma como este evoluiu são questões transversais a outros países e regiões. O arquitecto Rem Koolhaas desenvolveu o projeto “Countryside a report”¹⁶, que consistiu numa viagem com o objetivo de perceber as diferentes transformações do espaço não urbano. O livro contém várias e possíveis descrições do que é o campo, que se ajustam de uma forma característica consoante o local que Koolhaas visita. O projeto acabou por ser adaptado a uma exposição “Countryside, The Future”, que esteve exposta no museu Guggenheim, em 2020. O título do livro e da exposição apresentam diferenças, sendo que o livro acaba por ser um diário da experiência com os diferentes casos de estudo e a exposição é o culminar da investigação, que neste caso, é sugestiva de uma visão do campo como um espaço com um papel promissor no nosso futuro.

À semelhança do arquitecto holandês, Sébastien Marot explora em “Taking the countryside”¹⁷ o início da relação urbano-rural, as linhas ténues que iniciaram a sua divergência e o cenário futuro de reaproximação das mesmas. Com o recurso ao paralelismo da história da evolução da arquitectura e da agricultura, desde o Neolítico, Marot esboça a história do crescimento das cidades, defendendo que o futuro passa por uma reaproximação urgente das duas artes.

*“Architecture is, after Agriculture, the first and most useful of arts.” Toussaint, 1811.*¹⁸

*“Architecture has always been treated in isolation; Agriculture has been explained separately. This is a mistake: those two arts won’t progress unless one fuses their principles in the same spiritual melting-pot; a new science that emerges, which I, with good reason, name Agritecture.”*¹⁹

Os dois arquitectos defendem uma mudança no pensamento face à realidade rural, veem uma possibilidade nestes territórios de combater os problemas que vivemos na atualidade, como a sobre exploração dos “recursos”, as alterações climáticas e também a falta de habitação. A reestruturação do campo pode representar uma possibilidade de reparação, saúde, principalmente mental, e novos estilos de vida.

15. Sem autor. (1978). *Novo dicionário ilustrado Luso-brasileiro*. Lello e Irmão.

16. Koolhaas, R. (2020). *Countryside, A report*. Taschen.

17. Marot, S. (2019). *Taking the Country’s Side. Agriculture and Architecture*. Polígrafa.

18. *Idem*. Página 33.

19. *Idem*. Página 34.

“Architecture is, after Agriculture, the first and most useful of arts.”

20. Keil, A. (1907). *Tojos e Rosmaninhos*. A Editora.

21. A existência de cabras selvagens ou da montanha naquela época, representa uma possibilidade que justifica a toponímia do local aos dias de hoje, o Cabril.



Figura 9. Capa de “Tojos e Rosmaninhos” de Alfredo Keil, 1907.
Fonte: Biblioteca Nacional.

22. Mata, A., Gomes, A. A., Menéres, A., Freitas, A. P., Araújo, A., Martins, A. P., Dias, C. C., Castro, C., Távora, F., Torres, F., Amaral, F. K., Dias, F. S., George, F., Malato, J. J., Lobo, J. H., Pereira, N. T., Filgueiras, O. L., Pimentel, R. (1961). *Arquitetura Popular em Portugal*. Associação dos Arquitetos Portugueses. Página 75.

23. O plano de Fomento Agrário foi uma das medidas implementadas pelo Estado Novo, nos anos 50 e 60, para modernizar os métodos agrícolas, aumentar a qualidade da produção agrícola e assim contribuir para uma melhoria da economia.

24. Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1957). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho de Pedrógão Grande*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

25. As nitreiras eram locais onde se colocava o esterco dos animais e o substrato proveniente da limpeza dos currais. Após a sua decomposição e extração do nitrato, o material orgânico era usado como adubo.

Em *Tojos e Rosmaninhos*²⁰, Alfredo Keil retrata através das suas composições e pinturas, a sua viagem pela serra, em 1907, que teve início e fim em Tomar. Durante a viagem, o autor português percorreu o vale do Zêzere e fez paragem em Pedrógão Pequeno. Através da seleção de algumas pinturas é possível entender de que forma se caracterizava o vale. A primeira pintura apresentada “Penedias por onde as cabras vão trepando”, ilustra um jovem a pastorear um rebanho de cabras numa paisagem caracterizada pelos penedos de granito, elementos marcantes da topografia do vale do Zêzere. Na segunda pintura “O Zêzere formoso”, o rio é representado envolvido pelo vale muito rochoso e com pouca vegetação. São ainda representadas algumas cabras nos rochedos, e não existindo a figura de um pastor, podemos presumir que se trata de um rebanho de cabras selvagens.²¹ A terceira pintura “Em Pedrogam Pequeno” ilustra uma parte da povoação, num possível dia de romaria, onde os homens se encontram a tocar instrumentos musicais, as crianças ouvem, são seguidos das mulheres e ainda carros e juntas de bois. A existência de bois, estava relacionada com as práticas agrícolas. Esta pintura tem representado algumas construções, duas casas e umas alminhas. Uma das casas apresenta uma varanda, que é uma construção típica de Pedrógão Pequeno, sendo utilizadas à época para a secagem de alimentos²². As alminhas são um símbolo da religião, um elemento que é possível encontrar com facilidade até aos dias de hoje. A quarta pintura “Pastoras no outeiro” é novamente um retrato do pastoreio, neste caso feito por duas meninas, o que nos indica que esta atividade era maioritariamente feita por jovens, independentemente do género, e que os rebanhos existentes nestas zonas eram mistos, de cabras e ovelhas. Por fim, o próprio título do livro é sugestivo e caracterizante da flora existente na “paisagem serrana”, tendo em predominância a existência de tojos e rosmaninhos, duas espécies que permanecem até aos dias de hoje. Em contraste com a visão romântica de Alfredo Keil, sobre o vale do Zêzere, foram produzidos a nível nacional os Inquéritos Agrícolas e Florestais, que compunham o Plano de Fomento Agrário²³. Estes relatórios expunham as forças e debilidades de cada concelho, a rentabilidade, os recursos e a maquinaria, de forma a avaliar as realidades e discrepâncias existentes no território nacional. Entre 1954 e 1958, foram publicados os Inquéritos do distrito de Leiria. O volume do concelho de Pedrógão Grande é publicado em 1957²⁴. Um dos problemas destacados neste concelho é a sobre-exploração da floresta. Apesar do concelho possuir uma grande área florestal, procura responder à elevada procura de madeira, dos mercados nacionais. Este relato da cultura de extrativismo florestal é um problema que está latente até aos dias de hoje, sendo a indústria madeireira a principal, cujo produto reverte para a indústria da celulose. No inquérito há menção da atividade de resinagem e destacam a sua implementação, visto que reduz o corte de árvores e preserva a mancha florestal, de forma indireta. Em 1957 a principal exploração florestal era o pinheiro-bravo, enquanto atualmente é o eucalipto. A nível dos animais, o inquérito reporta má higiene do gado, maioritariamente porcos, cabras e ovelhas, em currais sem fossas e por isso reforçam a necessidade de criação de nitreiras.²⁵ Existe falta de gado, pelo que a carência de estrume como fertilizante agrícola, empobrece a exploração da mesma.



10.

Figura 10. Pintura de Alfredo Keil "Penedias por onde as cabras vão trepando...", "Tojos e Rosmaninhos", 1907.

Fonte: Biblioteca Nacional.

Figuras 11|12|13. Pinturas de Alfredo Keil, "Tojos e Rosmaninhos", 1907.

Fonte: Biblioteca Nacional.



11.



12.



13.

Entre 1953 e 1958 foram publicados os Inquéritos do distrito de Castelo Branco. O volume do Inquérito ao concelho da Sertã, é publicado em 1958, onde se encontram os registos de Pedrógão Pequeno²⁶. A nível de problemática, esta revela-se semelhante à de Pedrógão Grande, o que corrobora a ligação entre os locais, devido à proximidade geográfica, embora em lados opostos do vale. Existe falta de estábulos para alojar os animais, que são mantidos nas lojas térreas nos centros das vilas. Esta prática de manter o gado nas lojas térreas, servia para o aquecimento do piso superior da casa, que era habitado e também facilitava a vigilância dos animais. É mencionado o problema de dispersão de propriedade²⁷ e de elevado parcelamento do território, como um obstáculo à gestão dos mesmos. É referido o atraso mecânico, nas técnicas agrícolas que são um indicador de insularidade e isolamento.

26. Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1958). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho da Sertã*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

27. O elevado parcelamento de território está relacionado com o regime de minifúndio. A população era pobre e possuía pequenas porções de terreno, que serviam para uma prática de agricultura de subsistência.

No futuro, a visão do campo como um espaço meramente agrícola e florestal não será real. Trata-se aos dias de hoje, de um vasto território expectante, que se tem vindo a adaptar às diversas mudanças a que foi sujeito e que pode representar um processo de reparação do ecossistema, do humano, da relação humano com não-humano e da paisagem. Para que o campo funcione, é preciso que este seja habitado.

As cidades e zonas com elevada densidade populacional, têm cada vez mais fragilidades e existe uma procura por melhores condições de vida. Assim, o êxodo urbano representa uma solução para a densificação do campo, podendo responder à crise de sobrelotação das cidades. O campo do futuro, será habitado por pessoas que não são do campo.

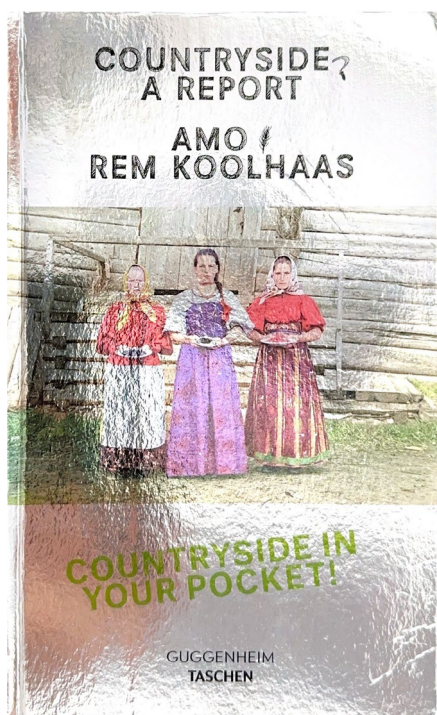
“Almost no one I talked to came from the countryside. They all escaped big cities, universities, jobs to use the most remote countryside as a platform to question the predominant, late-capitalist, urban way of life”²⁸ – Rem Koolhaas sobre a sua visita à vila de Tarnac.

28. Koolhaas, R. (2020). *Countryside, A report*. Taschen. Página 50.

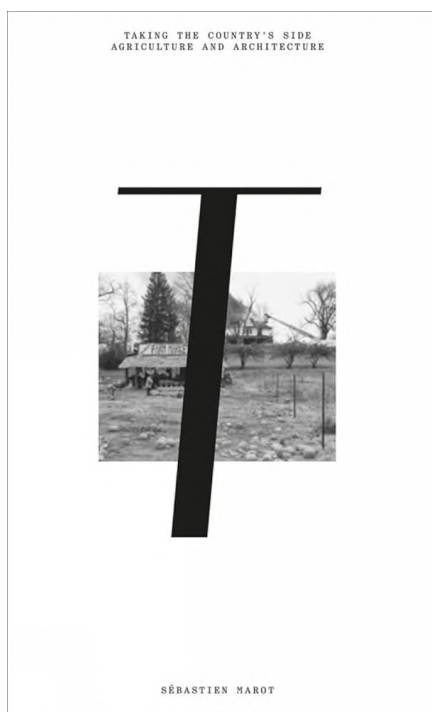
Durante muitos anos as cidades foram símbolo de avanço tecnológico, de pensamento, de ostentação, eram locais de vanguarda. Perante um cenário de possível finitude de condições para a subsistência de um ser vivo, é importante repensar a forma como vivemos e como nos chega, aquilo que é essencial à nossa vida. O campo do futuro, passa por deixar de ser apresentado como uma dicotomia da cidade, será um local onde as duas realidades se aproximam e que precisa de planeamento, para que possa constituir uma solução.

29. *Idem*. Página 51.

“What is the countryside? (...) it’s an area full – an area that is hard to control,



14.



15.

Figura 14. Capa do livro "Countryside a Report".

Figura 15. Capa do livro "Taking the country's side".

***of mountains, meadows, deserts and savannahs
and therefore a space of liberty and experimentation***²⁹



A fotografia retrata um pastor, com um rebanho de ovelhas, a passar no largo da Devesa, que se localiza na vila de Pedrógão Grande.

Figura 16. "Lembrando Velhos Tempos", 1980.

Fonte: AMPG.



Figura 17. Recriação da fotografia anterior, no largo da Devesa, 2024.



Figuras 18|19|20. "Vida Rural".
Fonte: AMPG.

As fotografias apesar de não se encontrarem datadas, permitem reconhecer a existência de gado, em habitações na vila de Pedrógão Grande.





Figuras 21|22. Ruína abandonada à entrada da vila de Pedrógão Grande, 2024.



A ruína tem lojas no piso inferior, por debaixo das escadas, onde se encontram vestígios do que outrora foi um curral.



Figuras 23|24. Rebanho de ovelhas a pastorear num olival privado, 2024.



Estas fotografías demonstram que a existência de gado na vila, ainda é uma realidade, porém em vez de estarem localizados no centro da mesma, encontram-se em terrenos agrícolas na periferia.

II. O campo de todos





Figura 25. Rio de Onor, a boiada
regressando da pastagem. JCI.
Fonte: DGADR.

30. Interna, J. C. (1935). *Reconhecimento dos Baldios do Continente. Vol. I.* Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

31. Skulska, I., Pacheco, R., Colaço, M. C., Sequeira, A. C., Rego, F. C., Acácio, V. (2023). *Gestão das áreas florestais comunitárias/baldios em Portugal.*

32. O regime de latifúndio é quando uma grande quantidade de terrenos é detida pelo mesmo proprietário. Oposto de minifúndio.

33. Rodrigues, M. (1987). *Os baldios.* Caminho.

34. *Idem.*

35. Skulska, I., Montiel-Molina, C., Germano, A., Rego, F. C. (2021). *Evolution of Portuguese community forests and their governance based on new institutional economics.*



Figura 26. Cartaz de propaganda do Estado Novo "Português! Aproveita todo o teu terreno!", 1942. Fonte: Biblioteca Nacional.

36. Em Portugal, os baldios não podem ser vendidos. É uma característica única, face à lei da propriedade comunitária na Europa.

Existiram tempos em que uma parte do campo era de todos e para todos. Quero com isto dizer, que todos o podiam usar, o dono do campo era a comunidade e tudo o que lá se produzia pertencia a ela. A este conceito de partilha, de união, e de gestão comum dá-se o nome de baldios.

A existência baldia remete à antiguidade e vai além do panorama nacional, tendo sido uma realidade que atravessou todo o mundo. A palavra baldio tem origem árabe, baladi cujo significado é inútil ou de pouca importância.³⁰ Em inglês o nome dado são "commons", de origem semântica na palavra comunidade. Os baldios são potenciadores da economia local e do sentido comunitário e foram um dos maiores fatores de subsistência para as comunidades rurais.³¹

Em termos de simbolismo, representam a força do povo, a resiliência à usurpação de terreno, uma forma de combater o regime de latifúndio³², uma verdadeira resposta à gestão florestal.

Ao longo dos anos foram surgindo vários significados para a palavra baldios, Manuel Rodrigues diferencia-os em três tipos, no livro "Os baldios"³³. O primeiro tipo caracteriza-se por um terreno que tem uso comum e pertença a todos; o segundo intitula-se de maninhos, e são terrenos não cultivados e que são alugados ou emprestados a segundos; por fim existem os baldios do concelho, que como o nome indica estão sob gestão administrativa do concelho.

Os baldios representam uma oportunidade para que todas as pessoas que pertençam à comunidade, possam usufruir do espaço e da matéria - as árvores, a madeira, a resina, os pinhões, as plantas de cultivo, o mel, a água, os animais, o campo – os baldios eram o logradouro do povo³⁴. Alguns chegavam a ter fornos comunitários, onde era produzido o pão. A componente social era marcada pela partilha de recursos e ainda pelo pastoreio rotativo, visto que o rebanho sendo comunitário ou o conjunto de animais dos compartes, era pastoreado de forma partilhada, nos diferentes períodos. Os animais contribuíam para a manuten-

ção, fertilização e limpeza dos terrenos, alimentando-se da vegetação espontânea. Constituíam uma fonte de alimento, contribuíam para a economia local, através da venda da carne, do leite e seus derivados e a lã. Atualmente em Portugal, a propriedade florestal está dividida em três tipos, a pública, a privada e a comunitária, sendo que maior parcela é privada, representando aproximadamente 80% da floresta. Estima-se que a propriedade florestal comunitária, os baldios, tenham uma representação entre 13 e 15% da área da floresta nacional.³⁵ A existência de propriedades comunitárias está associada à existência do homem. Apesar das alterações que sofreram ao longo dos anos, elas são as únicas que perduram. É o tipo de propriedade mais resiliente, porque não pode ser vendida³⁶, pertence à população e assim terá de se manter. Durante o período do Estado Novo, e face à realidade de instabilidade política que se fazia sentir no continente euro-

peu, surgiu o interesse de investir na floresta, e é criado o regime florestal em Portugal. Este regime tinha surgido em França no século XIX, idealizado pelos engenheiros, tinha o objetivo de aumentar a produtividade da floresta, para obter receita através da venda dos produtos e assim colmatar as dificuldades económicas criadas pela guerra. Outros países aderiram ao regime, visto que partilhavam as mesmas dificuldades, tais como a Alemanha, Itália e Espanha.

LOCALIZAÇÃO DOS BALDIOS RESERVADOS PROVISORIAMENTE

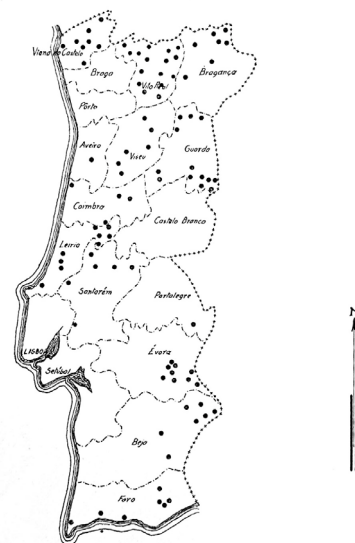


Figura 27. Mapa da localização dos baldios reservados provisoriamente, 1935, JCI.

Fonte: DGADR.

O processo de instalação do regime florestal foi muito semelhante nestes países, sendo que o primeiro passo para o investimento na floresta foi a seleção dos terrenos onde o regime florestal seria implementado. Os terrenos que eram privados, manter-se iam privados, mas os terrenos comunitários - os baldios - seriam expropriados e revertiam para o estado. Esta decisão revelou-se num retrocesso face às características da propriedade comunitária e resultou numa revolta do povo, que não aceitou a decisão que havia sido tomada, tendo o processo do reconhecimento dos baldios sido marcado por manifestações e violência. Um retrato desta revolta é descrito por Aquilino Ribeiro no livro “Quando os Lobos Uivam”³⁷, publicado em 1959, que trata a realidade de uma comunidade serrana no final dos anos 40, cujos terrenos baldios foram expropriados. O processo de reconhecimento e a reserva provisória dos baldios do território continental, tinham como objetivo contabilizar e mapear o inventário de baldios em Portugal. Os órgãos administrativos dos diversos concelhos e municípios iniciaram o inventário de baldios, que depois seria reportado e registado pela JCI. Os baldios eram caracterizados segundo as aptidões florestais, agrícolas e sociais. Nos que tinham aptidão florestal³⁸, eram plantados pinheiros que seguiam o plano de reflorestação nacional e os que tinham aptidão agrícola, eram possíveis locais onde o Estado iria implementar Colónias Agrícolas. Estas, eram novamente promovidas pela JCI e tinham como objetivo densificar o território nacional, através da fixação de pequenos agricultores³⁹, como forma de aumentar a produtividade agrícola e também combater o regime de latifúndio. A construção das colónias durou até 1960, tendo sido construídas sete colónias agrícolas, em Portugal continental.

Após a queda do fascismo e da ditadura em Portugal, iniciou-se o processo de devolução dos terrenos às comunidades. Foi um processo marcado por incertezas, pouca exatidão, devido à falta de registos, e muito demorado.

Apesar de tudo, o projeto da implementação do regime florestal, representou benefícios significativos no desenvolvimento de Portugal, através da construção de vias de comunicação rodoviárias para criar acessos a zonas florestais e também a criação de rede telefónica em diversos locais. Estas contribuições permitiram que os mais diversos locais deixassem de se apresentar tão alienados e isolados, permitindo assim a chegada de mais pessoas para trabalhar nos novos postos de trabalho, assim como permitir que os locais pudessem procurar novas oportunidades que antes não o poderiam fazer devido a inexistência de estradas.

37. O livro começa com várias dedicatórias ao autor, sendo a primeira de António Oliveira Salazar “É um inimigo do regime. Dir-lhe-á mal de mim, mas não importa: é um grande escritor.”

38. Foram reconhecidos baldios com aproveitamento florestal com uma área de 500.000.00 hectares, porém o plano apenas avançou em 351.937.66 hectares, devido aos elevados custos na construção de infraestruturas de apoio à implementação do regime florestal. Skulska, I., Pacheco, R., Colaço, M. C., Sequeira, A. C., Rego, F. C., Acácio, V. (2023). *Gestão das áreas florestais comunitárias/baldios em Portugal*.

39. Guerreiro, F. (2022) *Colónias Agrícolas*. Dafne Editora.

**“Façam a vossa floresta noutro lado, fora do baldio!
Aqui não entra governo nenhum!”**

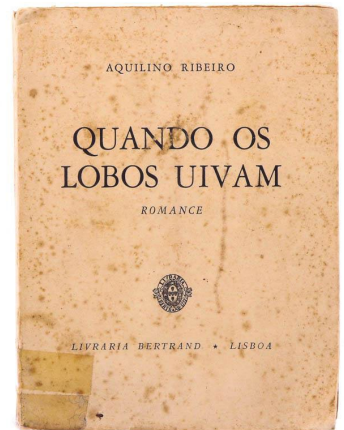


Figura 28. Capa da 1ª edição do livro “Quando os lobos uivam”, de Aquilino Ribeiro, 1958.
Fonte: Bertrand.



Figuras 29|30|31. Frames da série “Quando os lobos uivam”, adaptada por Francisco Moita Flores, 2006.
Fonte: RTP

O livro de Aquilino Ribeiro, e a série resultante da sua adaptação, retratam a luta pelo direito do povo, aos baldios. A revolta perante algo que sempre lhes pertencera, foi marcada por momentos de violência entre as comunidades e os representantes do governo. As imagens escolhidas são exemplo da resiliência da comunidade da serrana.

40. Grande, C. M. P. (1938). *Inventário de baldios de Pedrógão Grande*. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande, Leiria, Portugal.

41. A freguesia de Castanheira de Pêra, pertenceu ao concelho de Pedrógão Grande até ao ano de 1914, por essa razão, alguns baldios eram partilhados e aos dias de hoje encontram-se apenas registados no nome da antiga freguesia outrora pertencente ao concelho.

42. Interna, J. C. (1941). *Reconhecimento dos Baldios do Continente*. Vol. III. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Em 1938, o Inventário de baldios de Pedrógão Grande⁴⁰ reportava que o concelho tinha trinta baldios, de gestão municipal.⁴¹

Em 1941, de acordo com o Plano Geral de Aproveitamento de Baldios Reservados⁴², no distrito de Castelo Branco, concelho da Sertã e freguesia de Pedrógão Pequeno, havia registado apenas um terreno baldio, cujo aproveitamento era unicamente florestal. No distrito de Leiria, concelho e freguesia de Pedrógão Grande, existe o registo de vinte e seis baldios, embora nenhum tenha sido registado como possível aproveitamento agrícola.

Em 1942, a JCI publica um estudo⁴³ relativamente aos baldios que não tinham sido incluídos no aproveitamento florestal, nem previamente reservados⁴⁴, contudo esta análise cinge-se apenas a alguns distritos. A partir deste estudo e mapeamento, é possível perceber que existiam terrenos baldios na margem do rio Zêzere. O distrito de Leiria, onde se enquadra o concelho e a freguesia de Pedrógão Grande, foi um dos distritos estudados⁴⁵. Neste estudo, estavam registados quinze baldios municipais, cuja distribuição se pode observar na figura 34. Muitos destes baldios eram incultos, servindo apenas o mato para a cama dos animais, outros usados para pastoreio, como era o caso dos baldios de Cabeça de Lapão e do Cabeço do Monte de Areia. Os terrenos baldios existentes na margem do rio Zêzere eram os baldios do Cabril e do Cabeço da Cotovia. A toponímia do local, “o Cabril, sítio de cabras”⁴⁶, é elucidativa em relação à ocupação do território por parte de cabras, quer sejam selvagens ou domesticadas pela prática do pastoreio.

Em 1954, no ano em que foi inaugurada a Barragem do Cabril, a JCI realizou um novo levantamento dos baldios de Portugal continental⁴⁷. A freguesia de Pedrógão Grande manteve o número de dezasseis baldios, doze anos após o último levantamento, sob o regime total de aproveitamento florestal. Já Pedrógão Pequeno, registou um aumento para nove terrenos baldios, com aproveitamento florestal e social⁴⁸, o que representou um enorme valor para a freguesia. Neste relatório está anotado, que parte dos “baldios ficam submersos pela barragem do Cabril”, o que indica que existiam terrenos baldios na margem do rio Zêzere à semelhança da freguesia vizinha.

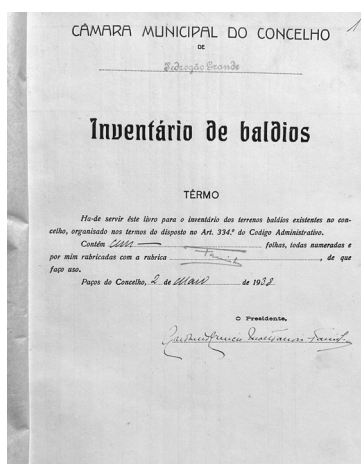


Figura 32. Inventário de baldios de Pedrógão Grande, 1938.
Fonte: AMPG



Figura 33. Capa do “Estudo dos baldios não incluídos no plano de aproveitamento florestal de Leiria”, 1942, JCI.
Fonte: DGADR.

43. Interna, J. C. (1942). *Estudo dos baldios não incluídos no plano de aproveitamento florestal nem reservados. Distrito de Leiria*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

44. Baldios que se encontravam identificados pela JCI, em 1941, mas cujo aproveitamento não era florestal e por esse motivo, não teriam sido reservados.

45. O distrito de Castelo Branco, ao qual pertence o concelho da Sertã e a freguesia de Pedrógão Pequeno, não foi um dos distritos estudados pela Junta de Colonização Interna.

46. Neves, R. P. (1935). *Pedrógão Grande (Estância de Cura e Turismo)*. Casa de Pedrógão Grande. Página 18.

47. Interna, J. C. (1954). *Baldios de Portugal Continental*. Arquivo DGA-DR, Lisboa, Portugal.

48. Os baldios podiam ter diferentes aproveitamentos. Baldios de aproveitamento agrícola estavam aptos para a prática de agricultura. Os de aproveitamento florestal, são terrenos cuja única função é a plantação de árvores, geralmente são terrenos inclinados e muito rochosos que não puderam ser aproveitados para exploração agrícola. Os baldios de aproveitamento social, representavam logradouros ou espaços de reunião, sendo identificados como áreas paroquiais.

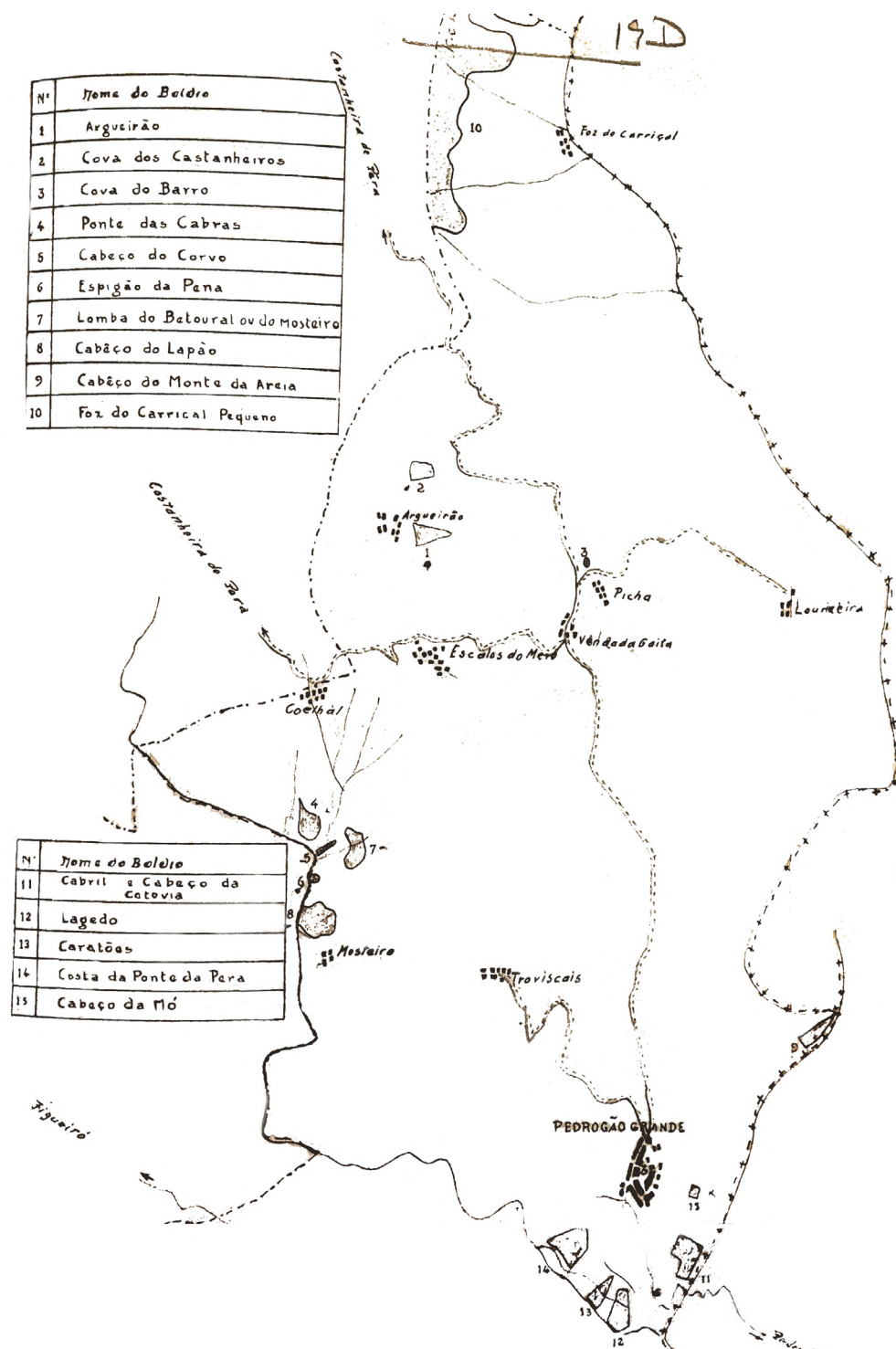


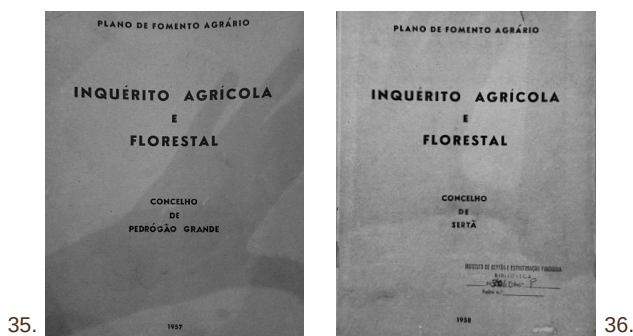
Figura 34. Mapa dos baldios de Pedrógão Grande, 1942, JCI. Fonte: DGADR.

Figura 35. Capa do “Inquérito Agrícola e Florestal”, de Pedrógão Grande, 1957.

Fonte: DGADR

Figura 36. Capa do “Inquérito Agrícola e Florestal”, da Sertã, 1958.

Fonte: DGADR



49. Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1957). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho de Pedrógão Grande*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

50. Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1958). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho da Sertã*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

51. No inquérito não é claro, se a existência dos baldios com aptidão social é pré-existente à pedreira.

52. Aos dias de hoje, o valor do rendimento anual de Pedrógão Pequeno convertido para euros, é 87,78€.

Em 1957⁴⁹ e 1958⁵⁰, foram realizados os Inquéritos Agrícolas e Florestais, que integravam o Plano de Fomento Agrário, nos quais era realizado uma análise e caracterização, a nível dos concelhos sobre a agricultura, a gestão florestal, os rendimentos obtidos, os terrenos baldios e ainda os problemas registados em cada um. Os baldios de Pedrógão Grande, apresentavam uma área de 77,5 hectares, que produziam rendimento para a comunidade, nestas datas, com a venda de madeira, lenha e resina. Estavam sobre a gestão da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, e o plano de arborização estava a ser desenvolvido pelos mesmos para uma plantação futura, de acordo com o inquérito. Apesar de identificarem a extensão dos terrenos baldios, não é dada uma contagem exata de quantos existiriam à data. Em Pedrógão Pequeno, a contabilização dos baldios mantém-se nos nove, reunindo uma área de 300 hectares, sendo acrescentada a informação de que a gestão dos mesmos é paroquial. As aptidões destes baldios subdividem-se em aproveitamento florestal e social, sendo que os últimos estavam localizados em pedreiras, eiras e adros de igrejas ou capelas.

Esta informação sobre a componente social dos baldios, remete para duas possibilidades, a da existência de baldios na pedreira que forneceu pedra para a construção da barragem do Cabril⁵¹ e também a existência de um baldio no monte da Nossa Sra. da Confiança, corroborado pelos registos fotográficos no Arquivo de Pedrógão Grande, onde aparecem ovelhas a pastar no monte, indicando novamente que outrora aquele local constituía parte do baldio da freguesia de Pedrógão Pequeno. Integrando a aptidão social, através da prática religiosa, do pastoreio e ainda do aproveitamento da madeira e cortiça das árvores existentes.

O outrora os baldios representavam uma fonte de rendimento para as comunidades e o seu foco estava na rentabilidade dos mesmos. Por essa razão, eram efetuados relatórios sobre os rendimentos anuais, que resultavam da venda da resina, da cortiça e da lenha. No caso de Pedrógão Pequeno, o rendimento anual médio era de 17.598\$85⁵², que era novamente investido em projetos de arborização dos mesmos.

Atualmente no concelho de Pedrógão Grande, a CMPG tem registo da existência de três terrenos baldios, o baldio da Fetosa, o das Regadas e das Fontes. Nenhum destes baldios constava nos registos anteriores analisados e a própria população de Pedrógão Grande desconhece a existência dos mesmos. O baldio da Fetosa encontra-se alugado a uma empresa de exploração de pinho.

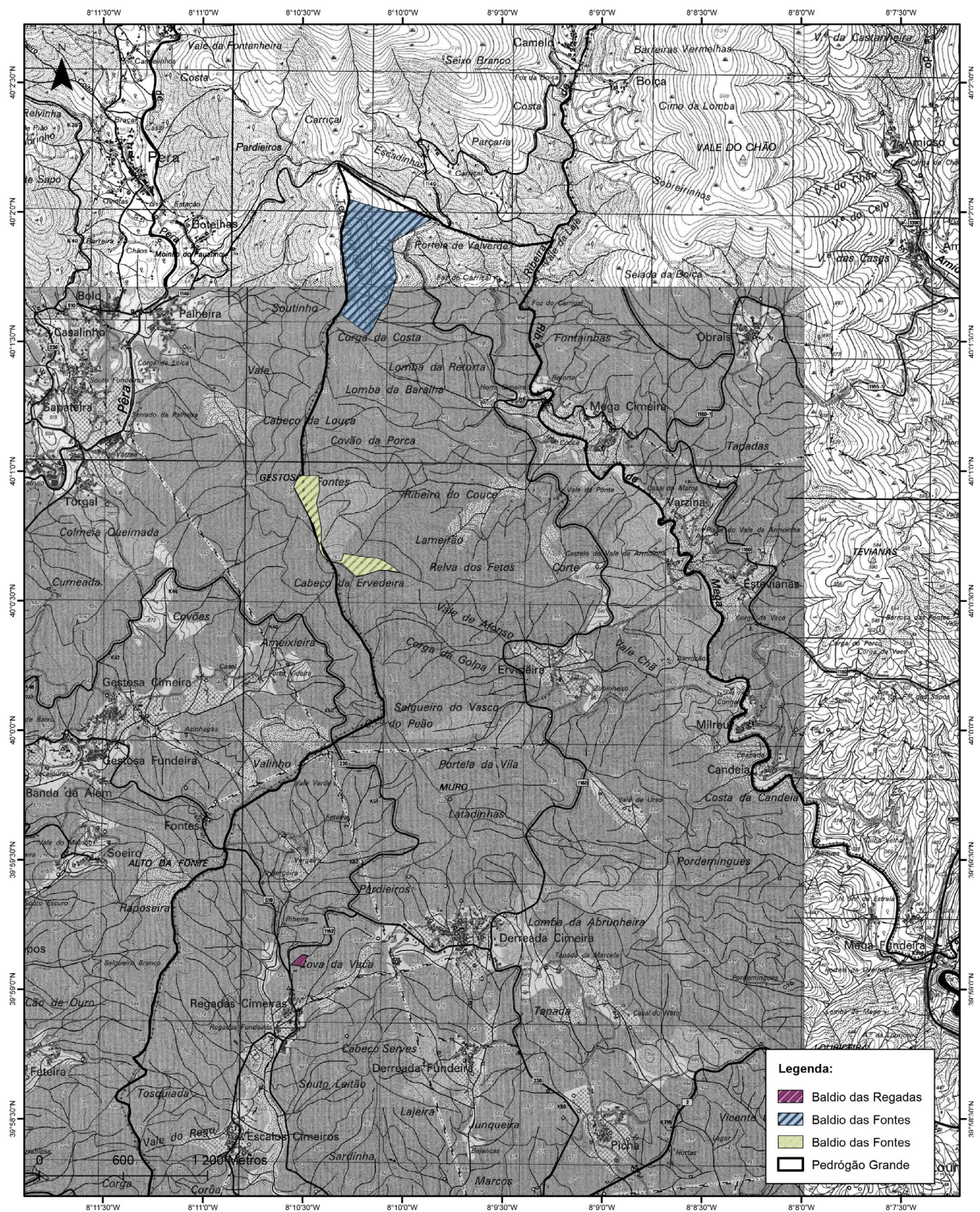


Figura 37. Mapeamento dos baldios de Pedrógão Grande, 2024.
Fonte: CMPG.



Figura 38. Rebanho de ovelhas a pastorear no monte da Nossa Sra. da Confiança.
Fonte: AMPG.



Figura 39. Monte da Nossa Sra. da Confiança, Pedrógão Pequeno, 2024.

Os baldios surgiram devido à existência de uma comunidade. A comunidade surgiu da necessidade de partilha, neste caso de terrenos, para poderem subsistir. A realidade aos dias de hoje é distinta, e não havendo esta necessidade, de que forma podem os baldios constituir uma mais-valia para as comunidades?

A realidade de usurpação destes territórios ao longo dos anos e o arrendamento dos baldios a empresas, cujo objetivo é a exploração dos mesmos, fez com que estes locais perdessem a sua identidade. Após terem pertencido ao Estado, o conceito de baldios nunca mais foi o mesmo, afinal de contas os terrenos como os conheciam e usavam, já não representavam uma possibilidade para as comunidades. Com a queda da ditadura, a gestão dos baldios passou para os governos locais, e foi um período complexo, onde a política dos baldios não foi respeitada.

Como reflexo do desinteresse das comunidades, estes terrenos que outrora eram um exemplo de gestão florestal, onde o fogo controlado era um mecanismo de auxílio, tornaram-se palco de frequentes fogos florestais descontrolados e incubadoras de monoculturas.⁵³

Atualmente, “Os baldios são lugares à espera de serem reclamados”⁵⁴, sendo que o número de processos de reconhecimento por parte das comunidades, no norte e centro do país, apresenta um aumento de ano para ano. A criação de associações de compartes, é um passo muito importante para a revalorização dos baldios, visto que os terrenos que são geridos, apresentam um menor risco de incêndio, e ainda representam um aliado no combate ao abandono florestal, diminuindo a privatização da floresta e o elevado parcelamento do território. Os baldios podem tornar-se em locais de recuperação de identidade cultural, de preservação da tradição, exemplos de um planeamento e gestão florestal apropriados aos dias de hoje. A gestão destes terrenos, é uma forma de investir na natureza, na biodiversidade, que representa a possibilidade de introdução de espécies autóctones, protegidas e formas de as reintegrar no ecossistema. A humanização desta paisagem, é uma mais-valia, visto que podem ser aplicadas técnicas que procurem regenerar o ecossistema e recriar a forma como a natureza era.

A paisagem florestal não pode ser contínua, nem constituída apenas por floresta. É um “jardim de diferentes intensidades”, que cria espaços com características diferentes, criando um equilíbrio no ecossistema e permitindo que espécies diferentes possam coexistir, nas matas, nos bosques, nos prados e nas florestas. Ao retomar aspetos que caracterizavam a floresta no seu estado mais orgânico, e o ecossistema que outrora prosperara, estes terrenos tornam-se mais resilientes ao fogo. Uma questão importante é a manutenção dos espaços florestais, para que não haja um desequilíbrio no crescimento de certas espécies, e para auxiliar a gestão de combustível a retoma da prática de pastoreio é um aliado da gestão florestal. Desta forma, os herbívoros alimentam-se das plantas, fazendo com que estas não necessitem de ser cortadas; fertilizam os solos, através do movimento e da transumância entre terrenos, espalham as sementes, fazendo com que as espécies se multipliquem, formando uma relação simbiótica com a natureza. Esta proposta de gestão dos baldios, poderia ser alargada aos terrenos cujo dono não é conhecido ou não está registado e desta forma ordenar o território. Em Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, a área florestal equivale a 70% do território,

53. Skulska, I., Montiel-Molina, C., Germano, A., Rego, F. C. (2021). *Evolution of Portuguese community forests and their governance based on new institutional economics*.

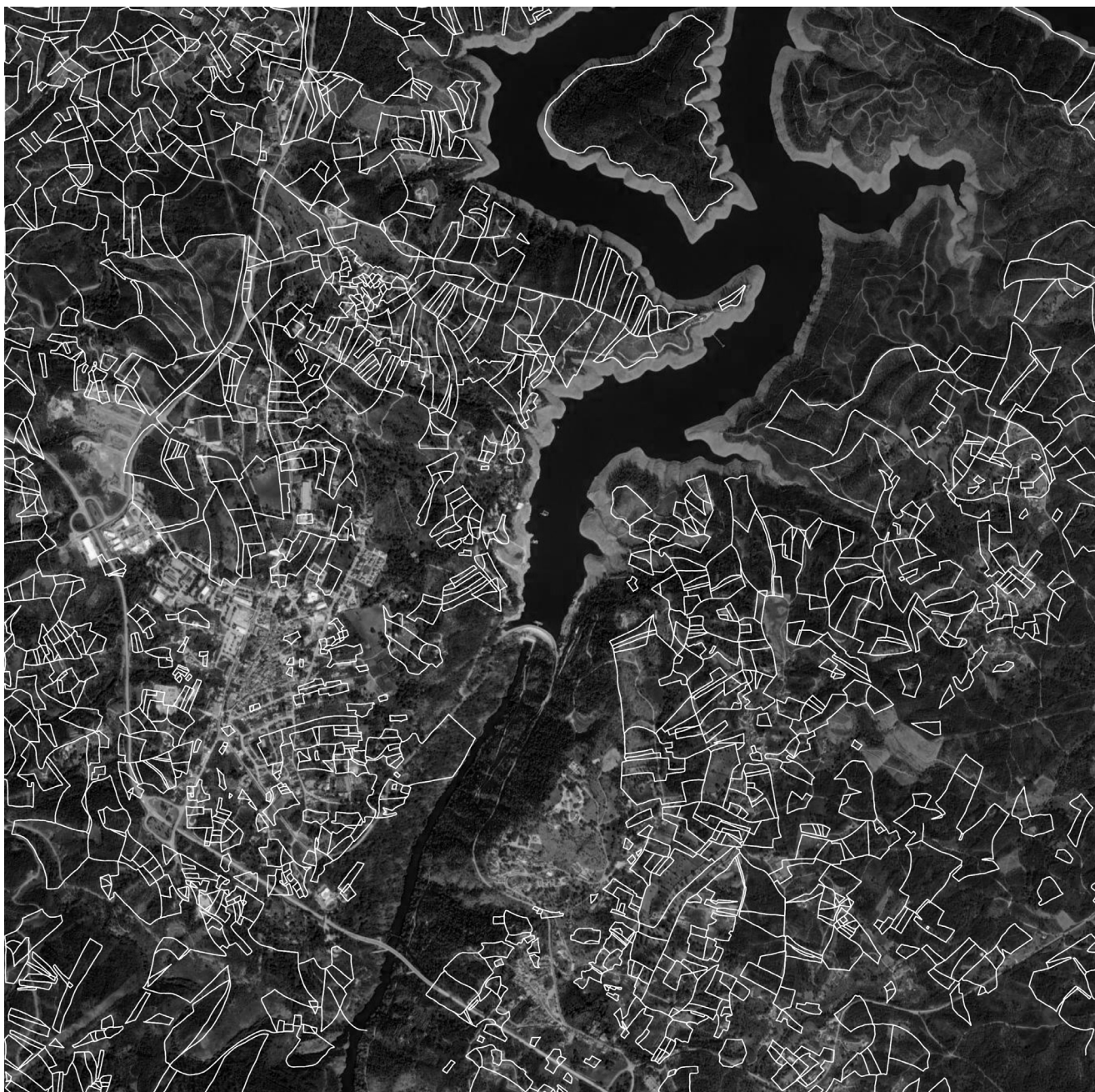
54. Travasso, N. (2022, julho). *Baldios: res communis. Baldios #00 [Meter o Chão à boca]*. Porto: A Re-coleitora.

55. BUPi é um projeto piloto que surgiu após os incêndios de 2017, para que as terras “sem dono”, passassem a ser geridas pelo Estado. O registo, é obrigatório e deve ser feito até ao fim do ano 2025. Posteriormente, cabe ao Estado a gestão dos terrenos não identificados.

e de acordo com o BUPi⁵⁵, nos concelhos respetivos, apenas 38% das propriedades estão registadas, o que resulta numa área municipal por identificar de 60%.⁵⁶ Os baldios em conjunto com os terrenos não cadastrados, poderiam representar um palco de aprendizagem para as comunidades, e torná-las ia parte integrante do processo de reabilitação da paisagem florestal.

56. A consulta dos dados no BUPi foi a 18 de setembro de 2024. O concelho de Pedrógão Grande apresentava 37% de propriedades identificadas, resultante em 40% da área municipal e o concelho da Sertã, possuía 39% de propriedades identificadas, resultando em 40% do território municipal.

Figura 40. Mapeamento dos cadastros dos terrenos, da área de investigação, a partir de dados do BUPi, consultados a 18 de setembro de 2024. Autoria própria.



III. Do campo - Entrevistas





Figura 41. Vista aérea da Barragem do Cabril, de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, 2024. Fotografia de Miguel Matos.

De modo a perceber a opinião dos cidadãos de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, foram realizadas entrevistas face à gestão florestal praticada nas freguesias onde residem. Um dos interesses da mesma era perceber de que forma a proximidade entre as localidades pode ou não, ter uma interferência na forma como a floresta é gerida e de que forma a população estava familiarizada com a existência e possível recuperação dos terrenos baldios. Foram realizados trinta questionários utilizando a ferramenta “Google Forms” e ainda uma entrevista presencial, que decorreu no jardim da Devesa, no dia 11 de Agosto de 2024.

Faixa etária

30 respostas

Dos 23 aos 65 anos, com uma média de 44 anos.

Género

30 respostas



Tem terrenos em seu nome?

30 respostas



- Não
- Sim

Se sim, conhece os seus limites?

26 respostas



- Sim
- Não

Como faz a limpeza dos seus terrenos?

24 respostas



- Máquinas, próprias ou contratadas
- Silvicultura preventiva
- A verdadeira floresta autóctone não necessita

Sente falta de apoio na gestão florestal? Se sim, o que propõe?

21 respostas



- Sim
- Não

Acredita numa gestão conjunta da floresta? Que possa ir além dos municípios?

30 respostas



- Não
- Sim



Figura 42. Indústria Papeleira em Pedrógão Grande I, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.

A recuperação dos baldios é um passo importante para si?

28 respostas



- Sim
- Não

Acha que os baldios podem ajudar no combate aos incêndios?

28 respostas



- Sim
- Não

O que diria da possibilidade de existência de um rebanho comunitário, entre Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, que através do pastoreio auxiliasse na limpeza da floresta?

29 respostas



- Boa estratégia
- Não vejo possibilidade

Concorda com os projetos de reflorestação, que incluam a plantação de eucaliptos?

24 respostas



- Sim
- Não



Figura 43. Indústria Papeleira em Pedrógão Grande II, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.

Homem, 55 anos

A entrevista decorreu no jardim da Devesa, no dia 11 de Agosto de 2024, a um trabalhador da CMPG, residente no concelho de Pedrógão Grande.

Tem conhecimento da existência de baldios?

Não é a minha área, mas baldios não devem faltar por aí. Não os sei localizar, mas a própria câmara tem terrenos baldios.

Tem terrenos em Pedrógão Grande?

Sim, mas estão indevisos.

Os terrenos indevisos são terrenos que foram herdados mas ainda estão por dividir.

Acha que a criação de uma associação de compartes e a retoma dos baldios poderia ajudar na gestão florestal?

O que eu acho que seria importante na gestão florestal, era a criação de zonas “ZIF” - Zona de Intervenção Florestal, um projeto social que unisse todos os proprietários, para gerir a floresta. Porém é difícil avançar com este tipo de iniciativas porque mexe com a posse dos terrenos.

Uma “ZIF” consiste na gestão coletiva de um território contínuo, agregando os proprietários florestais, com o objetivo de combater o minifúndio e prevenir incêndios. É semelhante a uma AIGP.

O futuro da gestão florestal, mesmo sem ser em Pedrógão Grande, vai além da gestão intermunicipal e deverá ser a uma escala mais alargada. Não irei para as CCDDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, devido à burocracia, mas as comunidades intermunicipais poderiam ter um papel importante a esse nível. Unir os esforços dos municípios, para que a floresta fique cuidada, limpa, mas acima de tudo onde a biodiversidade possa imperar. Valorizar o que é autóctone e não as espécies invasoras, como os eucaliptos.

Após os incêndios, existiram projetos de reflorestação que incluíam a plantação dessas mesmas espécies invasoras. Qual é a sua opinião?

Não vejo porque não. O eucalipto permite a rentabilidade que nenhuma outra espécie permite, agora fala-se do pinheiro australiano, que tem um crescimento mais rápido que o nosso, mas acho que neste momento nem podemos por de parte a existência do eucalipto. Não podemos ser fundamentalistas, é exatamente a rentabilidade que o eucalipto dá que permite obter dinheiro para a gestão florestal.

A população está muito agarrada à visão da floresta como meio de subsistência, é complicado.



Figura 44. Indústria Papeleira em Pedrógão Grande III, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.

De acordo com as respostas ao inquérito e com a entrevista, podemos afirmar que a maior parte dos inquiridos que possuem terrenos em seu nome, conhecem os seus limites. A manutenção destes terrenos é feita maioritariamente com maquinaria agrícola, quer sejam próprias ou por contratação de profissionais, como a APFLOR – Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrogão Grande. Porém há quem não limpe os terrenos e utilize a silvicultura como método de prevenção ou então defendem que a floresta autóctone não necessita de ser limpa. A maioria revela sentir falta de apoio na gestão florestal e sugerem a reestruturação das associações florestais de cada município, limitar as espécies que se podem plantar, mais fiscalização, subsídios de apoio/incentivos fiscais e investimento na formação dos detentores de terrenos florestais.

A gestão intermunicipal da floresta é uma possibilidade, assim como a recuperação dos terrenos baldios, que consideram ser de máxima importância. Acreditam ainda que estes, podem ser um aliado no combate aos incêndios rurais, caso haja uma gestão eficiente, podendo ainda constituir um refúgio dos animais e descontinuar a mancha de monocultura. Face à possibilidade da existência de um rebanho comunitário que auxiliasse na gestão de combustíveis, os inquiridos revelaram-se abertos à possibilidade, porém lançaram questões face ao desafio em si, face às infraestruturas e à manutenção dos animais. Por último, foram questionados sobre a sua concordância em relação à reflorestação com eucaliptos, sendo que a maioria é contra, devido serem uma ameaça à biodiversidade e segurança. Os que defendem a continuação da plantação de eucaliptos, justificam com a economia que os mesmos geram. Esta ideia é reiterada na entrevista final, onde se conclui que a população continua a ter um olhar sobre a floresta, como um meio para atingir um fim, neste caso, um fim monetário através da plantação de eucaliptos. Devido a esta visão, não existe um interesse em que a forma como a floresta é gerida mude.

IV. O desenho do campo





Figura 45. Fotografia da margem
do Rio Zézere, a montante da Bar-
ragem do Cabril, 2024.
Fotografia de Beatriz Duarte.

57. Florestas, I. C. N. (2015). 6o Inventário Florestal Nacional. Página 4. <https://www.icnf.pt/api/file/doc/0f0165f9df0d0bbe>.

58. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, as florestas são determinadas tanto pela presença de árvores, como pela ausência de outros usos predominantes da terra, ou seja, que não são utilizadas principalmente para fins agrícolas ou urbanos. São terrenos com área superior a meio hectare, e cuja ocupação da copa das árvores seja superior a 10 por cento.

59. Correia, A., Telles, G.R (2003, 14 de Agosto). A limpeza da floresta é um mito? Visão. Nº545.

É necessário repensar a nossa paisagem florestal. Portugal tem sido fustigado por incêndios rurais, ano após ano. As políticas de gestão deste tipo de territórios, permanece inalterada, apesar da existência de debate das várias causas que levam a que este cenário seja cíclico.

Segundo o ICNF, em território nacional, os espaços florestais têm uma ocupação de 69,4%. Desta percentagem apenas 36% corresponde a área florestal⁵⁷, sendo que a restante ocupação são os terrenos improdutivos e matos. Contudo, a utilização do termo “floresta”⁵⁸, pode ser posta em causa, devido à problemática monocultura.

Gonçalo Ribeiro Telles defendia que o mosaico mediterrânico era marcado “pela agricultura, a pecuária, o regadio, a horticultura, o mato e as matas.”⁵⁹ Estas atividades e espaços eram reguladores do espaço florestal e seguiam a ideia de organização das cidades romanas.

“urbe-ager- hortus-saltus-silva”

A urbe representava o centro da povoação, ager e hortus os terrenos de agricultura de subsistência e campos de plantações, saltus os terrenos de pastoreio e silva a floresta que envolvia o território. Neste modelo de organização, a agricultura tinha “um papel importantíssimo na criação de um tampão ao fogo à volta das aldeias e cidades e ao longo dos vales”⁶⁰. Com o êxodo rural, a partilha e reciprocidade espacial foi abandonada, tornando a floresta num local de produção, com

fins meramente económicos.

Esta visão comprometeu a floresta, tornando-a em extensas plantações de monoculturas de pinheiros-bravos e eucaliptos, sendo a última espécie considerada invasora. Nenhuma monocultura é sinónimo de floresta, sendo que a de eucaliptos é bastante preocupante, porque além de não ser autóctone, produz um subsolo empobrecido devido ao manto tóxico que liberta, e consequentemente põe em risco a biodiversidade do ecossistema. É uma espécie que absorve elevadas quantidades de recursos hídricos, tornado os solos áridos e com pouca permeabilidade.

Esta espécie é fortemente associada à rápida propagação dos incêndios florestais, visto tratar-se de uma árvore de fácil combustão, que se justifica pela sua natureza “seca” e do combustível existente ao nível do solo. Devido à incompatibilidade de espécies, a nível do solo, o manto do eucalipto é bastante seco, composto por folhas e outros combustíveis que o tornam numa acendalha, que potencia o alastramento de incêndios rurais, devido à sua rápida combustão, tornando-os incombustíveis. Após um incêndio, existe uma regeneração do tecido, a nível de arbustos, matos, matas e árvores. Este processo é marcado por um rápido crescimento e também descontrolado, de eucaliptos, que ao trazer um aspeto verde e “renovado” à paisagem florestal, mascara a realidade de tornar estes locais suscetíveis à existência de incêndios cíclicos.

“Esta floresta monocultural de resinosas e eucaliptos, limpa ou não limpa, não serve para mais nada senão para arder.”⁶¹

O descontrolo da paisagem florestal é resultado da fraca manutenção florestal e gestão territorial. Sendo um país com uma grande percentagem da floresta priva-

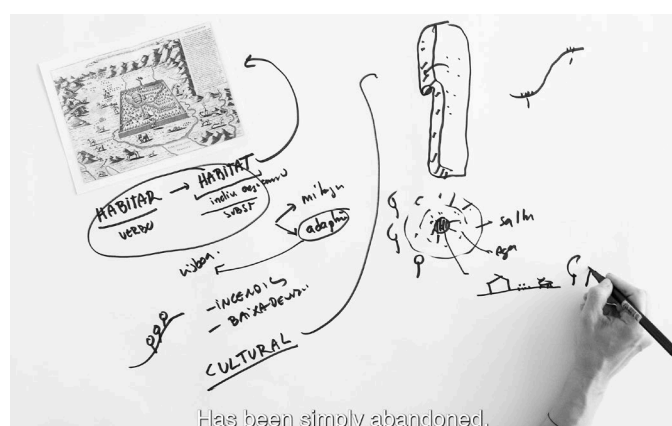


Figura 46. Frame de vídeo de Silvia Benedito, da exposição “Habitar Lisboa”, curadoria de Marta Sequeira, 2024. Vídeo cedido por Margarida Ventosa.

60. Magalhães, M. R. (2018, 7 de Fevereiro). Incêndios rurais, secas e inundações. Público. <https://www.publico.pt/2018/02/07/sociedade/opiniao/incendios-rurais-secas-e-inundacoes-1799875>.

61. Correia, A., Telles, G.R. (2003, 14 de Agosto). A limpeza da floresta é um mito? Visão. Nº545.

tizada, bastante parcelada e cujos cadastros não estão registados, torna-se dificultada a tarefa de organizar o território e de agir em simultâneo sobre o mesmo. Após os incêndios de 2017, o concelho de Pedrógão Grande foi alvo de uma proposta de reflorestação por parte da BIOND⁶².

O projeto “ReNascer Pedrógão”, aprovado pelo ICNF, contou com a união de pequenos proprietários na rearborização do território com eucaliptos, pinheiros medronheiros e carvalhos. Apesar de terem sido os únicos a promover uma tentativa de regeneração da mancha florestal, foram alvo de denúncia por parte da Quercus e da Acréscimo⁶³, visto a realidade do projeto não corresponder exatamente ao planeado, e existirem eucaliptos plantados onde deveriam estar medronheiros. O tipo de plantação proposto e a forma como este é gerido e limpo, é também uma ameaça para os ecossistemas, para o subsolo e para a biodiversidade. Segundo Ribeiro Telles “a limpeza da floresta é um mito”⁶⁴. A limpeza como é feita, apenas transforma o solo numa plataforma onde a água, passa em vez de ser absorvida, e assim torna os solos secos. É necessário desacelerar a água e retê-la para que o ambiente a nível do solo se torne mais húmido e fresco, visto que é no solo que se dá a propagação dos incêndios florestais.

Ribeiro Telles considerava que “não se devia poder plantar o que se quer porque também não se pode construir o que se quer”⁶⁵, que é ideia bastante simples e certa de como a gestão florestal deve ser feita. Tem de existir planos florestais capazes de criar limites, e regras, da mesma forma que um Plano Diretor Municipal auxilia o ordenamento numa cidade. Na mesma medida que é ilegal construir sem licença e não respeitar o PDM, também tem de ser ilegal, plantar espécies não autorizadas e que não estejam incluídas nos planos de gestão florestal. A existência de planos de reflorestação, que incluam a plantação de eucaliptos e a não categorização da espécie como invasora, nos planos de gestão florestais⁶⁶, é comprometer o território e condená-lo à sua vulnerabilidade perante os incêndios. Apesar de tudo, Pedrógão Grande continua sem ser incluído em programas de gestão florestal, o que revela ser uma falha do Estado, dos seus diversos órgãos de gestão local e das associações florestais e de baldios. Apesar de ter baldios registados, não existem associações de compartes e como tal não podem pertencer a agrupamentos de baldios, que poderiam representar um auxílio na gestão florestal deste tipo de terrenos e torná-los em exemplos a seguir.⁶⁷

62. A BIOND, Forest Fibers from Portugal, antiga CELPA, Associação da Indústria Papeleira, é uma associação que representa a indústria da celulose em Portugal.

63. Quercus, Acréscimo. (2023, 16 de Março). Quercus e Acréscimo denunciam a persistência de ilegalidade em iniciativa promovida pelas celulosas em Pedrógão Grande. Quercus. <https://quercus.pt/2023/03/16/quercus-e-acrescimo-denunciam-a-persistencia-de-ilegalidade-em-iniciativa-promovida-pelas-celulosas-em-pedrogao-grande/>.

64. Correia, A., Telles, G.R. (2003, 14 de Agosto). A limpeza da floresta é um mito? Visão. No545.

“Não se devia poder plantar o que se quer porque também não se pode construir o que se quer”

65. Idem.

66. O PGF de Pedrógão Grande, não considera o eucalipto como uma espécie invasora. <https://www.cm-pedrogaogrande.pt/viver/gabinete-tecnico-florestal/gestao-florestal/invasoras>.

67. Em julho de 2024, foi aprovada a 1aAIGP de Pedrógão Grande - AIGP de Ribeira de Mega. O projeto consiste em combater o abandono florestal e o risco de incêndio, auxiliando os proprietários com investimentos agrícolas e na limpeza dos terrenos.

47.

Quercus e Acréscimo denunciam a persistência de ilegalidade em iniciativa promovida pelas celulosas em Pedrógão Grande

48.



Figura 47. Título de notícia da Quercus, 16 de março de 2023.
Fonte: Quercus.



49.

Figura 48|49|50. Fotografias de “plantações de eucaliptais geridas”.
Fonte: Biond.

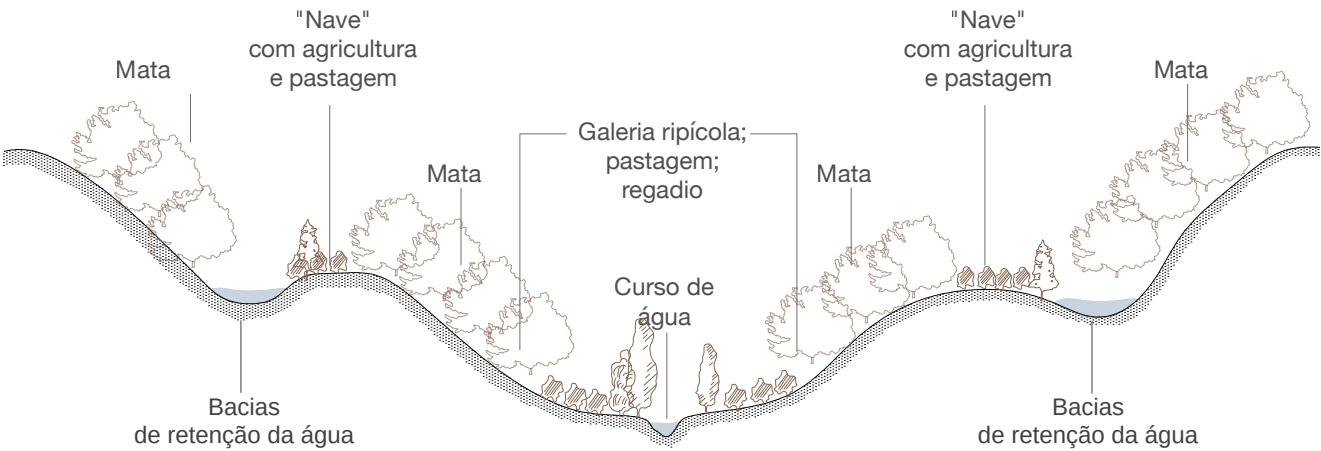
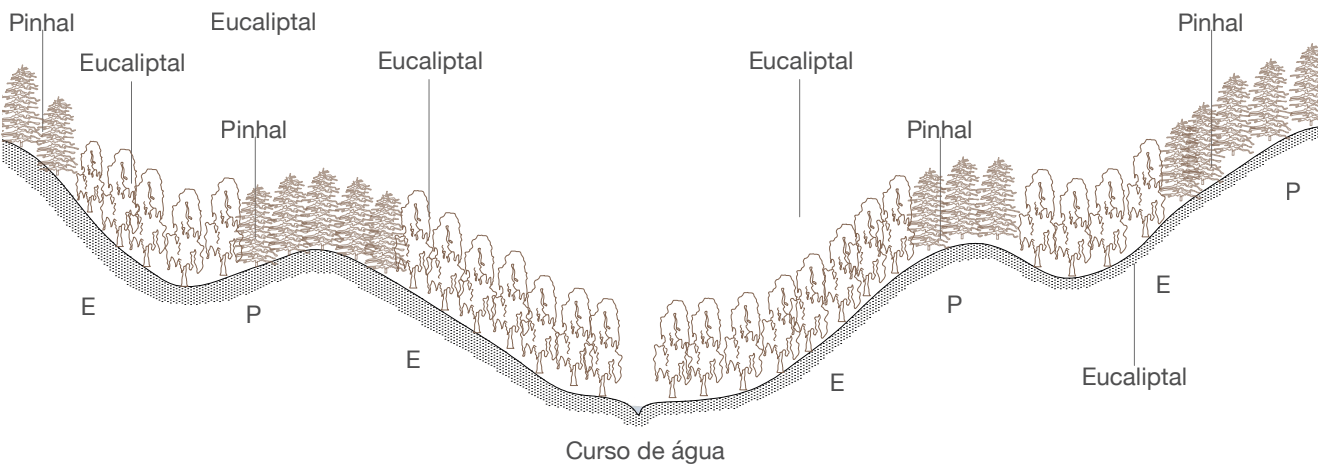
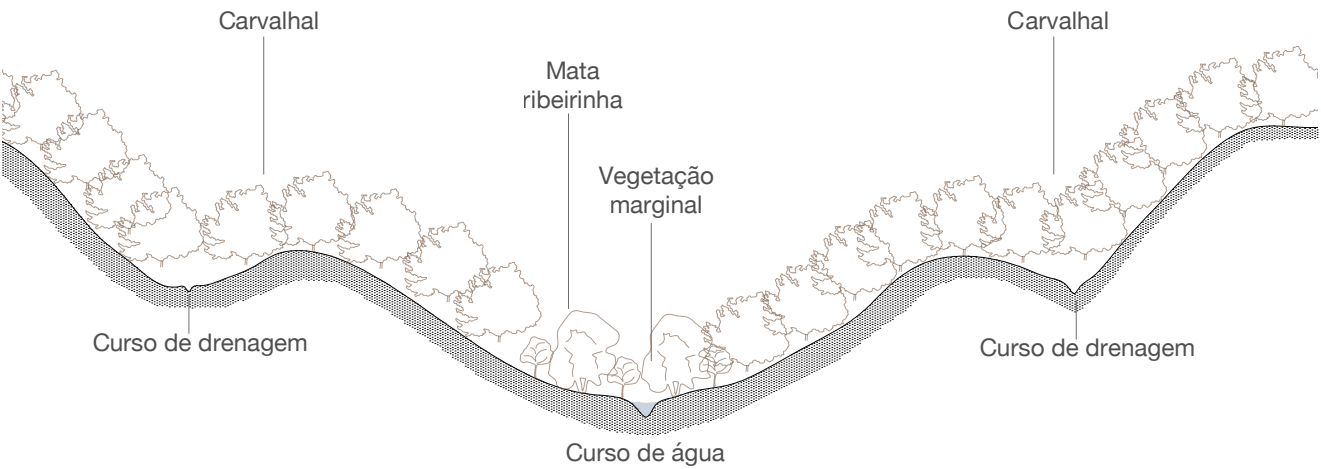


50.

Através destas fotografias é possível verificar que as ditas “plantações geridas” por empresas como a Biond, não poderão ser nunca sinónimo de floresta. Uma floresta não apresenta um solo vazio, sem biodiversidade, não é plantada geometricamente, possui diferentes intensidades e não precisa de ser controlada com recurso a pesticidas.

Os três desenhos seguintes, de Ribeiro Telles, são uma visão da floresta antes da intervenção Humana, após a intervenção Humana e por fim uma proposta de organização florestal para zonas ardidas. O primeiro desenho retrata uma paisagem florestal, marcada pela existência de Carvalhos, uma espécie autóctone, vales com cursos de drenagem de água e linhas de água rodeadas de mata ribeirinha e vegetação marginal. Através destas características podemos supor que a floresta era caracterizada por ser fresca, derivada a existência de sombra e ao substrato característico dos carvalhos, rico em musgo e humidade. O segundo desenho, é reflexo da implementação do regime florestal em Portugal, plantações de pinhais sucedidos de eucaliptais, representando uma floresta de monocultura, não autóctone e combustível. Por fim, a proposta de Ribeiro Telles, é reflexo do mosaico mediterrânico, onde várias atividades compõem a paisagem florestal. Ao longo da topografia aparecem matas com espécies autóctones, naveas de agricultura, bacias de retenção, pastagens, e no fundo do vale, o curso de água, que alimenta o regadio e se encontra emoldurado por uma galeria ripícola.

Em suma, o que os esquemas traduzem é que a ordenação do território rural, deve ter em conta a combustibilidade do mesmo e assim, planejar a paisagem florestal de acordo com diferentes topografias e encostas. As encostas orientadas a Sul/Oeste, são caracterizadas por serem mais quentes devido a uma maior exposição solar, mais secas e mais ventosas. Devido a estes fatores representam um risco elevado de incêndios pelo que o trabalho de manipulação de terreno deve ser cauteloso e não criar subidas abruptas por onde o fogo possa escalar. Em adição, devem-se criar zonas de retenção de água – como bacias – árvores para diminuir o vento e criar sombra. As encostas orientadas a Norte/Este, são mais húmidas naturalmente, e assim mais frias e abrigadas. São boas para a prática de pastoreio devido a possuir um solo rico, como é o caso dos cogumelos. Os planos de gestão florestal, têm de ser pensados a longo prazo e englobar as gerações futuras, visto o crescimento e a alteração da paisagem florestal não se tratar de algo imediato.



Desenhos de autoria própria, sobre originais de Ribeiro Telles.

O DESENHO DO CAMPO

1. Floresta de folhosas

A zona 1 representa a parte densa da floresta, à qual também se pode chamar bosque. As copas das árvores têm um padrão mais denso, representando assim um espaço de sombra e com um subsolo consequentemente mais fresco. Os carvalhos são espécies locais que servem de barreira ao interior da floresta, podendo ser conjugados com pinheiros, bétulas, castanheiros e até sobreiros, que devido à cortiça retardam o fogo. Este tipo de mata é rico em matérias como resina, madeira, castanhas, pinhas e cortiça, que respeitando o seu tempo de produção, podem integrar a economia circular, tornando a paisagem economicamente viável.

Barreira corta-fogo – Depressão no terreno de forma a criar um poço, impedindo a propagação do fogo e também limitando a circulação dos animais.

2. Mata de Olival e pastagem

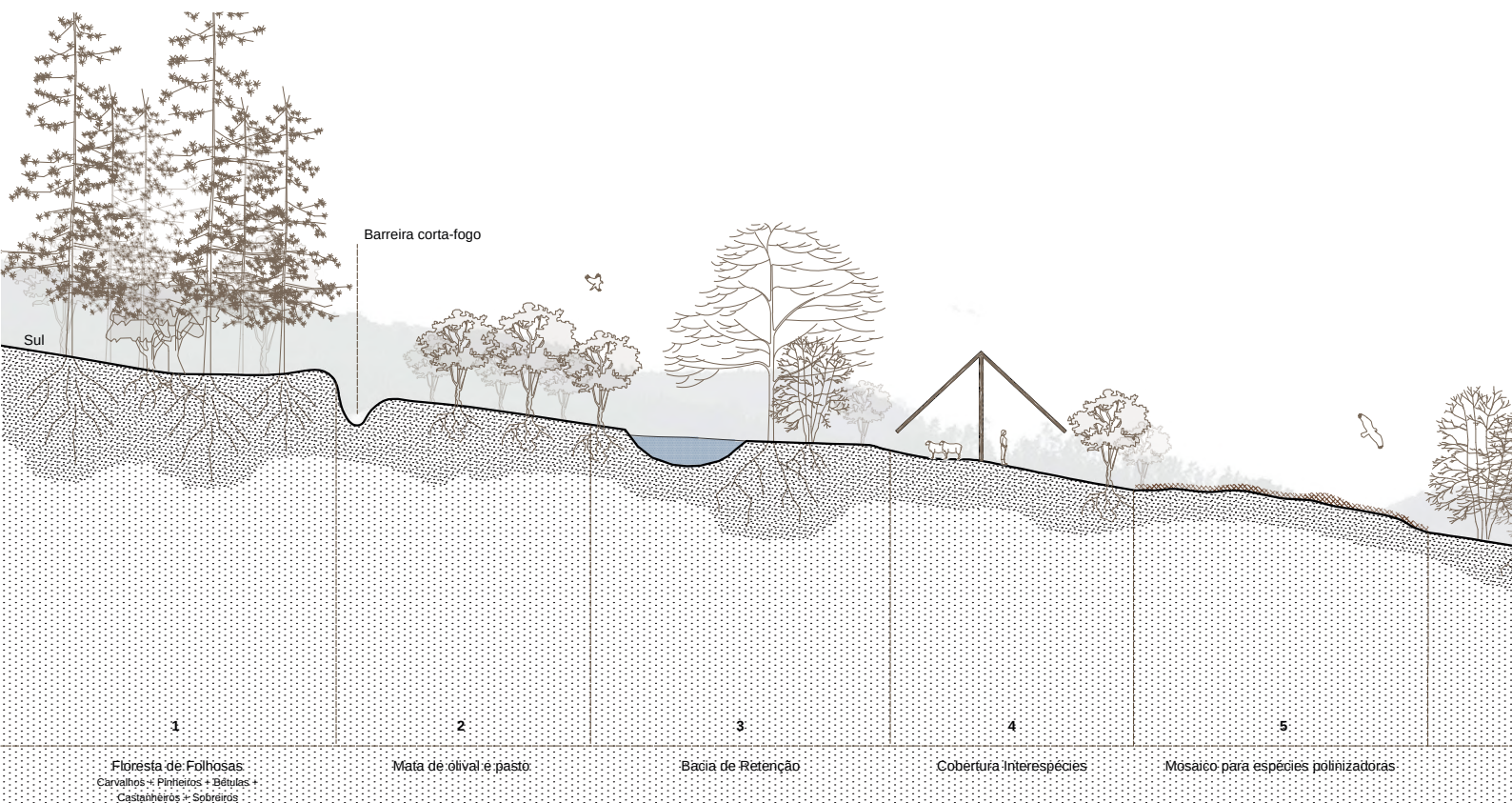
Esta mata tem uma ocupação menos densa e apesar da maior exposição solar, o fogo tem dificuldades em progredir em espaços mais abertos. São plantadas com oliveiras que servem de alimento aos animais e estes gerem o combustível a nível do solo. As azeitonas, integram o ciclo de produção local, podendo ser produzido azeite.

3. Bacia de retenção

A bacia de retenção desempenha um papel de auxílio, na diminuição da temperatura do subsolo e ainda representa um local de reunião de biodiversidade. As bacias são locais onde os animais vão à procura de água e onde se proporcionam situações entre espécies predadoras, criando um equilíbrio do ecossistema.

4. Cobertura interespécies + Zona 2

Em conjunto com a zona 2, surge um espaço de sombra e abrigo temporário para as diferentes espécies, desde rebanhos que se encontrem a pastar, humanos e também outros animais integrantes do ecossistema – tais como pássaros, lebres, insetos, etc.



5. Mosaico para espécies polinizadoras

Esta zona, trata-se da mais exposta ao sol, é um prado onde um mosaico de várias espécies de flora floresce, criando um jardim para as espécies polinizadoras poderem recolher o pólen. As diferentes espécies são combinadas como se fossem pixéis, providenciando forragem para as espécies polinizadoras, durante as diversas estações. Trata-se ainda de um espaço de pastagem e novamente um espaço amplo, semelhante a uma faixa de gestão de combustível.

6. Galeria ripícola

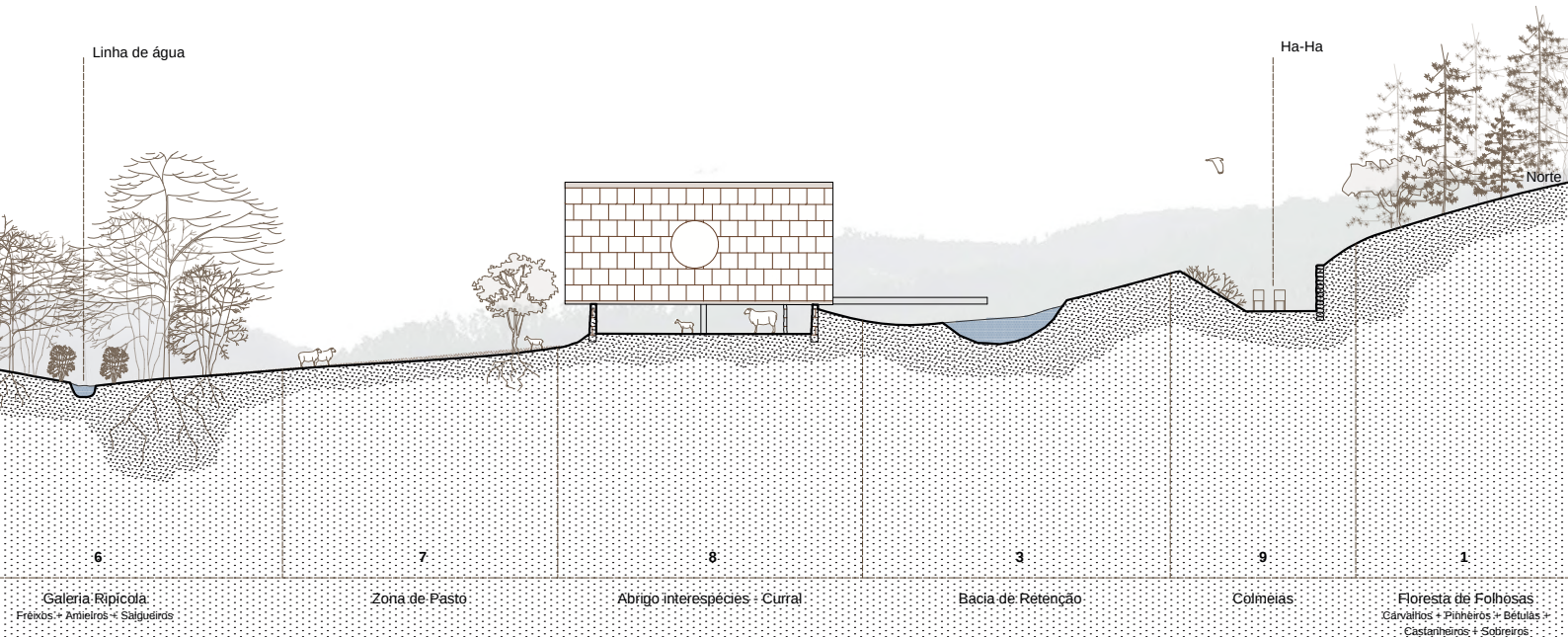
A galeria ripícola é novamente um espaço de sombra e de humidade, encontra-se junto a linhas de água e é composta por freixos, amieiros e salgueiros. São espécies de árvores, cujas folhas servem de alimento para o gado, nomeadamente o salgueiro que possui uma substância que permite que os seres se alimentem das suas folhas, e possam tratar os seus parasitas internos. Auxiliam na redução da evaporação da água, tornam as zonas de água mais frescas, filtram as linhas de água a níveis freáticos e ainda fixam as terras. São ainda espécies de árvores que permitem relações simbióticas com vários seres e até bactérias, possuindo o valor de controlo de pragas e doenças no ecossistema, e ainda representam uma fonte de pólen para as espécies polinizadoras e borboletas. As encostas das linhas de água, quando possuem uma galeria ripícola, são também uma forma de retardar o fogo quando lavra longitudinalmente à vertente.

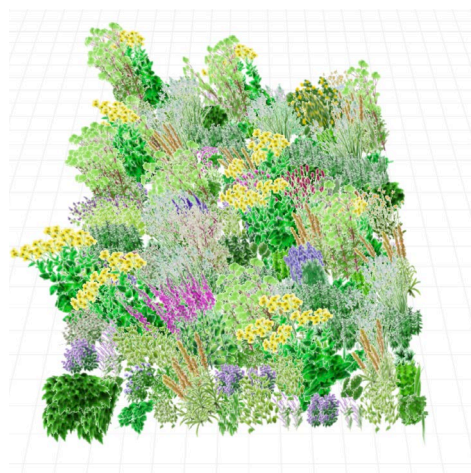
7+8. Curral e Zona de pastagem

Ao contrário da zona 4, este espaço é de permanência para o rebanho. É o local onde os animais ficam recolhidos após a pastagem. Representa um limite a partir do qual, estão protegidos dos seus predadores naturais, como é o caso dos lobos e dos cães selvagens. Este espaço também possibilita que o rebanho se alimente, em dias que não possa ser pastoreado, visto possuir sementeiras que constituem alimento para as cabras e ovelhas.

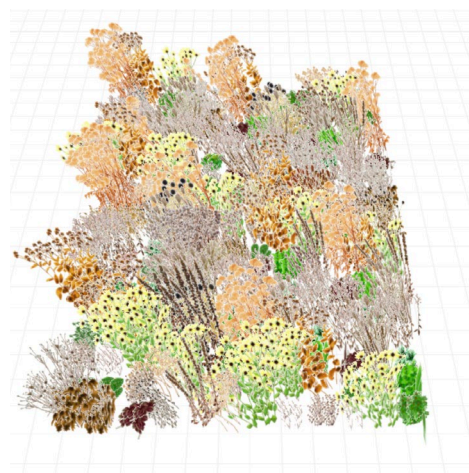
9. Colmeias

Numa zona mais alta, as colmeias são colocadas numa depressão da topografia, e desta forma encontram-se mais protegidas. Devido à maior altitude, recebem a luz do sol pela manhã e encontram-se abrigadas de ventos, tendo a zona de recolha de pólen e água abaixo da encosta. Esta encosta possui uma menor densidade arbustiva, visto que quando há uma maior concentração de árvores, estas podem constituir um obstáculo ao voo das espécies polinizadoras.





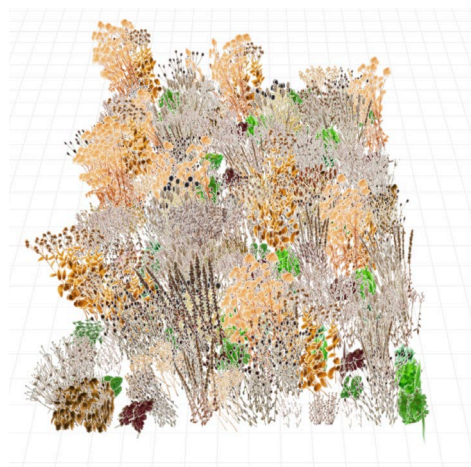
Início do Verão



Fim de Outono

Para desenhar o mosaico de espécies polinizadoras, Alexandra Daisy Ginsberg desenvolveu um algoritmo de inteligência artificial, que está disponível de forma gratuita. Para criar esta obra de arte, para as espécies polinizadoras, é preciso responder a várias questões sobre o local onde o mosaico vai ser plantado e as diferentes condições às quais, vai estar submetido. Este é um exemplo de design interespecies.

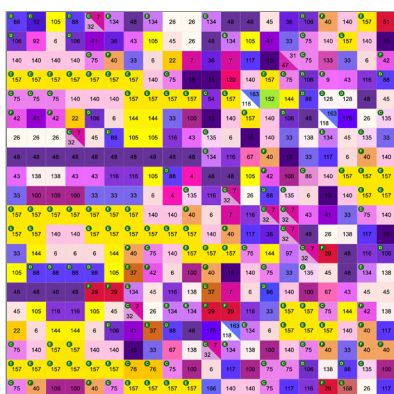
Figuras 51|52|53|54. Esquemas ilustrativos do mosaico para espécies polinizadoras. Realizado com a ferramenta de inteligência artificial "Pollinator", criado por Alexandra Daisy Ginsberg.



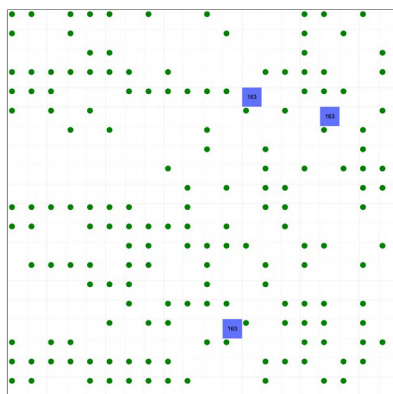
Inverno



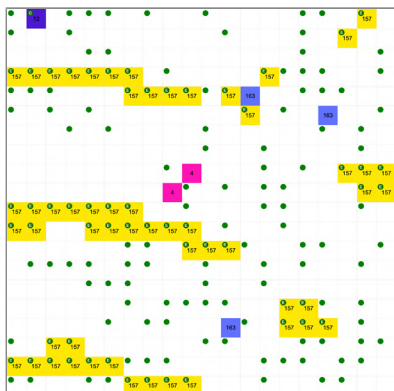
Fim da Primavera



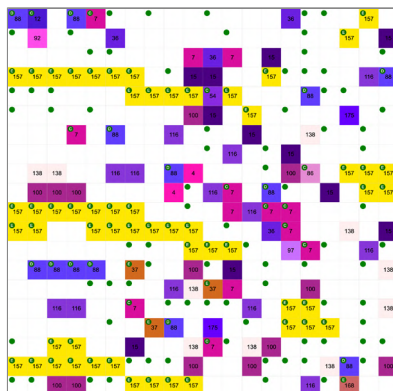
Início da Primavera



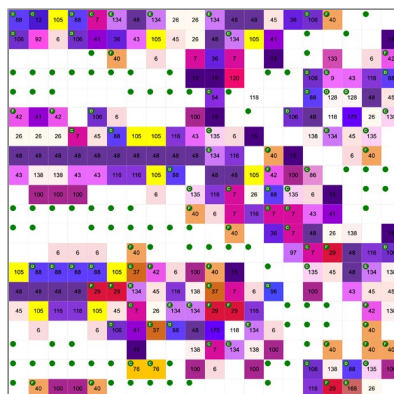
Meio da Primavera



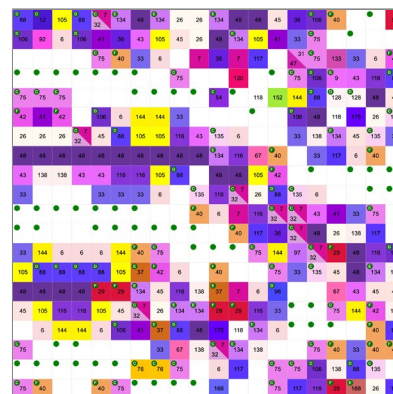
Fim da Primavera



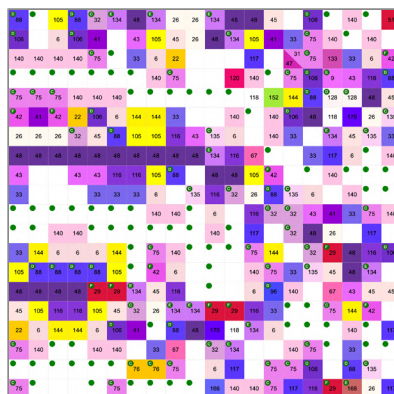
Início do Verão



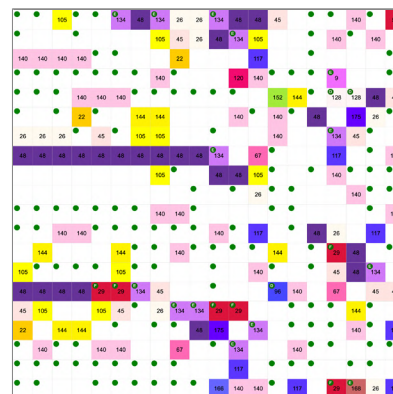
Meio do Verão



Fim do Verão



Início do Outono



Fim do Outono

Figura 55. Greja de plantação de espécies autóctones, para produzir o mosaico para as espécies polinizadoras, e a evolução ao longo das estações.

O DESENHO DO CAMPO



Ulex minor Roth



Huperzia selago (L.) Bernh. ex Schrank & Mart.



Cistus x laxus Dryand. ex Alton



Genisia micropnylla DC.



Quercus infectoria G. Olivier



Erica australis L.



Scilla monophylla



Lithodora triticaea (L.)

Figura 56-67. Espécies de fauna local.
Fotografias de Beatriz Duarte.



Genista hirsuta Vahl



Trametes

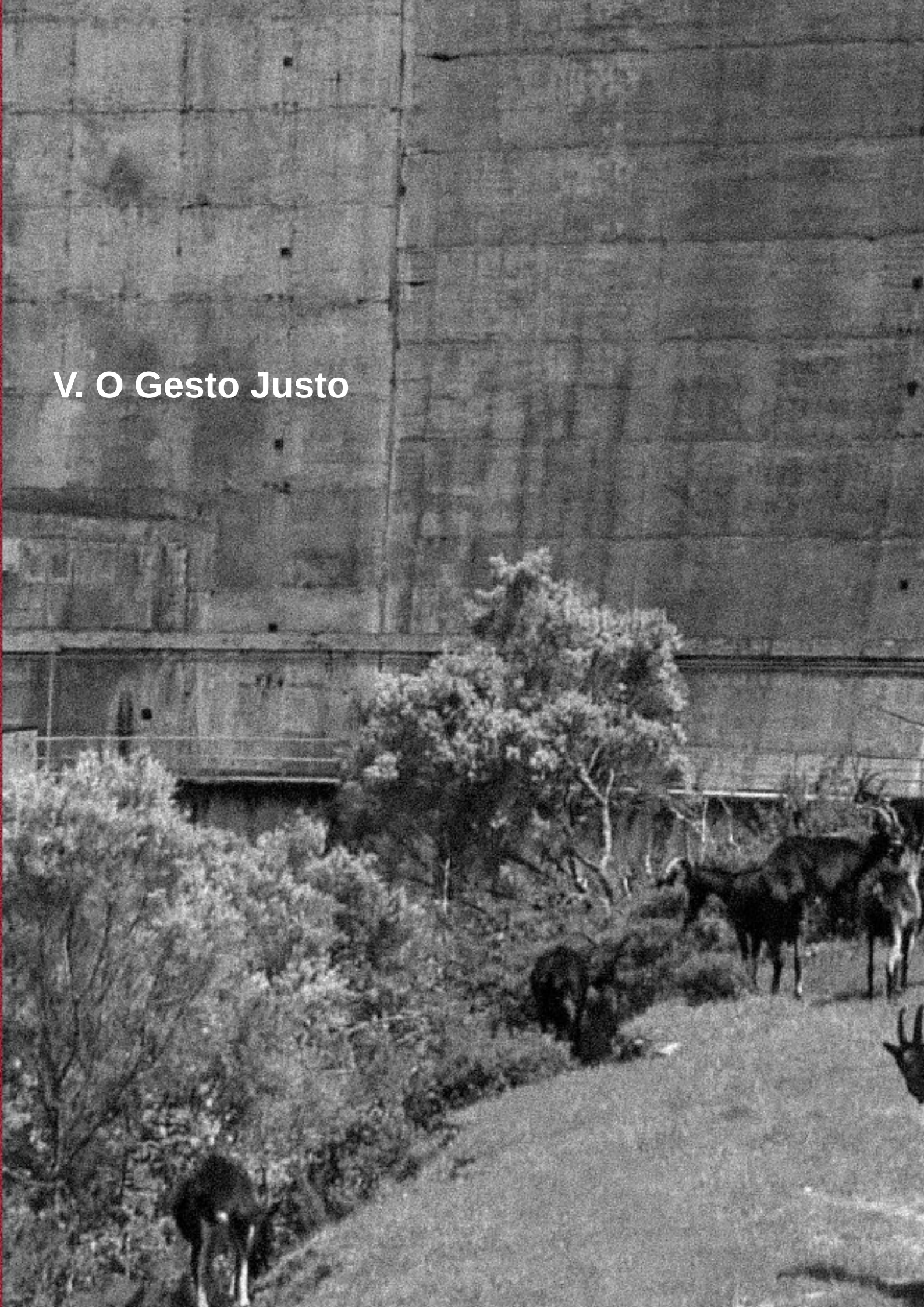


Pteridium aquilinum (L.) Kuhn



Campylopus introflexus (Hedw.) Brid.

V. O Gesto Justo



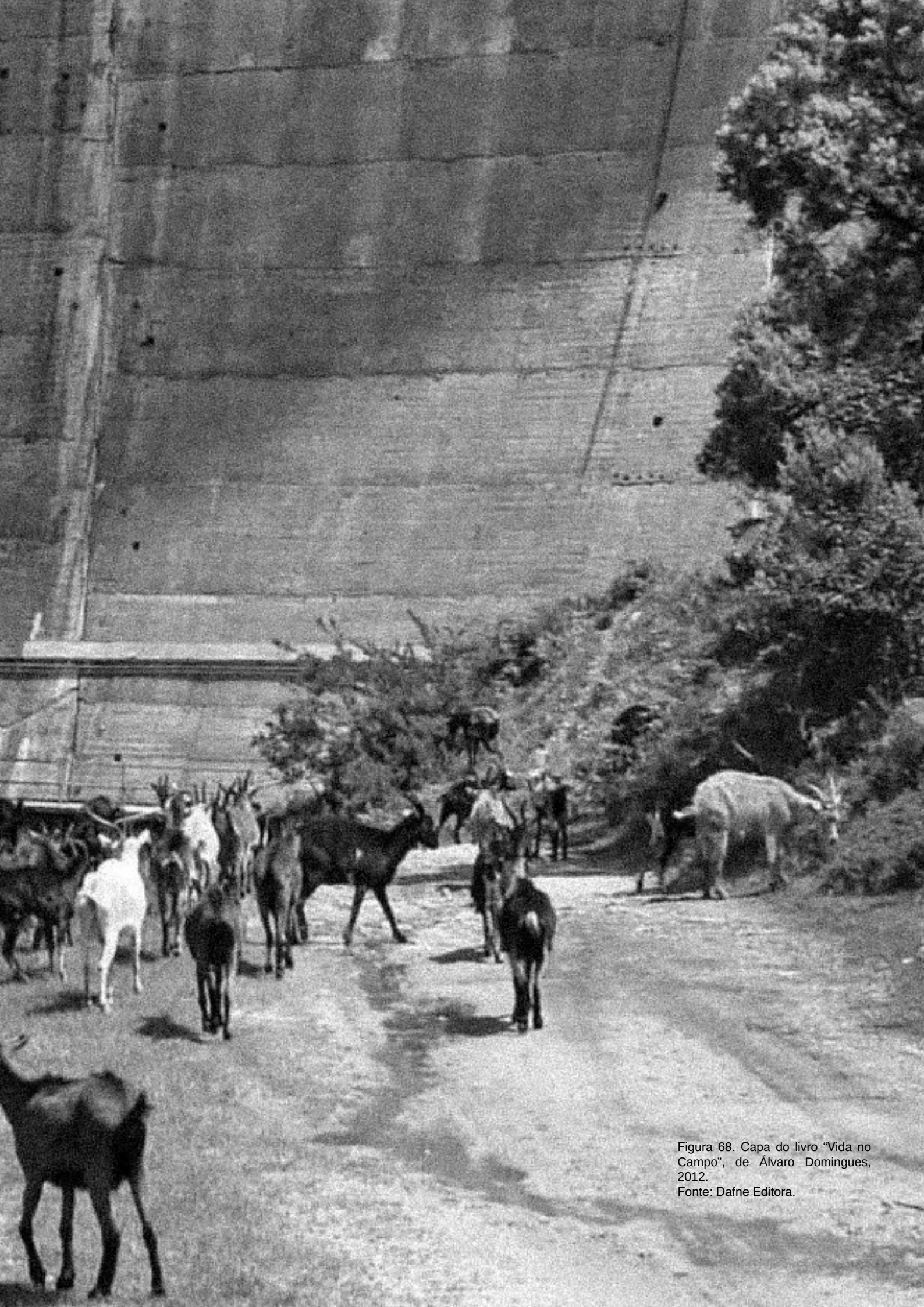


Figura 68. Capa do livro "Vida no Campo", de Alvaro Domingues, 2012.
Fonte: Dafne Editora.

68. O regulamento do POA da albufeira de Cabril, é comum à albufeira de Bouça e Santa Luzia. Foi publicado a 13 de março de 2002.

69. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2002). "Regulamento do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia". Diário da República, 1ª série B, N.º 61 (13 de março de 2002):2258-70. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/45-2002-265296>.

O gesto justo tem início na vontade de trabalhar sobre a margem da albufeira do Cabril. Devido à existência da Barragem do Cabril, e da albufeira que a mesma cria a montante, a margem do rio Zêzere é abrangida no POA⁶⁸. O plano de ordenamento cria uma zona de proteção de albufeiras e uma zona reservada, que consistem numa faixa de quinhentos metros e cinquenta metros, respetivamente, acima do nível pleno de armazenamento de albufeira. Existem limitações no ordenamento do território destas duas zonas, sendo que a mais restrita é a zona reservada, na qual é interdita a construção de novos edifícios.

Esta faixa de território reservada, que acompanha a margem da albufeira, apresenta-se na sua maioria como um espaço florestal, e segundo o Artigo 45.º do POA "as manchas arborizadas com resinosa e eucaliptos não podem exceder 100 ha sem que sejam compartimentadas por faixas de folhosas autóctones" e é "interdita a introdução de infestantes arbóreas ou arbustivas".⁶⁹ Contudo, esta não é a realidade deste espaço, que aos dias de hoje aparenta estar abandonado, dominado por eucaliptos e acácias, representando um perigo iminente, para os utilizadores da albufeira e a população residente na zona de proteção. Assim é perceptível que as intervenções na margem ao serem limitadas, e que o facto deste território não ser "de ninguém", constituem um obstáculo à gestão desses espaços florestais.

Desta forma, o projeto tem como objetivo a criação de um gesto unificador, tornando a faixa num terreno comunitário, semelhante ao conceito de baldios, onde toda a população de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, são partes. A cogestão deste local, apesar de desafiante, cria uma envolvência entre as duas comunidades, com o objetivo de partilha e de introdução da política intermunicipal.

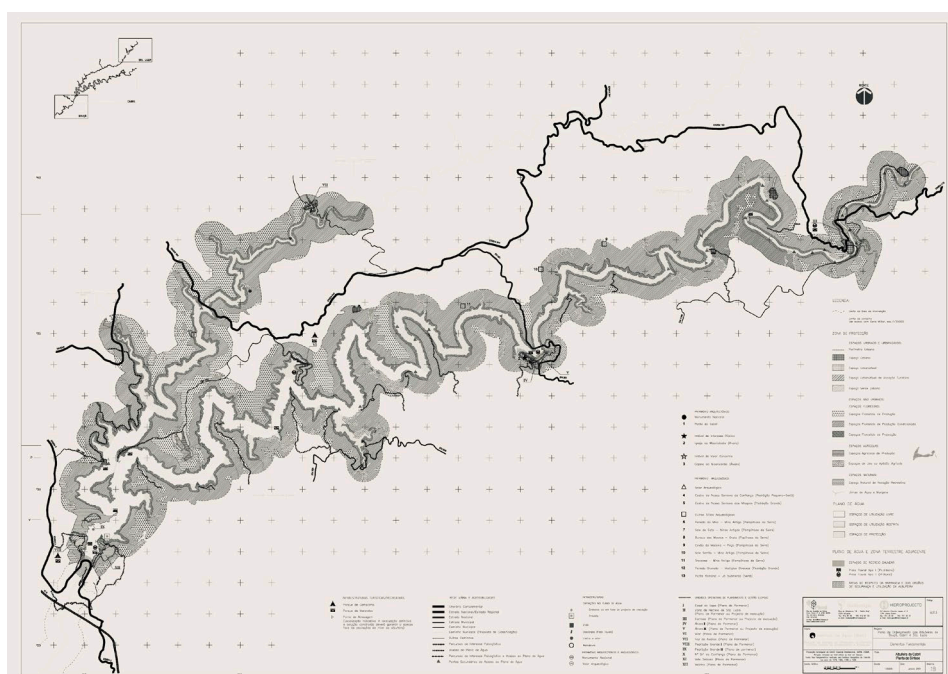
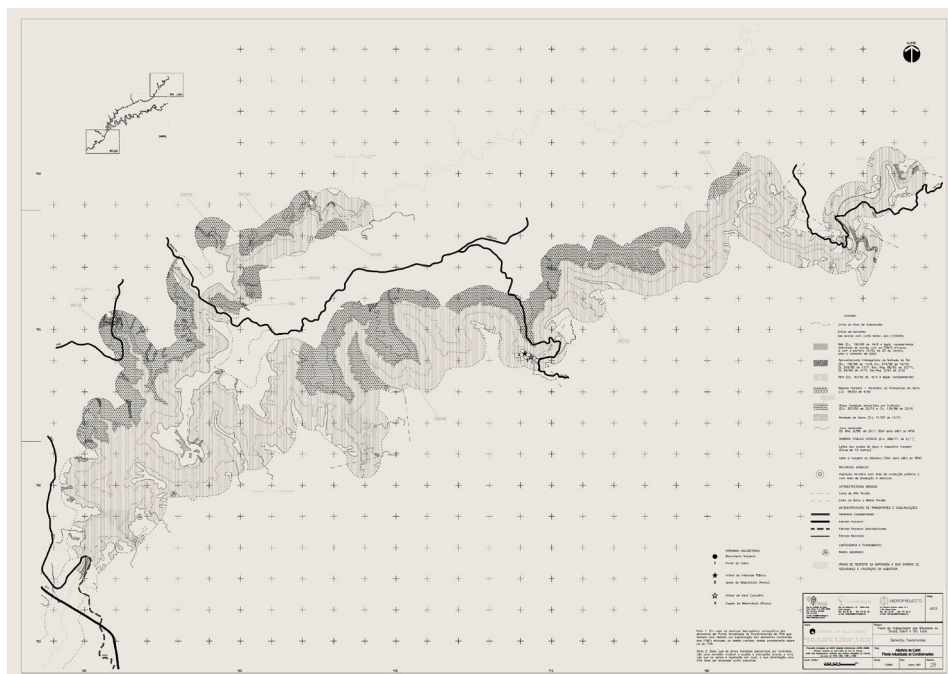


Figura 69|70. Plantas do POA, 2002.
Fonte: CMPG.

70. Rodrigues, M. (1987). Os baldios. Caminho. Página 112.

71. O rebanho misto apresenta vantagens, face a um rebanho só de cabras ou ovelhas, devido à complementaridade do comportamento das duas espécies em questão. Ao terem hábitos alimentares diferentes, a sua ação combinada, otimiza o consumo do pasto e assim tornando a gestão mais eficaz.

72. Oliveira, J. O. (2024, 2 de setembro). Crónicas de um Panteísta. Ep. 17. Dicas para uma gestão ecológica da terra. [Publicação]. Facebook.

73. Soares, A. A. (2024, 21 de Julho). Programa das “cabras sapa-doras” “falhou” porque “o animal não é uma máquina”. Público.

74. Soldado, C. (2024, 22 de Janeiro). Em casos excepcionais, terras sem dono podem mudar de mãos já em 2024. Público.

75. O projeto original da cobertura tem o nome “Dobrava Floating Roof” e é da autoria de Oton Juvovec.

O projeto pretende reabilitar a paisagem florestal, substituindo as espécies invasoras por autóctones, de forma a recuperar a biodiversidade deste território. A manutenção da faixa deve ser feita em comunidade e com o auxílio de um rebanho à semelhança dos baldios. Segundo Manuel Rodrigues, “A criação de rebanhos é (...) depois da floresta e sem incompatibilidades com esta, a maior riqueza dos baldios, podendo ser elevada a potenciais dez e mais vezes superiores”⁷⁰. A introdução de um rebanho misto⁷¹, de cabras e ovelhas, irá ajudar na gestão de combustível, no processo regenerativo da floresta e é uma forma de “devolver à Natureza os atores que dela nunca haviam de ter saído”⁷², tornando o rebanho como agente ativo da paisagem, servindo a paisagem da mesma forma que esta o serve a ele. A existência de apenas um rebanho, obriga a que este faça a travessia da barragem para poder atuar nas duas margens, desta forma é desenhado um percurso de transumância, ao longo das margens, que estabelece a ligação entre dois currais. O percurso gera espaços de sombra e água, permitindo o abrigo do rebanho e de outros animais integrantes do ecossistema, possibilitando a ligação do humano e não-humano.

A reintrodução do pastoreio é o retorno a um sistema tradicional e que outrora caracterizava o território, porém para que este seja sustentável é necessário inovar e adaptar à realidade atual. A existência da figura do pastor não pode ser dispensável, porque o “animal não é uma máquina”. Ele é quem encaminha o rebanho, impedindo o sobre pastoreio, e por isso tornando-se num “gestor do mato” e “guardião da paisagem”.⁷³ A proposta aponta ainda para a reinvenção da visão tradicional do pastor, que o pastoreio deixe de ser uma atividade individual e possa passar a ser praticada por grupos pertencentes à comunidade, uma espécie de “pastor” coletivo e rotativo, à semelhança do sistema implementado nos baldios.

A política de pensamento aplicada à faixa reservada, poderia ser alargada para além da margem do Cabril, e estender-se para os terrenos cujo cadastro não está identificado no BUPi.⁷⁴

“Cenários (Re)Imaginados” são colagens, cujo objetivo era uma tentativa de visualização do rebanho na paisagem característica do Cabril. A primeira imagem é o contraste entre a infraestrutura hidráulica - a barragem – e o rebanho, acompanhado de uma pastora. Na segunda colagem, retrata a margem montante da barragem, e o rebanho a ser pastoreado por duas crianças. A terceira colagem é uma invocação da possibilidade de projeto, onde o rebanho se encontra abrigado debaixo de uma estrutura⁷⁵. Por último, a quarta colagem, sobre a fotografia da “Tanikawa House”, do Shinohara, pretende recriar a espacialidade pensada para o curral, um espaço amplo, em continuidade com o exterior e que permita a relação interespecíes.

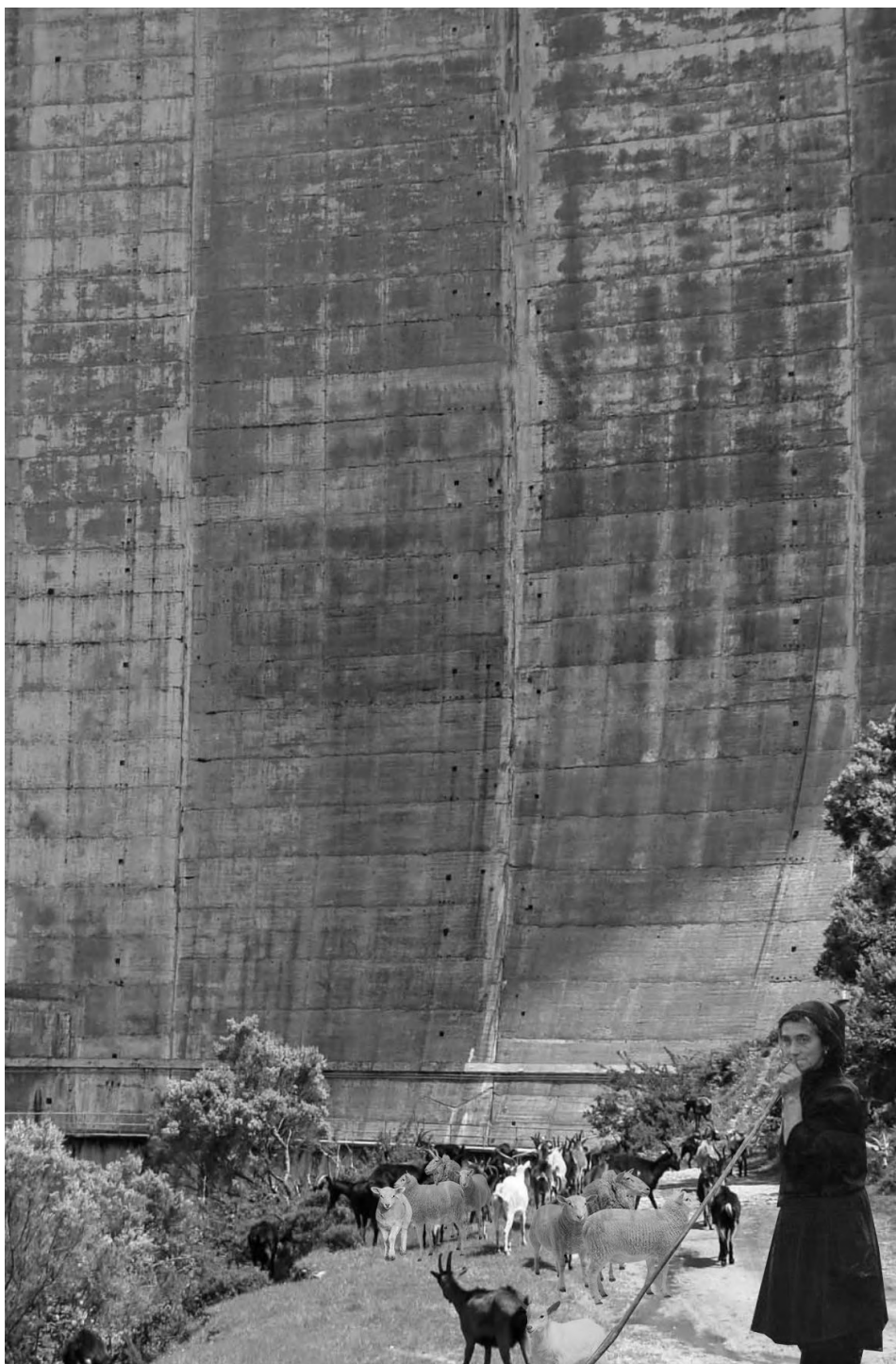


Figura 71. Colagem "Cenários (Re) Imaginados I", 2024.

O Pastor Amoroso

I

O pastor amoroso
Quando eu não te tinha
Amava a Natureza como um monge calmo a Cristo...
Agora amo a Natureza
Como um monge calmo à Virgem Maria,
Religiosamente, a meu modo, como dantes,
Mas de outra maneira mais comovida e próxima.
Vejo melhor os rios quando vou contigo
Pelos campos até à beira dos rios;
Sentado a teu lado reparando nas nuvens Reparo nelas melhor...
Tu não me tiraste a Natureza...
Tu não me mudaste a Natureza...
Trouxeste-me a Natureza para ao pé de mim.
Por tu existires vejo-a melhor, mas a mesma,
Por tu me amares, amo-a do mesmo modo, mas mais,
Por tu me escolheres para te ter e te amar,
Os meus olhos fitaram-na mais demoradamente Sobre todas as coisas.
Não me arrependo do que fui outrora
Porque ainda o sou.
Só me arrependo de outrora te não ter amado.

Alberto Caeiro



Figura 72. Colagem "Cenários (Re) Imaginados II", 2024.

O Pastor Amoroso

VIII

O pastor amoroso perdeu o cajado,
E as ovelhas tresmalharam-se pela encosta,
E, de tanto pensar, nem tocou a flauta que trouxe para tocar.
Ninguém lhe apareceu ou desapareceu... Nunca mais encontrou o cajado.
Outros, praguejando contra ele, recolheram-lhe as ovelhas.
Ninguém o tinha amado, afinal.
Quando se ergueu da encosta e da verdade falsa, viu tudo:
Os grandes vales cheios dos mesmos vários verdes de sempre,
As grandes montanhas longe, mais reais que qualquer sentimento,
A realidade toda, com o céu e o ar e os campos que existem,
E sentiu que de novo o ar lhe abria, mas com dor, uma liberdade no peito.

Alberto Caeiro

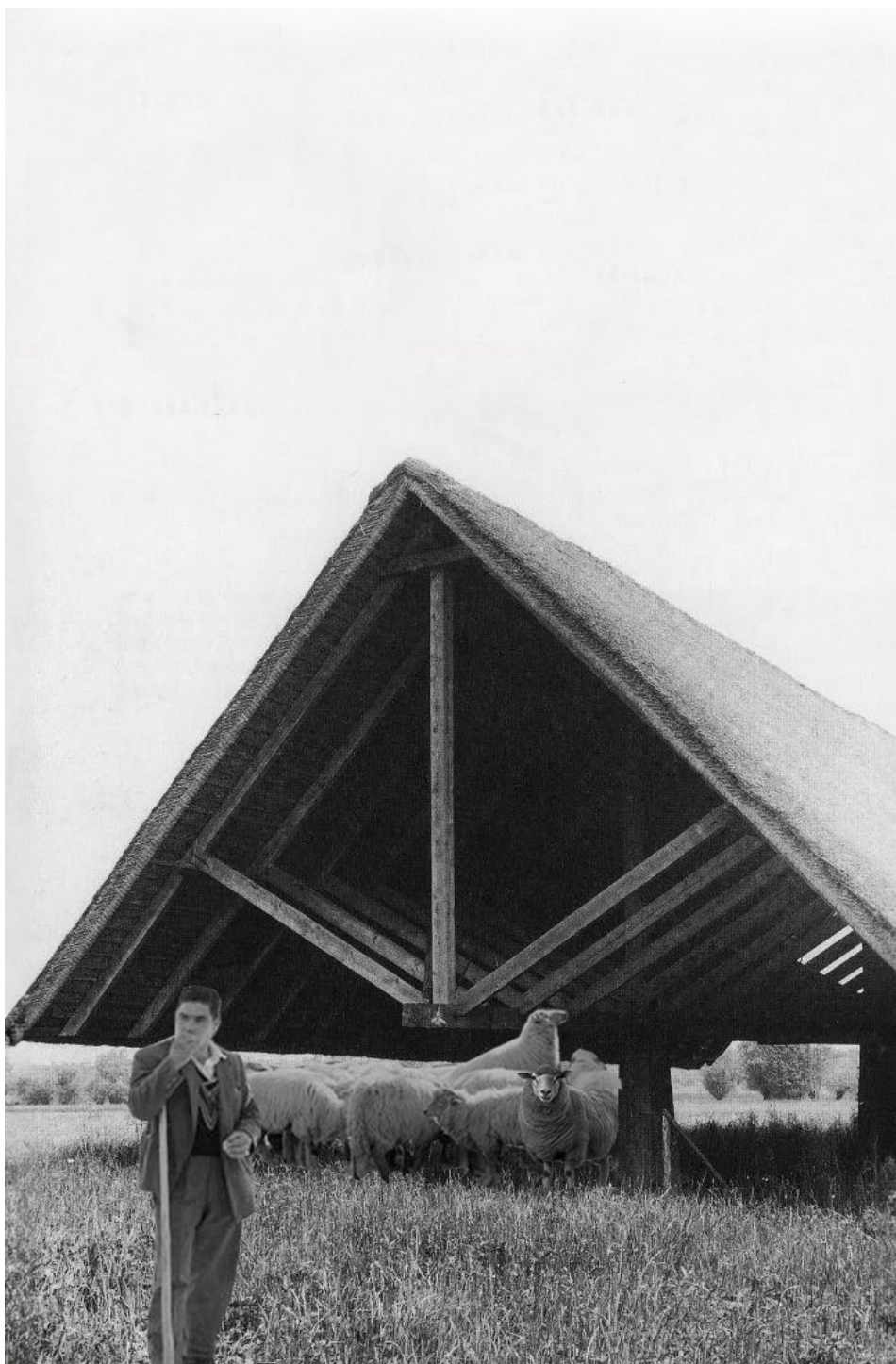


Figura 73. Colagem "Cenários (Re) Imaginados III", 2024.

O Guardador de Rebanhos

I

Eu nunca guardei rebanhos,
Mas é como se os guardasse.
Minha alma é como um pastor,
Conhece o vento e o sol
E anda pela mão das Estações
A seguir e a olhar.
Toda a paz da Natureza sem gente
Vem sentar-se a meu lado.
(...)

Alberto Caeiro

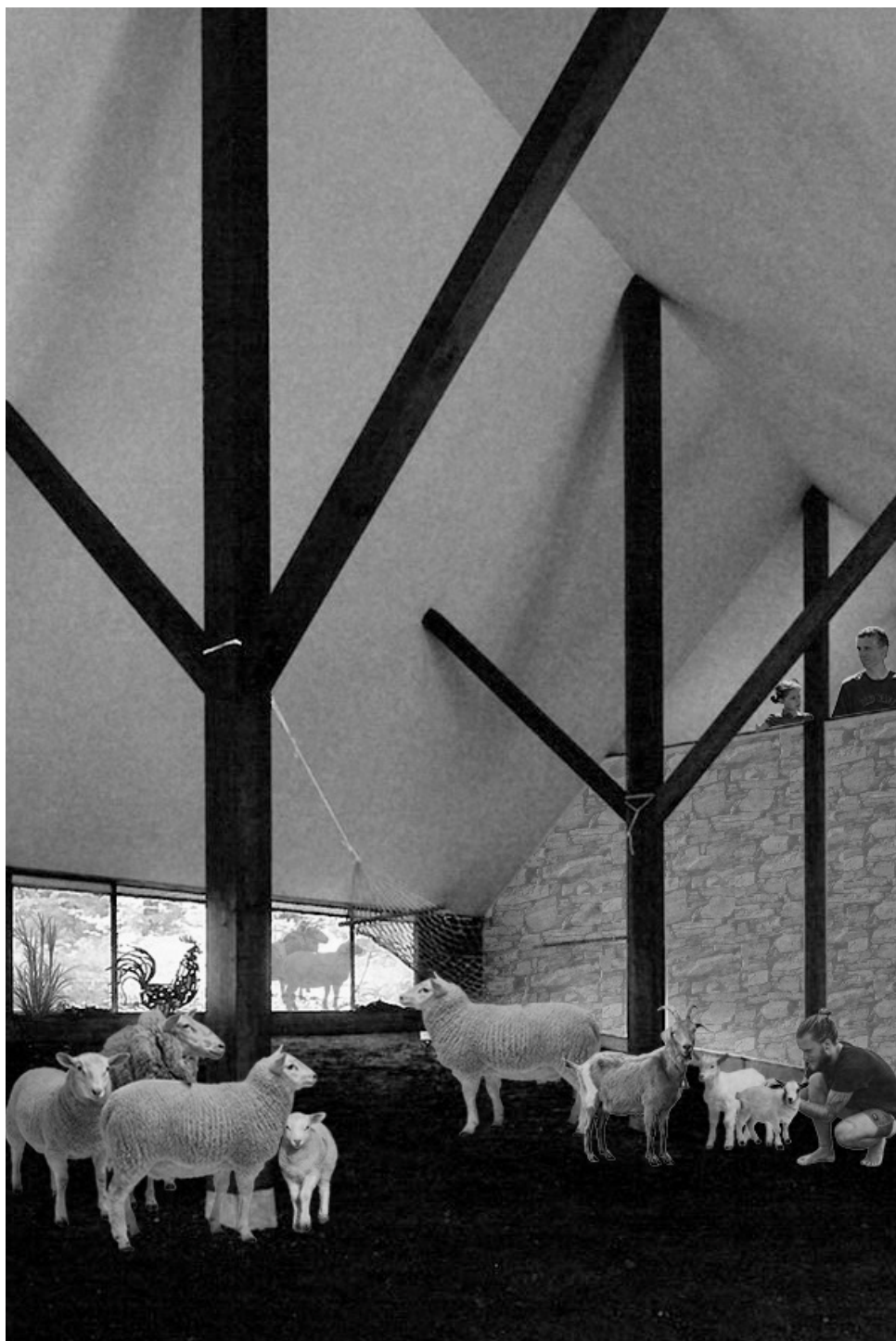


Figura 74. Colagem "Cenários (Re) Imaginados IV", 2024.

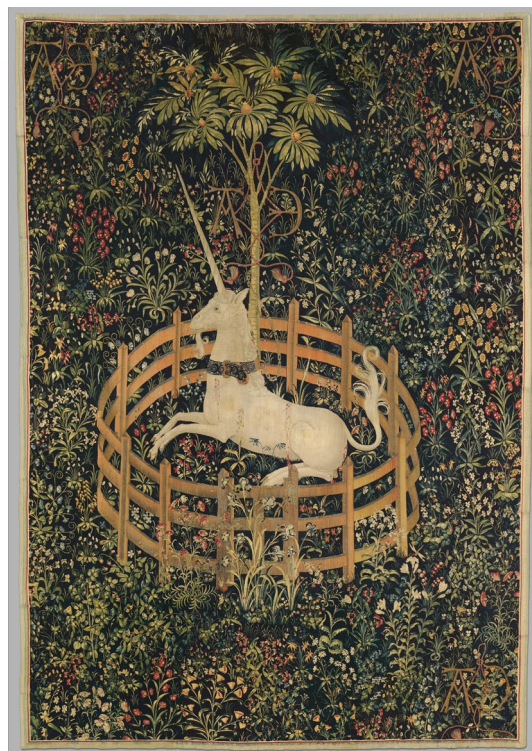


Figura 75. Tapete “The unicorn rests in a Garden”, 1495–1505.
Fonte: MET Museum

Ao iniciar o pensamento sobre a coexistência de espécies mais domesticadas - as cabras e as ovelhas - com as espécies selvagens – lobos, javalis, veados – surge a necessidade de criar um limite entre as mesmas, ao mesmo tempo em que se equacionam as suas convivências. A implementação de um curral, num espaço florestal, que é o habitat de inúmeras espécies, é por si só a criação de um limite. A ideia de limitar os animais a um espaço, quer por proteção, quer por controlo dos mesmos remete à antiguidade, e as seguintes imagens são exemplo disso. “The unicorn rests in a Garden” é um tapete, do fim do século XV, que retrata um jardim florido no qual esta cercado um unicórnio, como se fosse um retrato da sociedade. Neste caso a leitura da criação desta barreira, tinha como objetivo permitir a observação de um animal exótico, e revela um sentido de posse por ser uma criatura mítica, que jamais se encontraria enjaulada. “Verdure with animals, a private garden and a source of life” é a representação do hortus conclusus, o jardim fechado. Neste caso o jardim tenta simular a natureza dentro da cerca, como se a flora se propagasse sem a existência do limite. Mas neste caso a representação dos animais dentro e fora da cerca é diferenciada, podendo o limite ser um símbolo de proteção face ao exterior.

As imagens são uma representação do conceito de limite e o espaço que este gera – o enclosure. Limites de terrenos, limites de povoações, limites de animais, a existência de limites, dentro de limites. Estes assumem diferentes materialidades na sua construção, desde muros em pedra, estruturas de madeira e sebes vivas.

No caso dos Boma⁷⁷, a vila é organizada dentro do limite de uma sebe viva, com uma estrutura espinhosa que é combinada com plantações de espécies medicinais e alimento para o gado. Para além de ser um método de proteção, também serve de alimento para os animais que pastoreiam dentro dos limites.

77. Watson, J. (2019). Lo-TEK: Design by Radical Indigenism. Taschen. Página 221.

Figura 76. Tapete "Verdure with animals, a private garden and a source of life", 1500-1525.
Fonte: Canvas Prints.

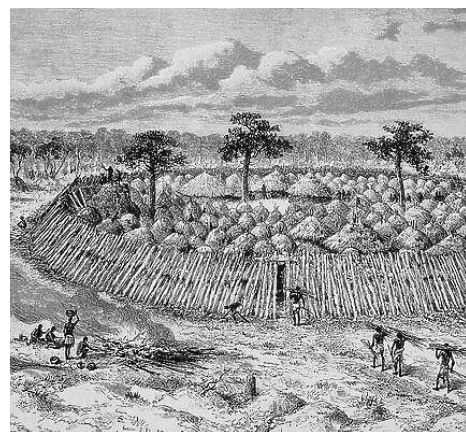




77.



78.



79.

Figura 77. Ilha de Inisheer I, Irlanda, 1976. Fotografia de Werner Blaser.
Fonte: Orthos Logos.

Figura 78. Ilha de Inisheer II, Irlanda, 1976. Fotografia de Werner Blaser.
Fonte: Orthos Logos.

Figura 79. "A Congolese village in the mid 19th century", 1888.
Fonte: Alamy.

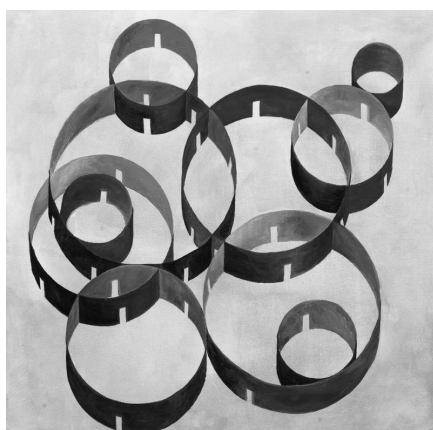




81.



80.



82.

Figura 80. Aerial view of Maasai-boma, 2010. Fotografia de Martin Harvey.
Fonte: Alamy.

Figura 81. Ilha de Inisheer III, Irlanda, 1976. Fotografia de Werner Blaser.
Fonte: Orthos Logos.

Figura 82. INFINITE MOTIVE, 2015.
Fonte: Divisare.

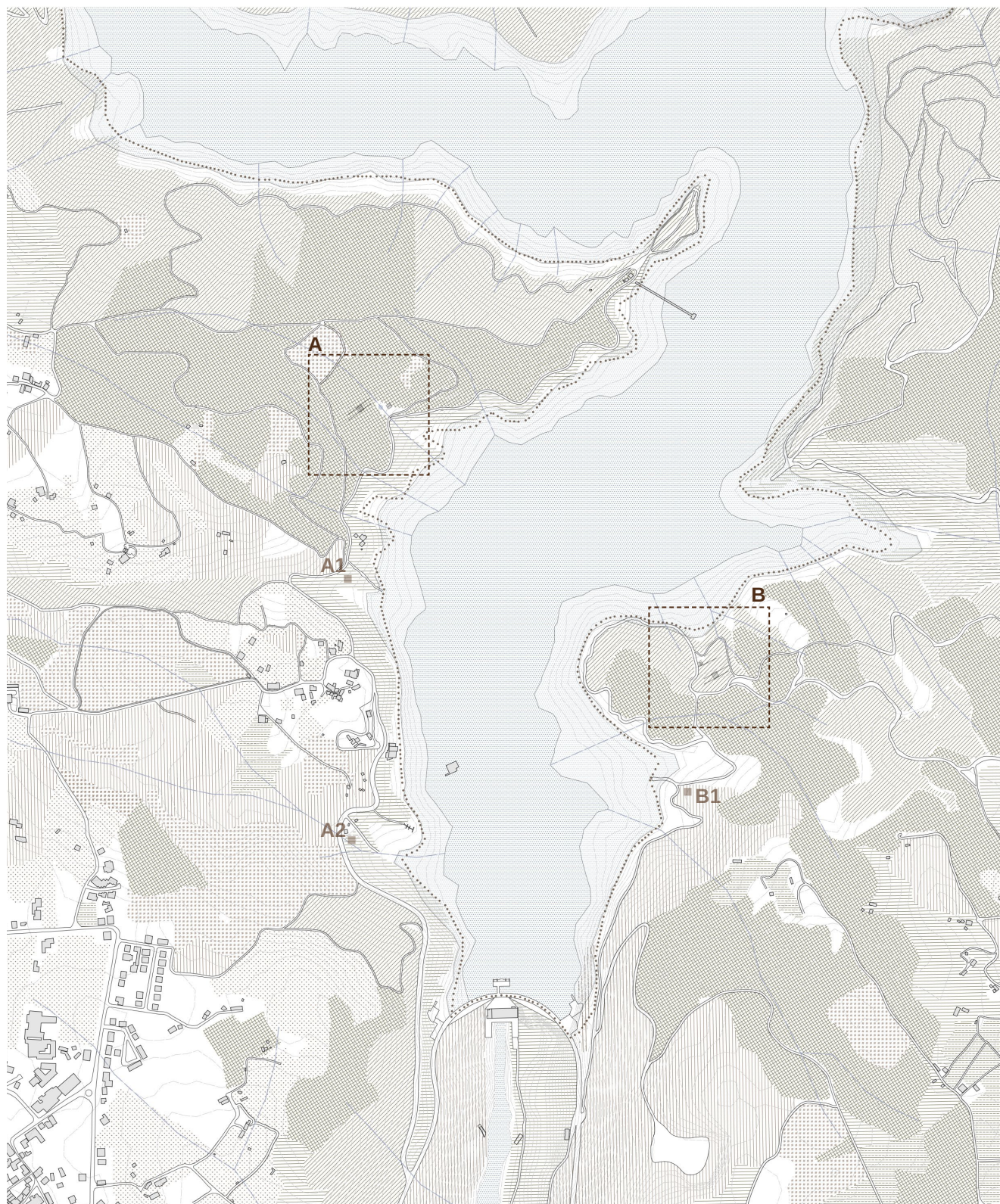
A primeira parte do projeto foca-se no percurso de transumância e no abecedário de situações que o mesmo gera. O percurso planeado é feito entre o local de intervenção A e B, entre a margem de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, respetivamente. O percurso é feito à meia-encosta, tem três quilómetros e meio, sendo a travessia do rio feita pelo tabuleiro da barragem do Cabril. A passagem dos animais entre margens, é realizada quando a manutenção da floresta assim necessitar e de forma sazonal, respeitando o crescimento das espécies. A transumância segue a seguinte ordem, Local A – Cobertura A1 – Cobertura A2 – Barragem – Cobertura B1 – Local B.

O local A é onde se encontra o curral da margem de Pedrógão Grande e marca o ponto de partida do rebanho, seguindo-se a cobertura A1 e A2. Como dito anteriormente, as coberturas são espaços de sombra e água, elementos essenciais aos seres vivos, nomeadamente durante o percurso. Estes espaços são ainda complementares às atividades relacionadas com a margem da albufeira, sendo a cobertura A1 um possível espaço para os pescadores lúdicos da albufeira do Cabril e a cobertura A2, um espaço dedicado aos banhistas do Vale de Góis. De seguida encontra-se o ponto mediador e de ligação das margens, a Barragem. É neste espaço onde existe a queijaria que produz queijo a partir do leite retirado do rebanho e o mercado, onde os mesmos são vendidos em conjunto com a lã. A cobertura B1, pertencente à margem de Pedrógão Pequeno, complementa a apanha de cogumelos locais, que devido à maior presença de humidade face à outra margem, têm um crescimento espontâneo no pinhal existente. O que marca o fim, e o início do percurso contrário, é o local B, onde está o segundo curral. O abecedário de situações é pensado de forma a qualificar o percurso, através da criação de muros, ha-ha⁷⁶, canaletes de água que assumem a função de bebedouros.

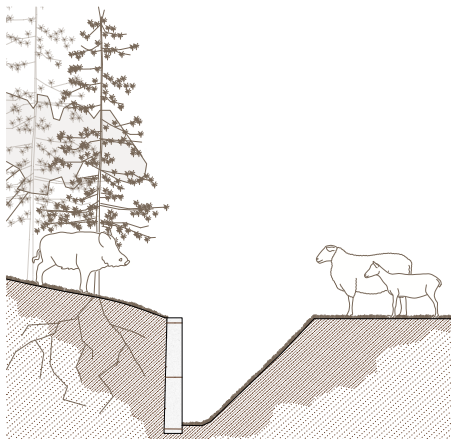
76. "ha-ha is a construction in landscape architecture where a wall is hidden in a dry moat. Originally, these sunken walls were used to mark boundaries or to stop intruders." Barnas, M. (2021).

Planta de estratégia e proposta

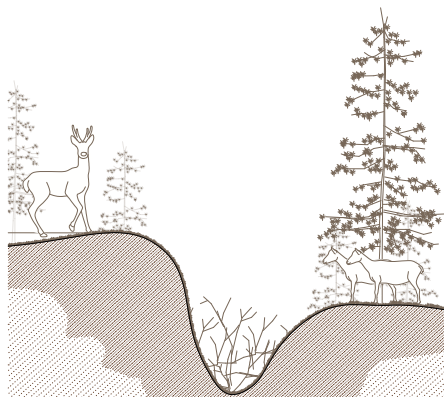
○
250 metros



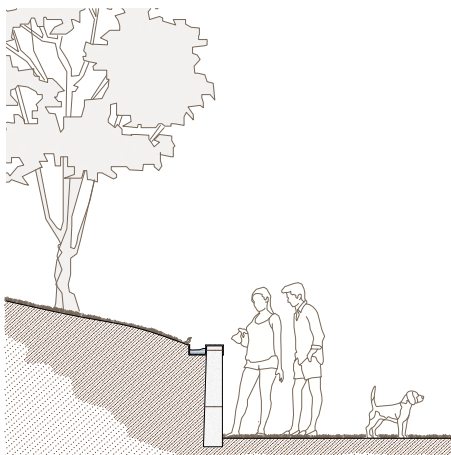
2 metros



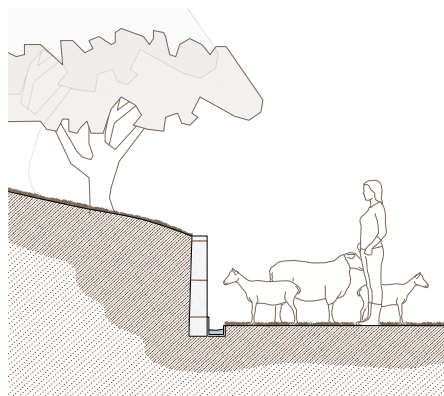
a1. Ha-ha com muro de suporte de granito



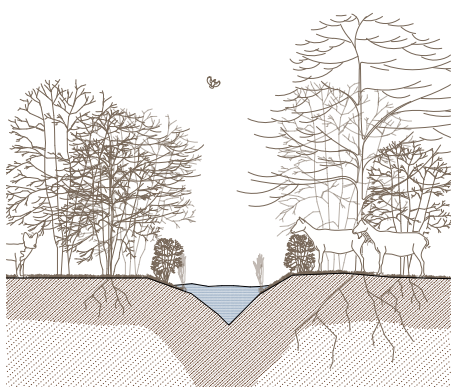
a2. Ha-ha



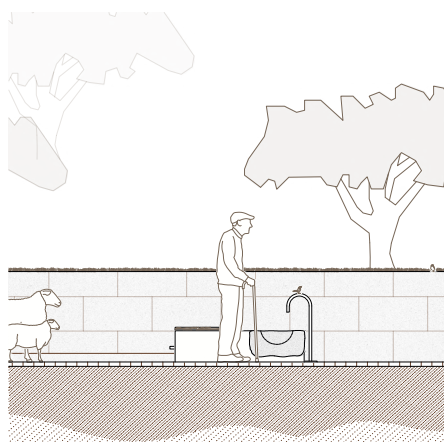
b1. Muro de contenção em granito com canaleta de aço no topo



b1. Muro de contenção em granito com canaleta de aço embutido



c1. Linhas de água e bacias de retenção



d1. Banco com pia de granito embutida

A cobertura é um momento de sombra e água no percurso de transumância, é um espaço de reunião dos diversos seres, e pode estar associada a diferentes programas, como a pesca, a praia fluvial, a apanha de cogumelos e o churrasco. A estrutura é de madeira e é revestida de placas de xisto. Os muros e o bebedouro são em granito, um material local.

e1. Cobertura interespécies com bebedouros

1 metro

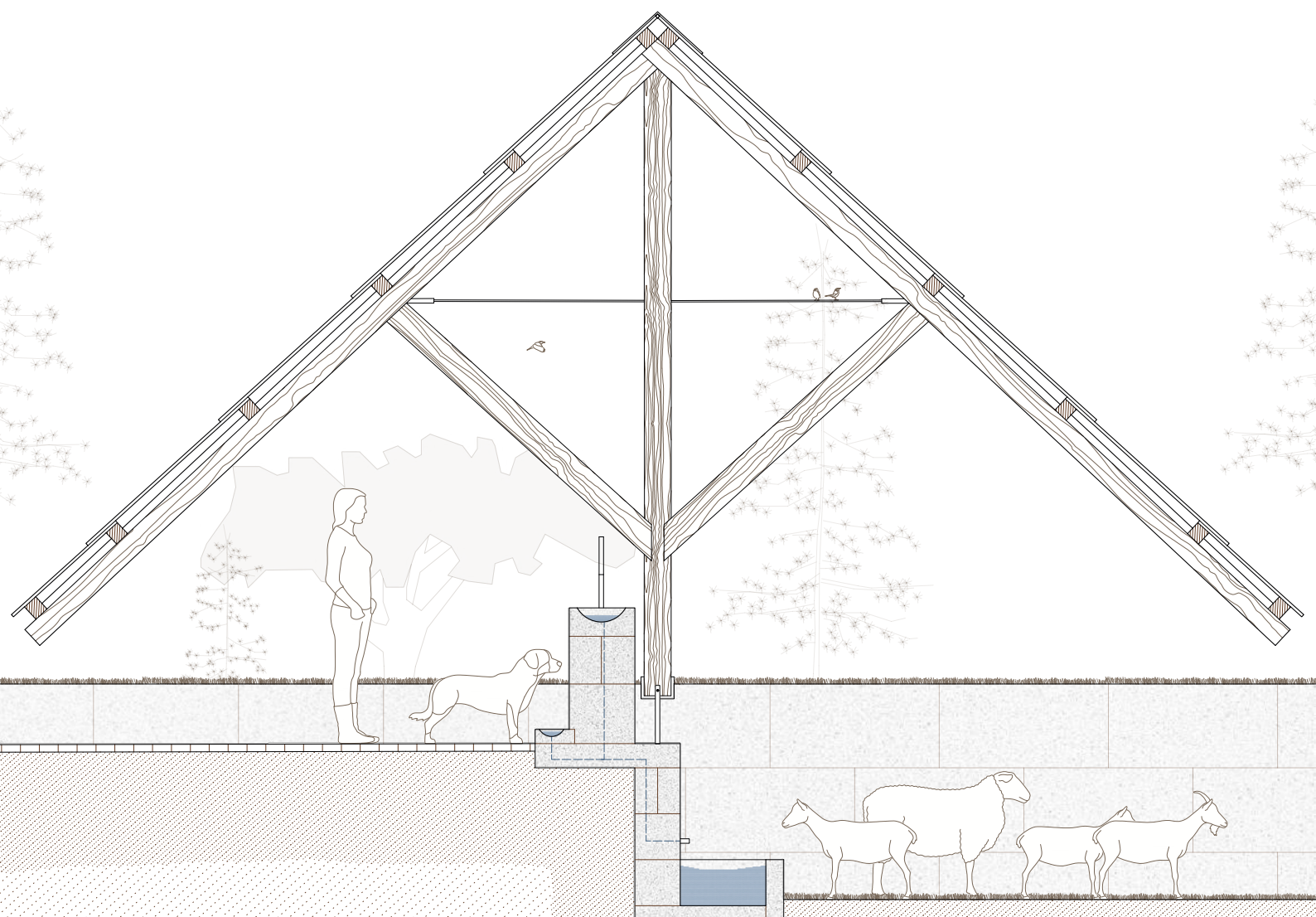




Figura 83. Colagens da plantação e evolução da sebe-viva, 2024.
Autoria própria.



As sebes vivas são uma forma de desenhar um limite, mas ao mesmo tempo constituem alimento para o rebanho, espécies polinizadoras e também servem de habitats para outras espécies.

Na escolha das espécies de flora a integrar a sebe viva, foi considerado que teria de existir uma espécie estruturante - o cedro - e uma espécie que tivesse fruto e servisse de alimento. Caso a sebe fosse apenas de medronheiros, as cabras acabariam por destruí-la.

Neste caso é usada estacaria com troncos de eucaliptos cortados, são plantadas de forma intrecalada, as duas espécies, e durante o seu crescimento são podadas e entrançadas, construindo um muro verde, que protege o rebanho de espécies predadoras, ao mesmo tempo que é habitat de insetos, pássaros e polinizadores.

Com o avançar do tempo, outras espécies existentes no solo, vão crescendo e tornando a sebe mais sólida, fazendo parecer que sempre pertenceu ao local.

Figura 84. Sebe-viva, do livro “Hedge and hedgelaying”.





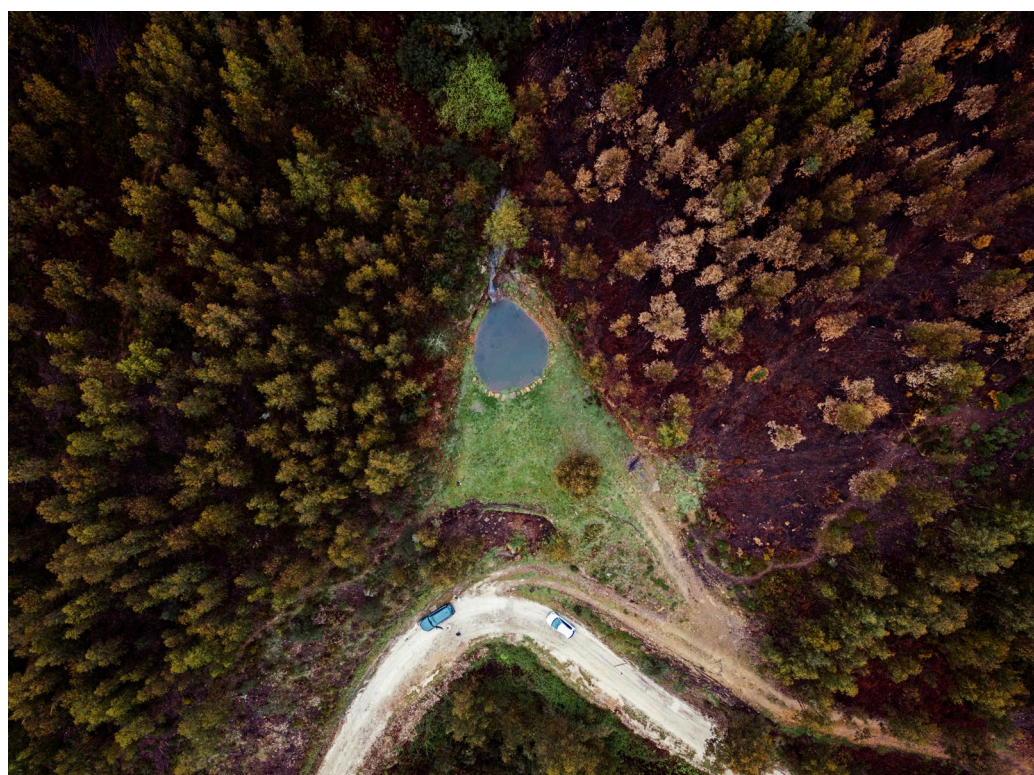


LOCAL A

Figura 85. Queda de água e bacia de retenção, 2024.
Fotografia de Beatriz Duarte.

Figura 86. Muro de contenção de xisto, 2024.
Fotografia de Beatriz Duarte.

Figura 87. Vista aérea do local A, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.



Local de Intervenção A

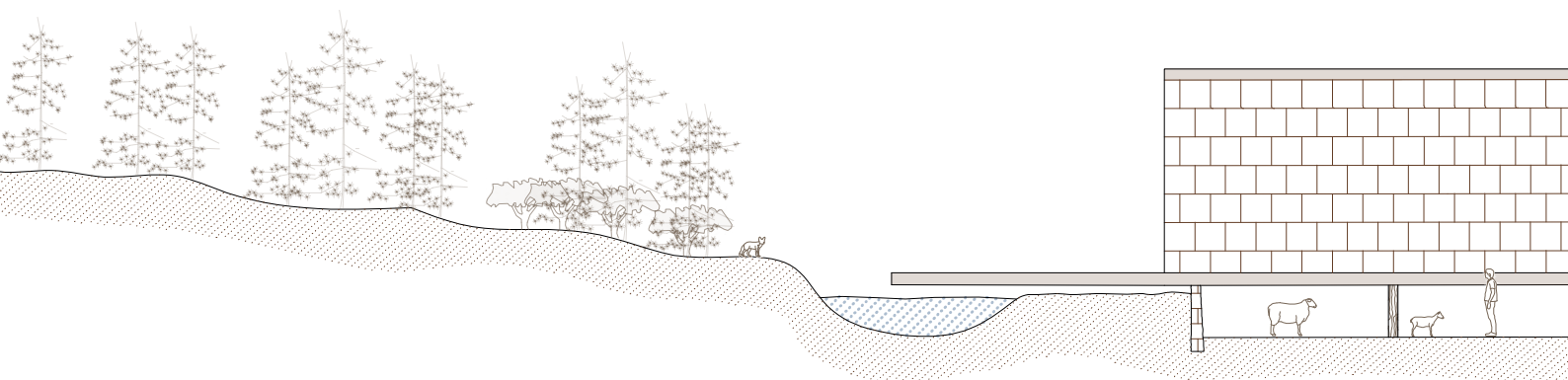
O local de intervenção A, localizado na margem de Pedrógão Grande está orientado a sudeste, tendo por isso exposição solar na maior parte do dia. De acordo com o BUPi, é um terreno privado, que se encontra na zona de proteção da albufeira e segundo o POA é caracterizado como um “Espaço natural de vocação recreativa”. Está localizado dois metros acima da cota da via e é atravessado por uma linha de água, que divide o terreno, levando a água a cair sobre uma bacia de retenção e posteriormente encaminha-a para a albufeira, por debaixo do solo. A existência de água neste terreno e o facto de ser um local húmido e fresco, mesmo durante períodos de maior exposição solar, foi um fator relevante na escolha do local de intervenção. Um dos aspetos mais predominantes deste local é o facto de o que devia ser mancha florestal, é agora uma monocultura de eucaliptos. Do lado esquerdo da linha de água, os eucaliptos encontram-se queimados, indicando que existiu um incêndio, que não ultrapassou a mesma.

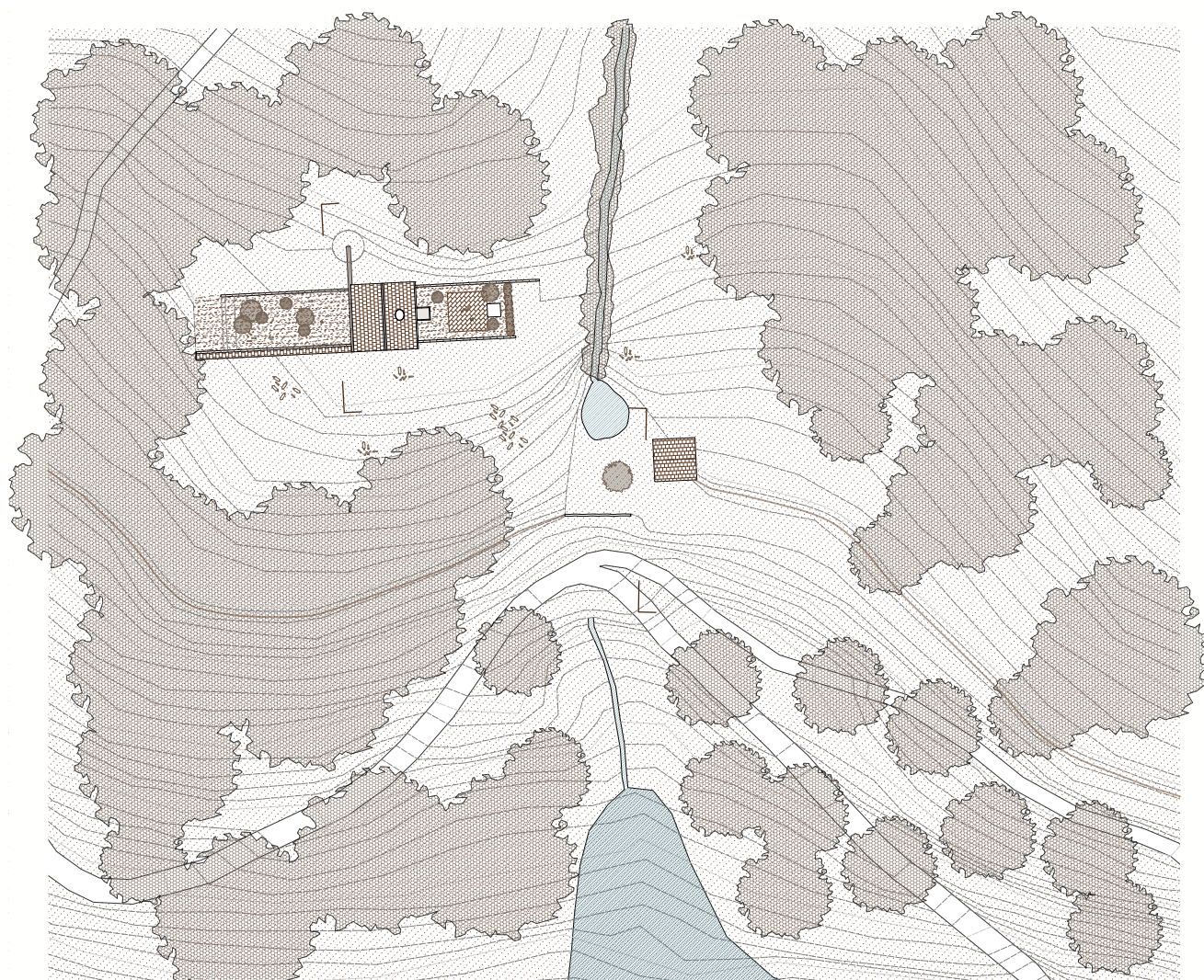
Intervenção A

A intervenção no local A, incide sobre a implantação do curral, numa cota mais elevada e limitada pela linha de água, e o desenho de uma cobertura ao nível da bacia de retenção.

A estrutura das construções é semelhante, apresentando diferenças na escala e no facto da cobertura do curral assentar em muros de pedra granítica.

O curral desenvolve-se entre os dois muros, que são o método de estabilização do terreno, sendo atravessável de uma ponta à outra. É limitado por um ha-ha e uma sebe-viva. Nesta intervenção existem dois métodos de recolha de águas na cobertura, uma cai sobre um tanque de filtração e a outra forma uma bacia de água, na cota superior, criando um momento de reunião de espécies. Na cota superior do curral, está o abrigo do pastor. É desenhado um ha-ha com muro de granito, que faz a ligação ao muro pré-existente, permitindo que o rebanho possa circular livremente no terreno. O redesenho da mancha florestal é um ponto muito importante na intervenção deste local, sendo aplicada a estratégia do corte da gestão florestal.



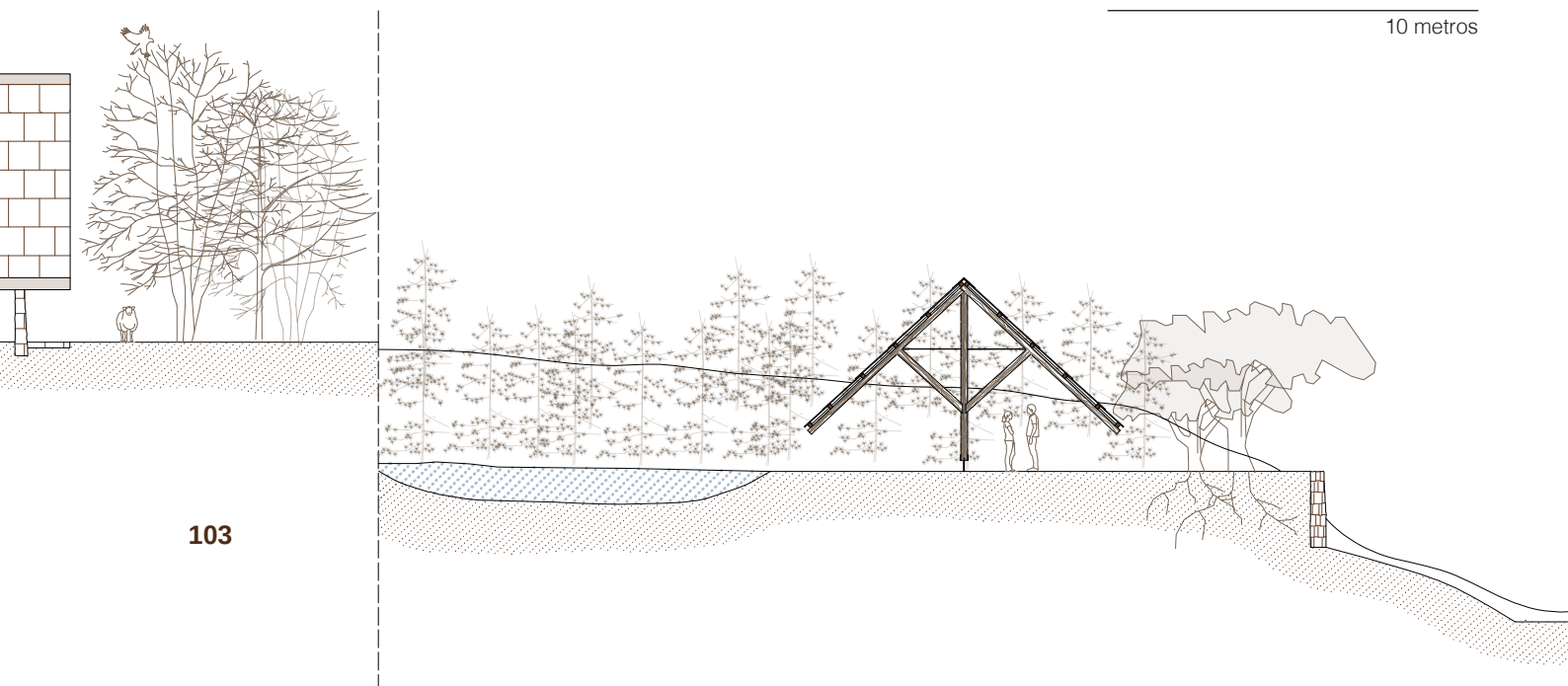


Planta da intervenção A

25 metros

Corte intervenção A

10 metros







LOCAL B

Figura 88. Vista frontal do local B, visto da outra margem, 2024.
Fotografia de Beatriz Duarte.

Figura 89. Fauna e troncos cortados, 2024.
Fotografia de Beatriz Duarte.

Figura 90. Vista aérea do local B, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.

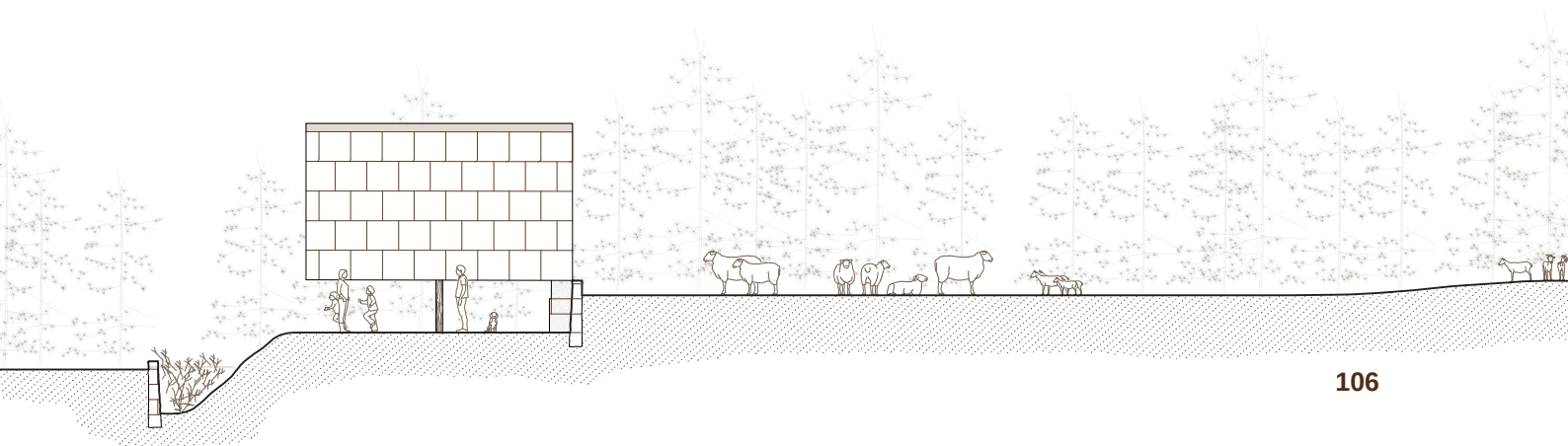


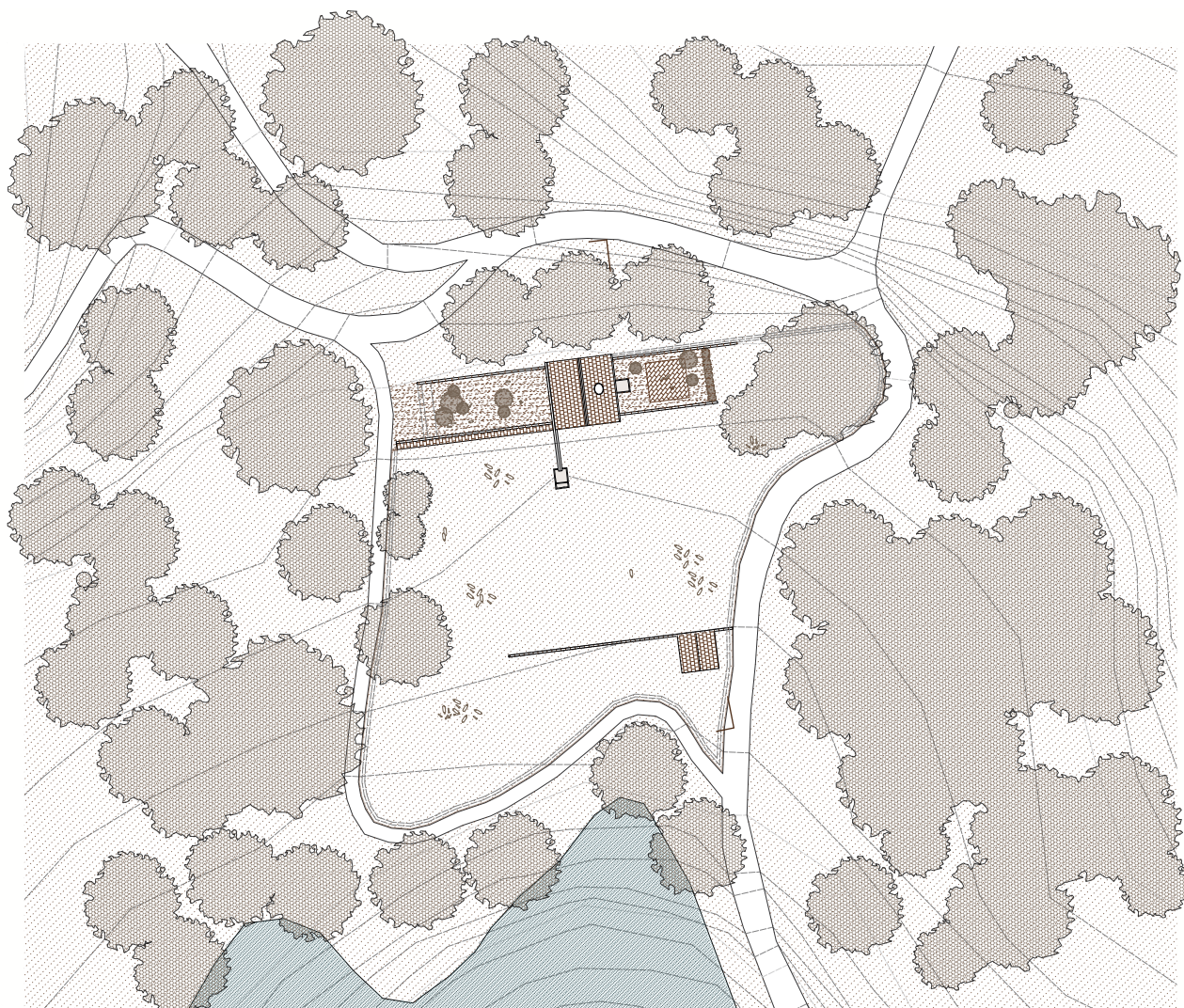
Local de Intervenção B

O local de intervenção B, localizado na margem de Pedrógão Pequeno está orientado a norte, sendo por isso uma encosta mais fresca e húmida, e com menor exposição solar que o local B. Trata-se de um terreno municipal e está inserido nos “Espaços Florestais de Proteção”, segundo o POA. A parte inferior do terreno, está limitada pelo nível da água da albufeira, fazendo com que a sua dimensão altere consoante a cota da mesma. Possui também uma linha de água, contudo esta não está à superfície, sendo acessível através de um possível furo. É um terreno com bastantes arbustos e sem árvores, de momento, representando um recinto aberto, no meio da área florestal. Uma característica que o distingue, é a presença de um churrasco público e um pequeno parque de merendas.

Explicação da Intervenção B

A intervenção no local B incide sobre a implantação do curral, na cota mais elevada, à semelhança do local A. Devido à pré-existência de um churrasco-público, a cobertura pretende continuar a responder a esse programa, apenas adaptando a estrutura e assim tornando-a semelhante à do curral. Neste caso a cobertura do churrasco, é também sustentada por um muro de granito. A recolha de águas na intervenção B tem um tanque de filtragem, no interior do curral, à semelhança da intervenção A, e ainda uma recolha para um outro tanque. Este tanque encontra-se numa cota mais baixa que o curral, com o objetivo de fornecer água ao rebanho, quando este está solto. Para o rebanho ficar limitado ao terreno entre as estradas, é desenhado um ha-ha com muro de granito, permitindo que os animais estejam soltos. Visto não existirem árvores neste local, o plano de reflorestação desta zona protegida consistiu na plantação de espécies maioritariamente folhosas e autóctones.





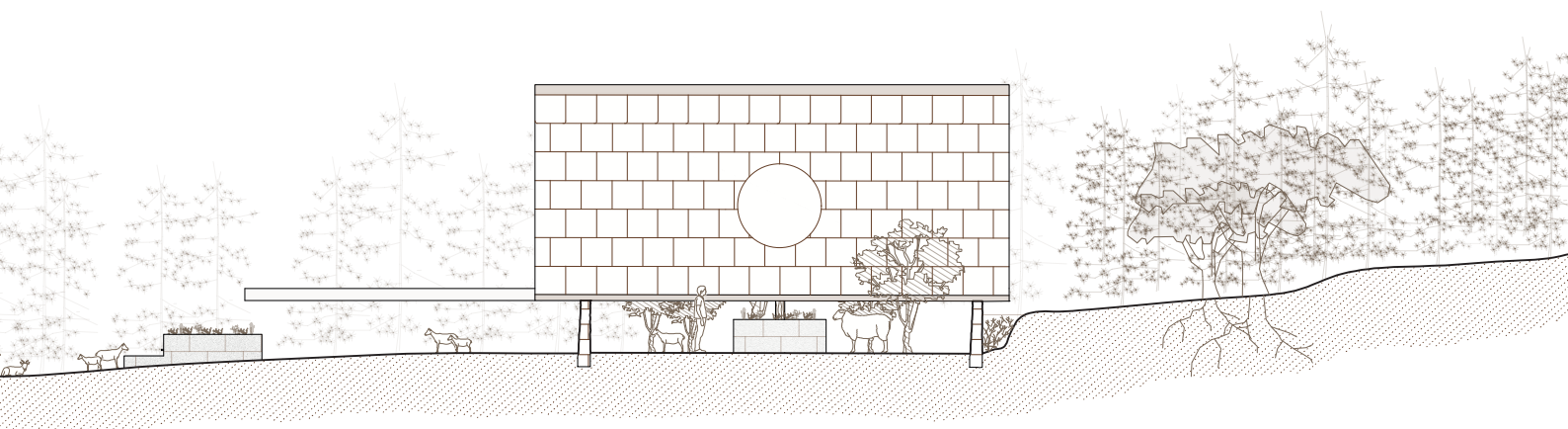
Planta da intervenção B

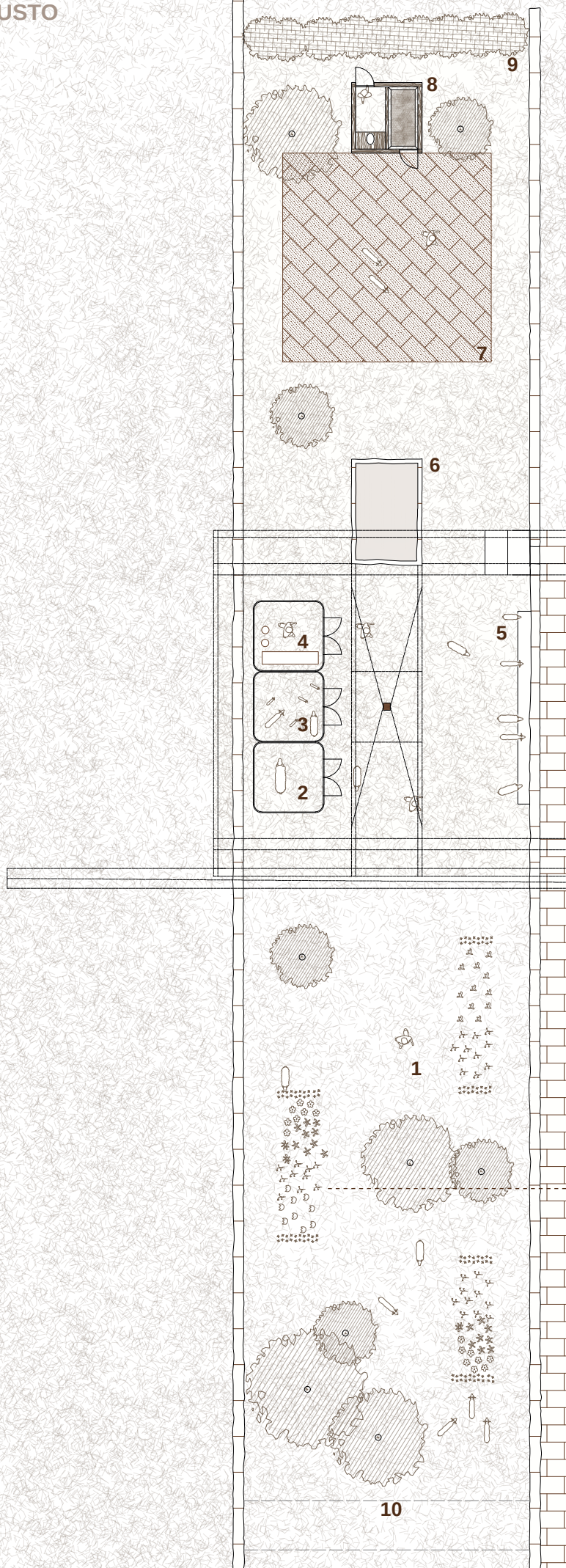


25 metros

Corte intervenção B

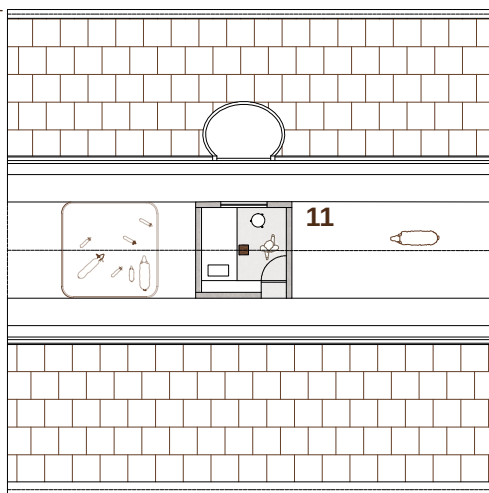
10 metros





Plantas do curral

10 metros



1. Sementeira - aveia + azevém + aveião + trevo branco + ervilha
2. Box de isolamento
3. Maternidade
4. Arrumos de palha
5. Comedouros
6. Tanque de recolha de águas
7. Pátio de fermentação do estrume
8. Casa de banho seca + nitreira
9. Sebe-viva de cedros e medronheiros
10. Ha-ha
11. Casa do pastor

Sementeiras



Aveia
Avena sativa



Azevém
Lolium multiflorum

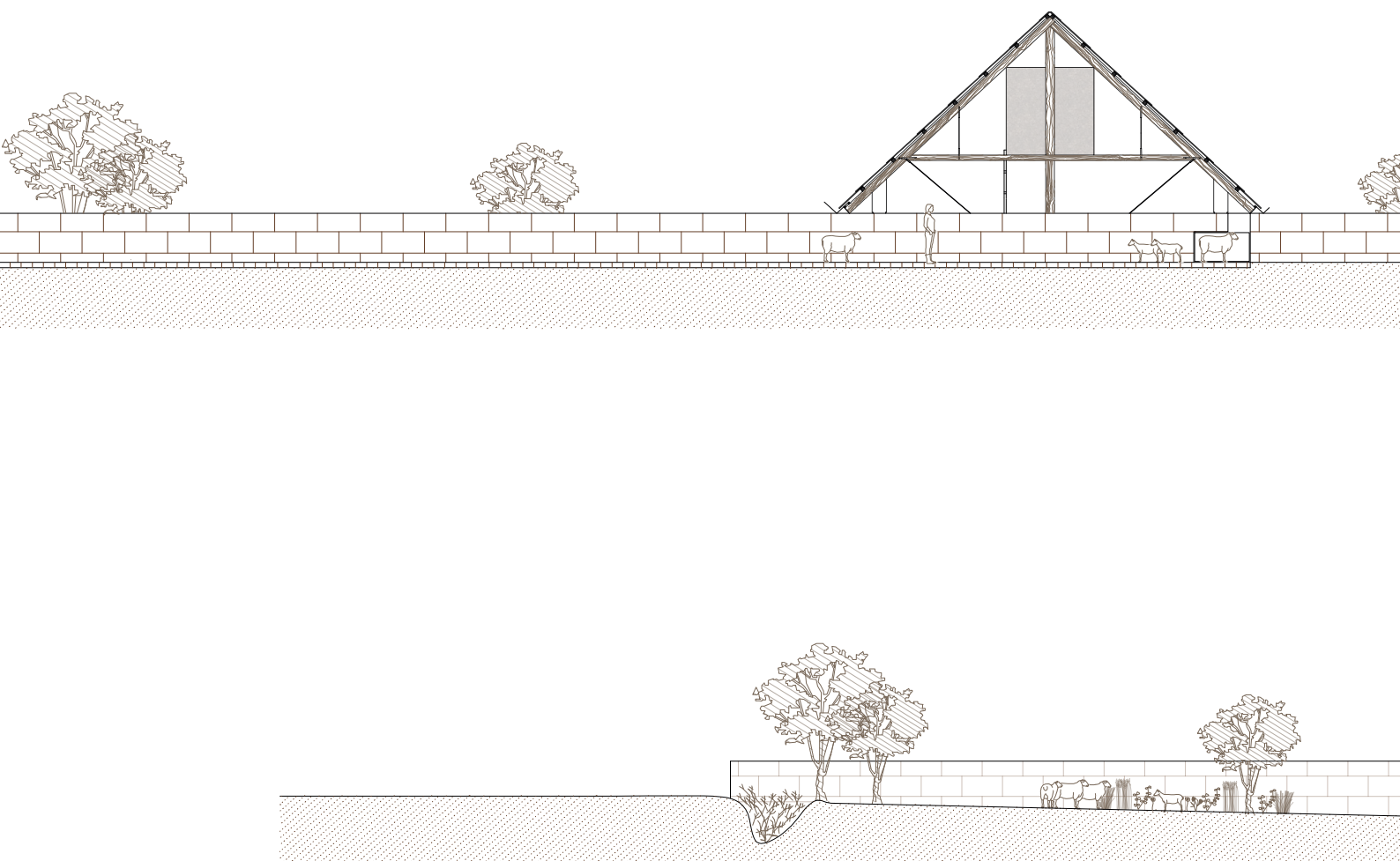


Ervilha
Pisum sativum



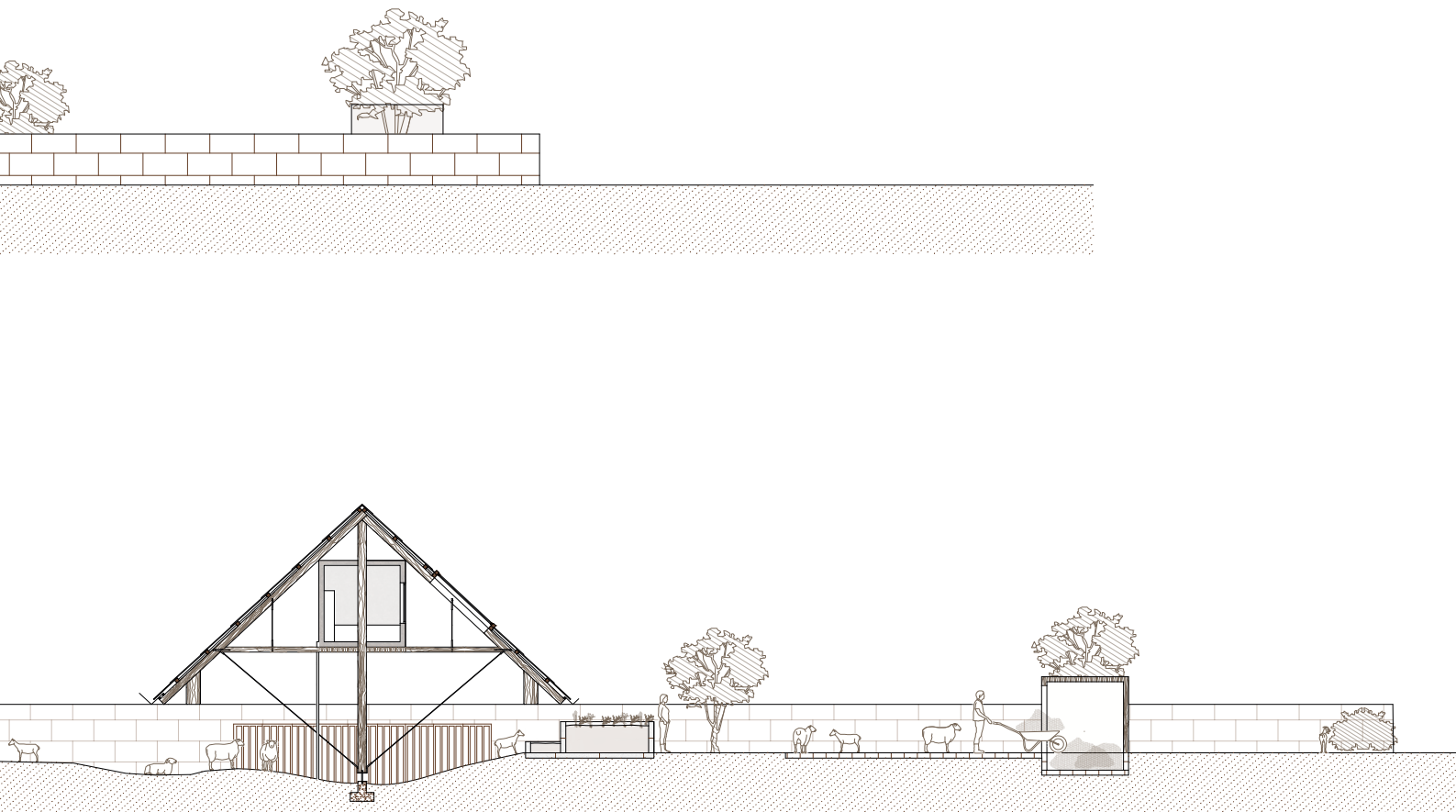
Ervilha
Trifolium repens

A existência de sementeiras no interior do curral, tem como objetivo fornecer alimento ao rebanho, quando este não seja solto.

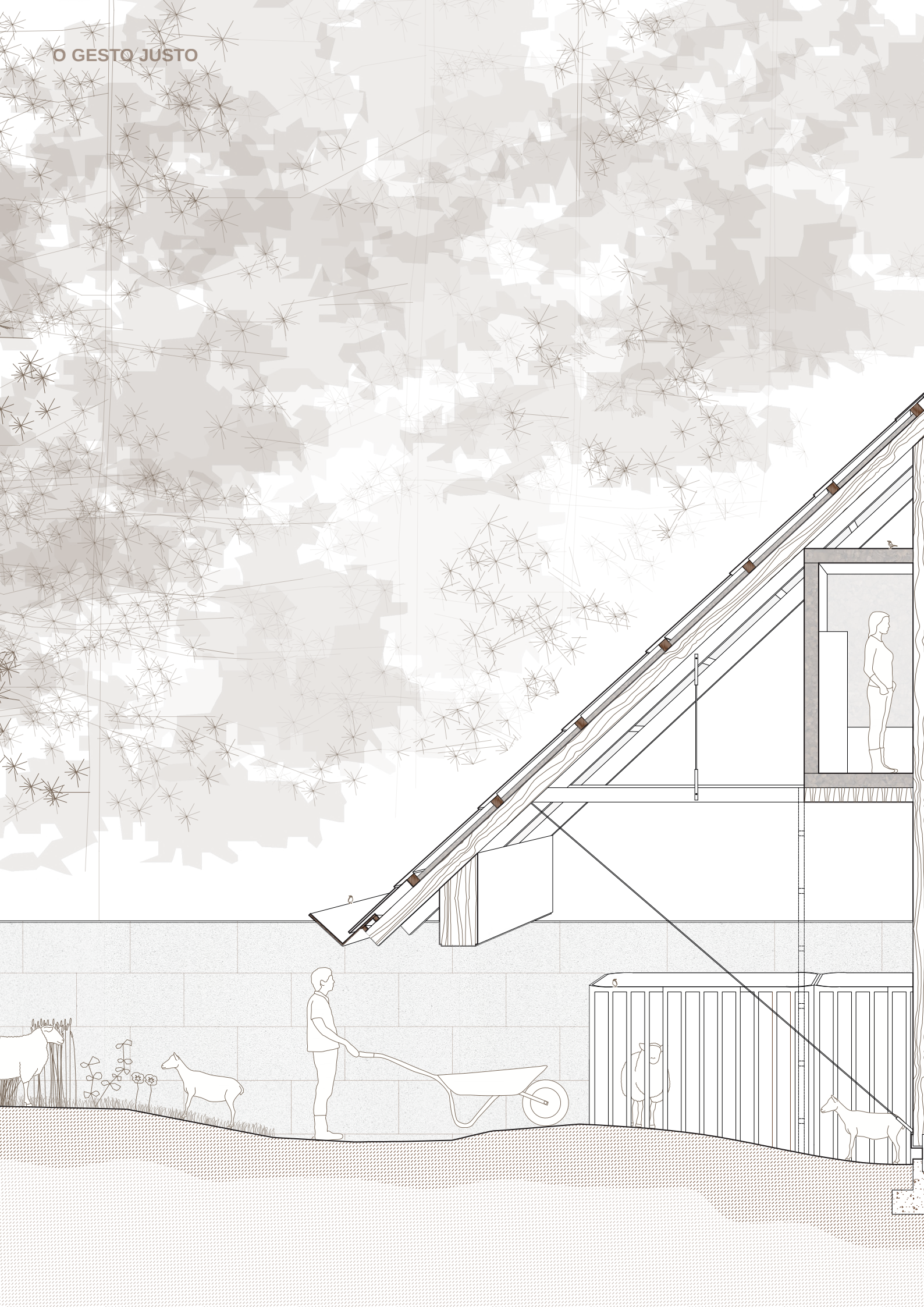


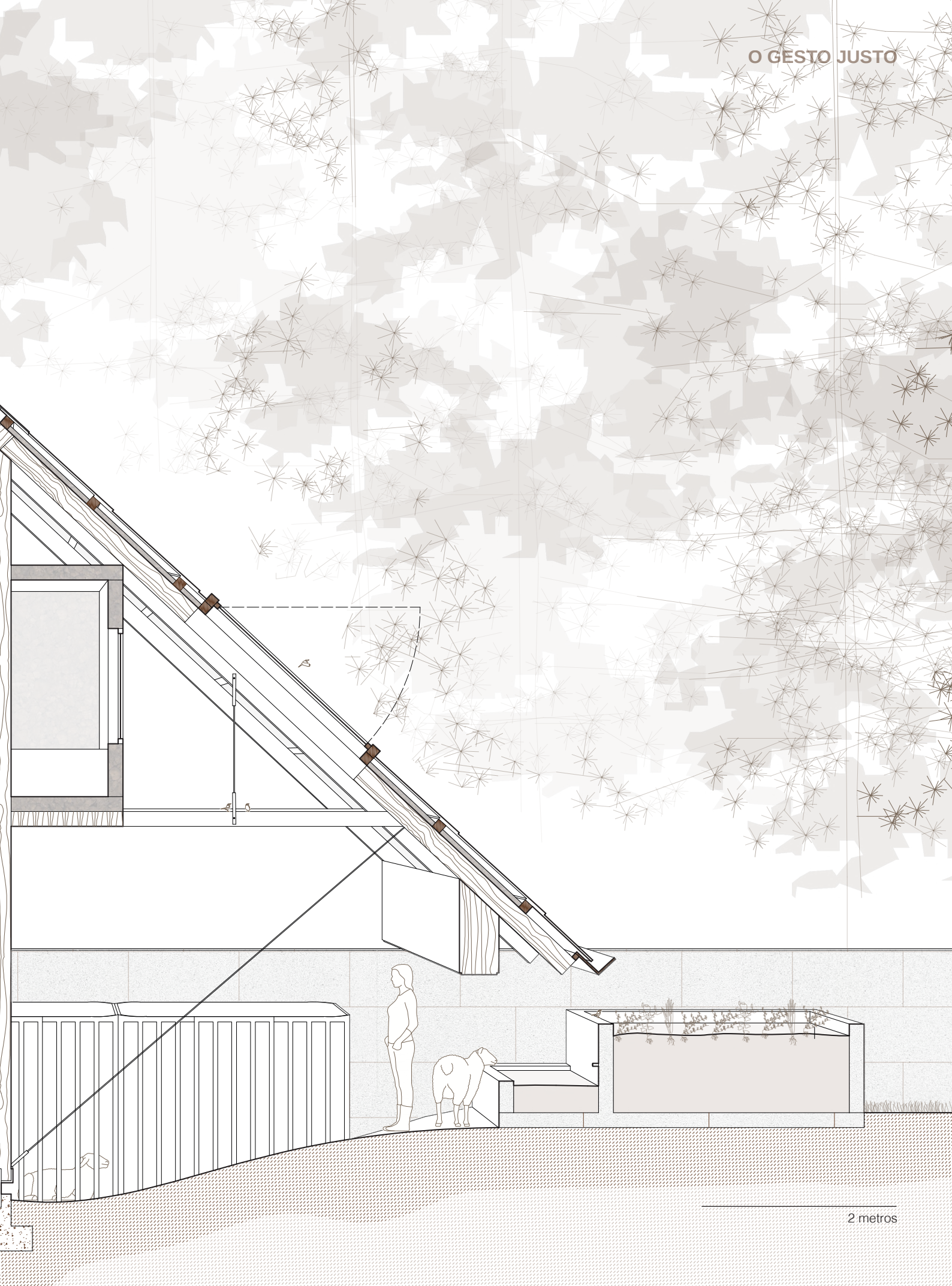
Alçado e corte do curral

10 metros

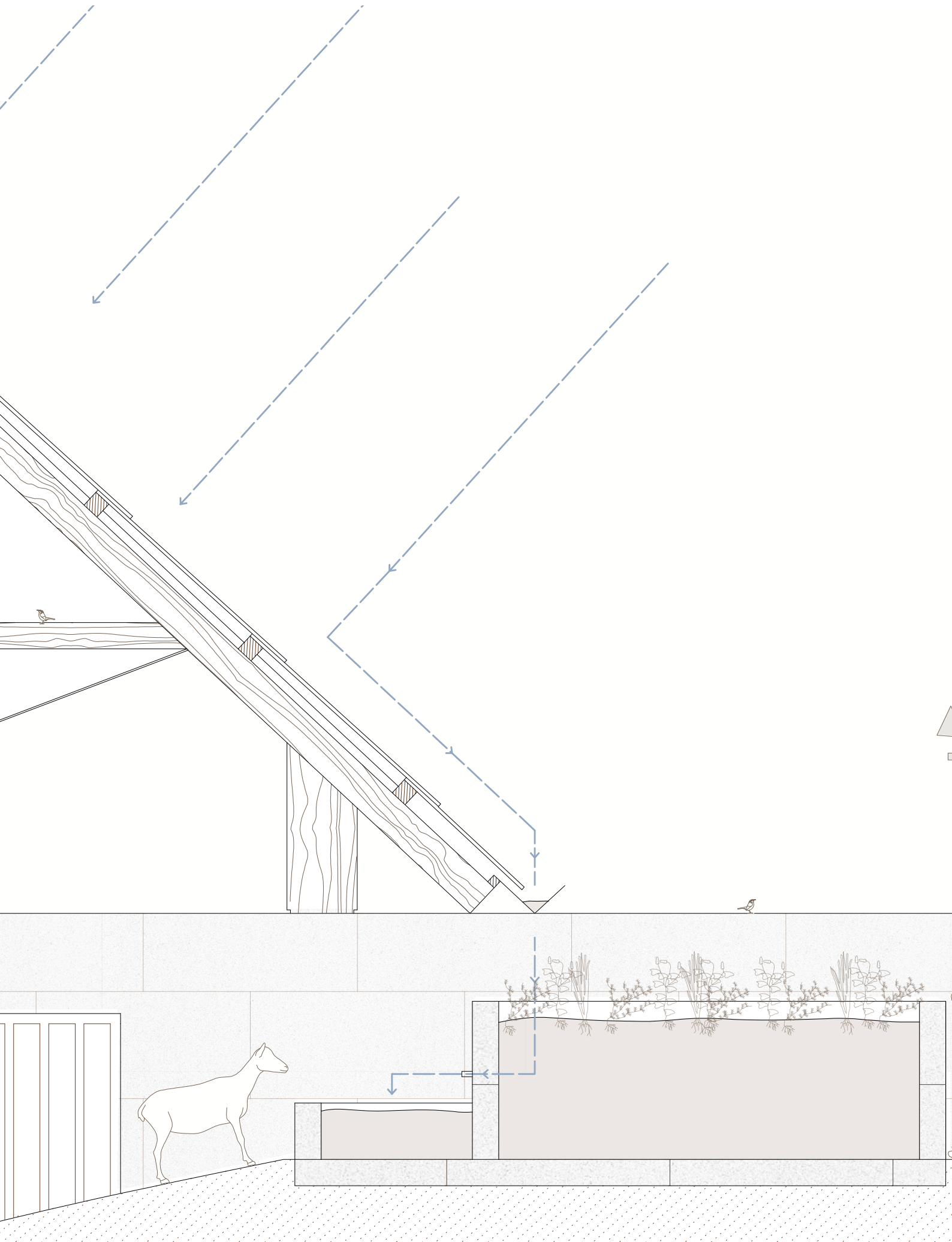


O GESTO JUSTO





2 metros



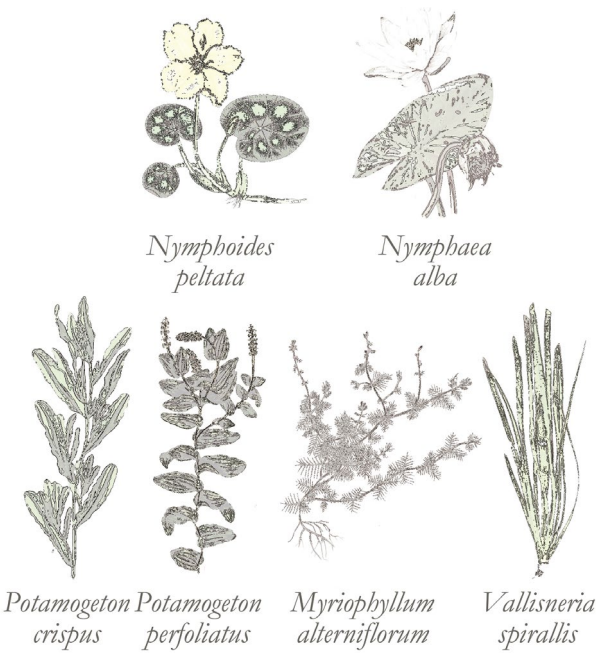
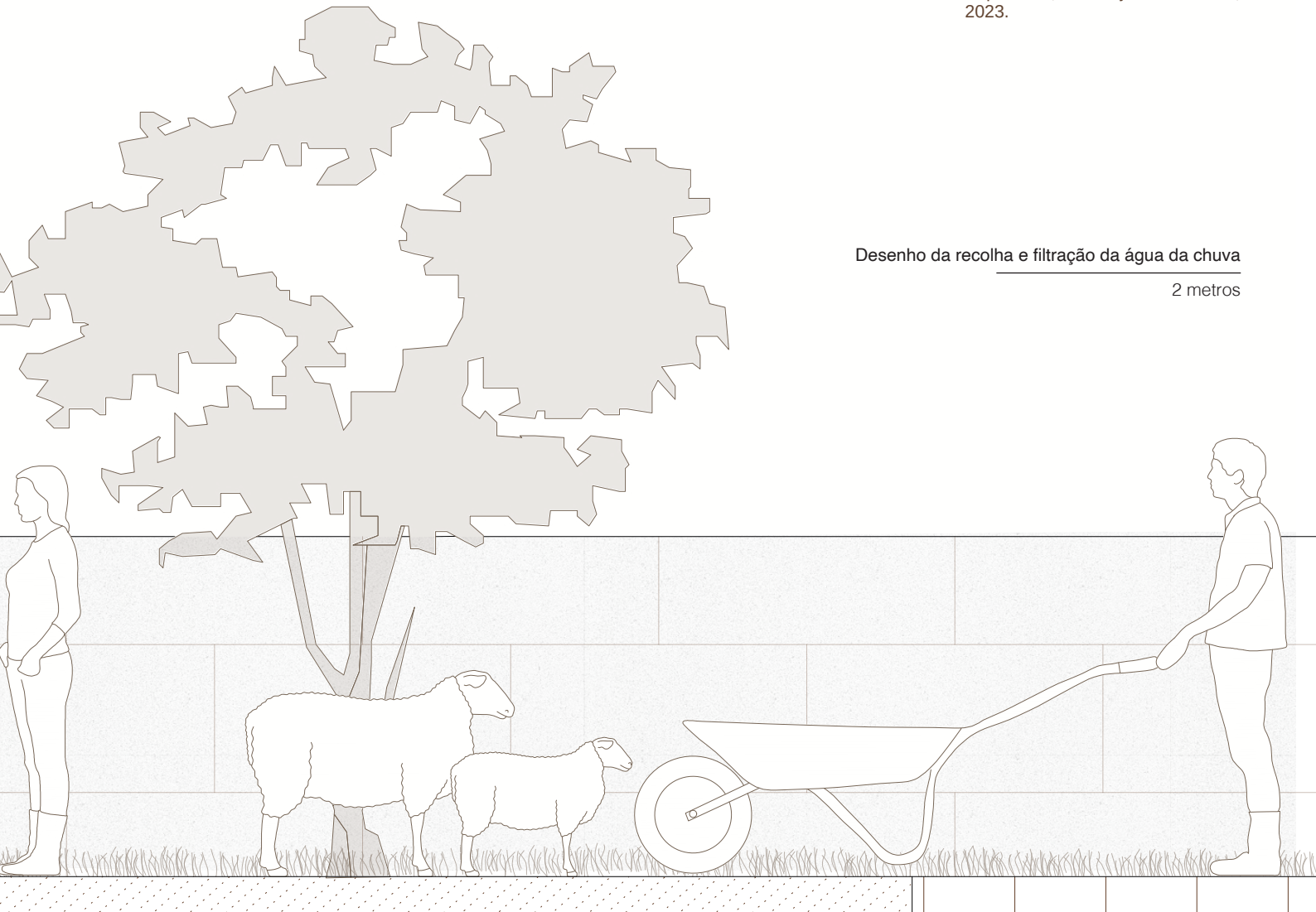
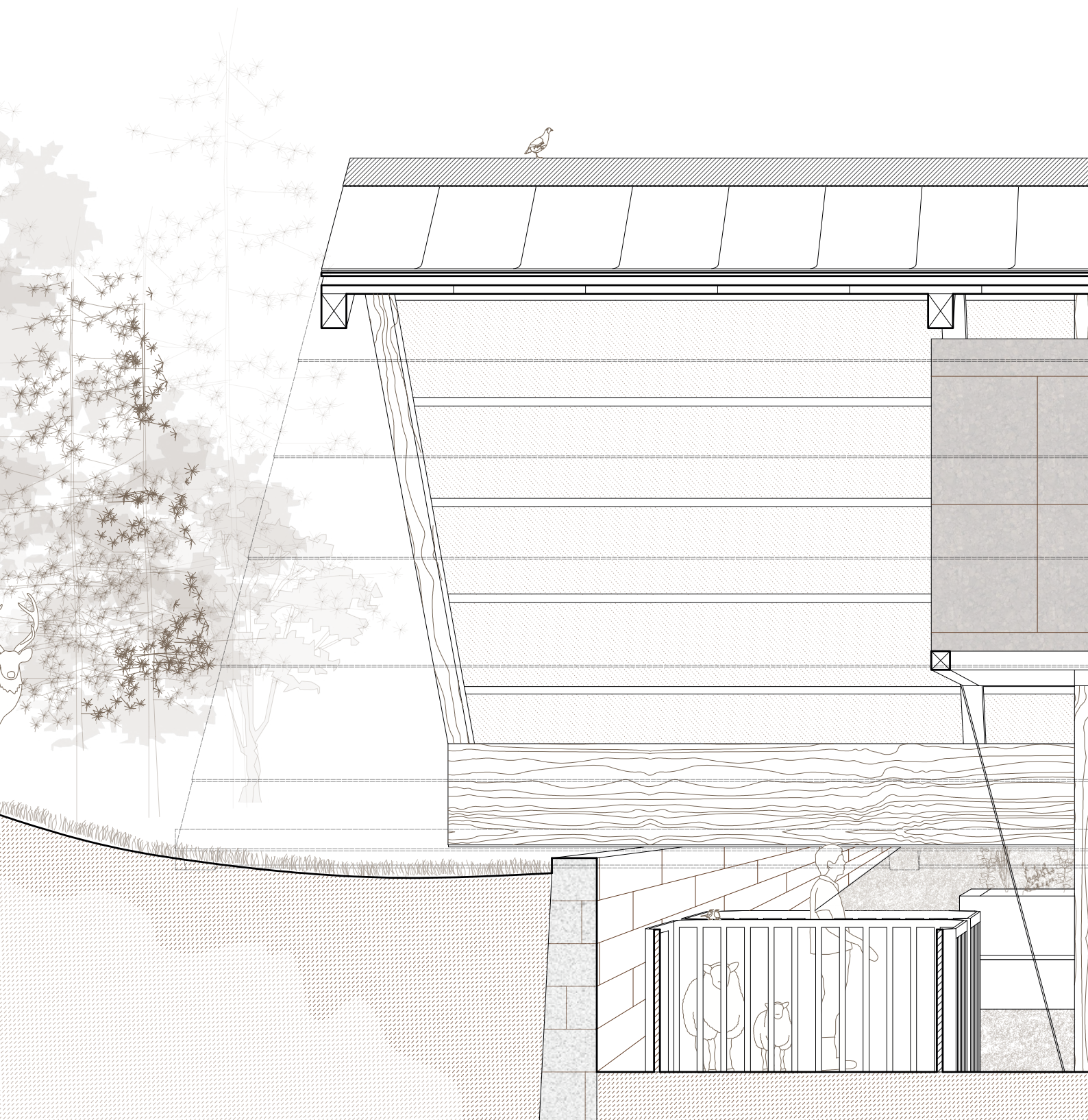


Figura 91. Espécies utilizadas em tanques de filtração do projeto “Saponaria”, “Canary in the mine”, 2023.

Desenho da recolha e filtração da água da chuva
2 metros





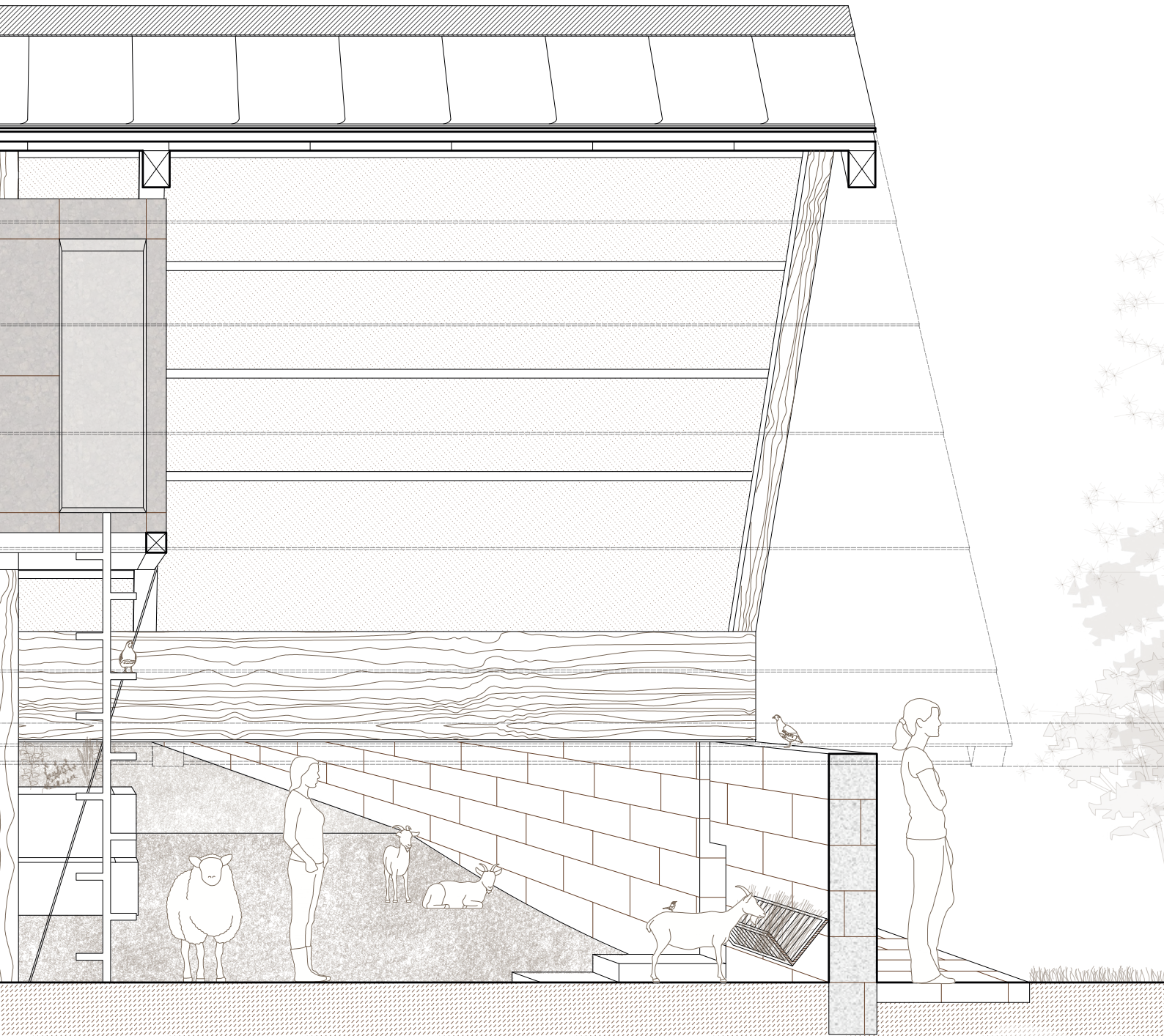
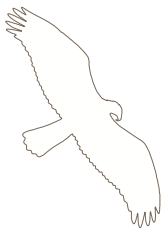




Figura 92. Colagem "O curral", sobre a fotografia do projeto "Corral" de Smiljan Radic. Autoria própria.

A seguinte reportagem fotográfica, permite mostrar de que forma o pastoreio é realizado, quais as suas semelhanças e diferenças e as adaptações que sofreu.

A primeira reportagem é na aldeia dos Cepos, em Arganil. O rebanho fotografado é comunitário e conta com a presença de mais de cento e oitenta cabras e um cão pastor, o Salvador, a caminhar nas encostas da serra. A maioria são de espécie trasmontana para se poderem adaptar bem às baixas temperaturas que se fazem sentir durante o inverno. Tive a oportunidade de perceber como funciona uma manhã, neste capril. A visita começou pelas oito horas, e quando cheguei, o pastor estava a tirar o leite das cabras. O espaço do capril está organizado com vedações metálicas, que separam as cabras que estão a produzir leite, a maternidade e ainda alguma cabra que precise de isolamento. Após a extração do leite, as cabras ocupam o espaço central, e são abertos os portões do capril, para que estas saiam e vão cumprir a sua função. Enquanto elas se encaminham pela encosta abaixo, o pastor distribui as folhas de milho pelos alimentadores, e as cabras seguem o seu caminho, como estão habituadas. Durante o percurso que fazem, ainda sozinhas, há uma divisão natural no rebanho, fazendo com que o grupo de cabras que não é de espécie trasmontana, se dirija para a encosta superior, enquanto as restantes se encaminham para a linha de água do outro lado da encosta. Passados uns minutos, o pastor e o Salvador dirigem-se ao encontro do rebanho, para encaminhar as cabras, caso necessário, para evitar que as encostas sejam sobre pastoreadas. A erosão do solo é visível, e explica-se pelo pastoreio guiado ser praticado de uma forma ineficaz. Durante uns minutos, pude observar as cabras até desaparecerem no horizonte, e perceber um pouco da logística do capril, inclusive a chegada de carregamentos de fardos. A manutenção do capril revela um enorme trabalho e dedicação por parte de um grupo de pessoas, mas é um projeto que revela um sucesso na manutenção da paisagem florestal dos Cepos.

A segunda reportagem é na Hípica de Oeiras, em Oeiras. Este rebanho de cabras anãs, é uma parte dos animais pertencentes à escola de equitação. As cabras andam soltas, dentro do recinto da escola e da Estação Agronómica, fazendo a manutenção do crescimento das ervas e dos arbustos. A existência deste rebanho, em conjunto com os restantes animais, no meio de um território maioritariamente urbano, constitui uma experiência da natureza muito relevante para a comunidade.

A terceira reportagem foi realizada na Herdade da Aroeira, na Charneca da Caparica. Foi uma reportagem espontânea, visto ter sido obrigada a parar no trânsito para que o rebanho, de cabras e ovelhas, pudesse fazer o atravessamento da estrada e mudar de terreno. É novamente a existência de pastoreio, no tecido urbano, e neste caso guiado por dois pastores que auxiliaram o rebanho na travessia. A quarta e última reportagem é em São Domingos de Rana, Cascais. Este é um rebanho com o qual estou familiarizada há alguns anos, pois é pastoreado num terreno adjacente a onde eu moro. Todos os dias posso assistir ao pastor e ao seu cão-pastor, a saírem com as ovelhas e ouvir as suas campainhas a ecoar pela encosta abaixo.

O pastoreio não deixou de existir, precisa de ser reinventado e a primeira e segunda reportagem, são exemplos de que os rebanhos podem desempenhar papéis importantes na manutenção da paisagem. É importante perceber como podemos incentivar esta atividade a jovens e às comunidades e ainda oferecer bons salários e condições, aos pastores.





Figuras 93|94|95|96. O capril dos Cepos, 2024.
Fotografias de Beatriz Duarte.





Figuras 97|98|99|100. A hípica de Oeiras, 2023-2024.
Fotografias de Beatriz Duarte.





Figuras 101|102|103|104. A herdade da Aroeira, 2024.
Fotografias de Beatriz Duarte.



Figuras 105|106. O pastor de São Domingos de Rana, 2024.
Fotografias de Beatriz Duarte.

O pastor alentejano

O pastor alentejano
tem seu cão por companhia
nos campos do Alentejo
onde passa noite e dia.

Onde passa noite e dia
todos os dias do ano,
tem seu cão por companhia,
o pastor alentejano.

À noite, ouvindo a raposa,
o rouxinol no silvado,
de samarra e safões,
encostado ao seu cajado.

Encostado ao seu cajado,
lá nos campos ao rigor,
anda a guardar o seu gado.
É a vida do pastor.

Música tradicional alentejana

Conclusão

O projeto procurou responder ao manifesto levantado pelo atelier no TOMO I, re-desenhando a paisagem florestal através da idealização de um percurso de transumância, e das possíveis relações entre o percurso e os que habitam a margem. Donna Haraway defende que as paisagens não são cenários estáticos, mas sim entidades vivas e formadas pelas relações de reciprocidade e simbiose, resultantes das interações dos organismos. Para compreender a paisagem com a qual iria trabalhar, procurou-se no ensaio perceber as evoluções da mesma, e assim propor novas formas estabelecer relações com ela. Esta ideia de que o comportamento é algo que molda um espaço físico, está presente neste projeto, que para além da construção de uma infraestrutura, propõe uma nova forma de olhar para o campo, para a floresta, para o ecossistema, para os seres vivos, para o pastoreio e para o pastor.

A ideia de transformar uma contrariedade numa oportunidade, revelou-se o motor do pensamento. Através do contacto com a comunidade, foi possível concluir que a floresta tem um papel muito importante na economia local, porém a sua gestão, transforma-a numa ameaça. Conclui que vários são os arquitectos, como Ribeiro Telles e Manuela Raposo, que defendem uma renovação da paisagem florestal, e a importância da consciencialização, de que a realidade dos incêndios rurais está intrinsecamente ligada à usurpação dos baldios. É importante notar que as ideias defendidas por Ribeiro Telles, e apresentadas nesta tese, têm mais de vinte anos, o que revela uma inércia face à gestão florestal, e que nada é mudado devido à existência de outros interesses. Se nada mudar, todos os anos poderemos assistir a séries de incêndios florestais, como em setembro deste ano, onde os incêndios em eucaliptais se tornaram incombustíveis. Contudo, tem de existir espaço para o fogo na floresta, sendo um elemento indispensável para a regeneração dos solos. O fogo em floresta, não é um como o fogo numa plantação de monoculturas.

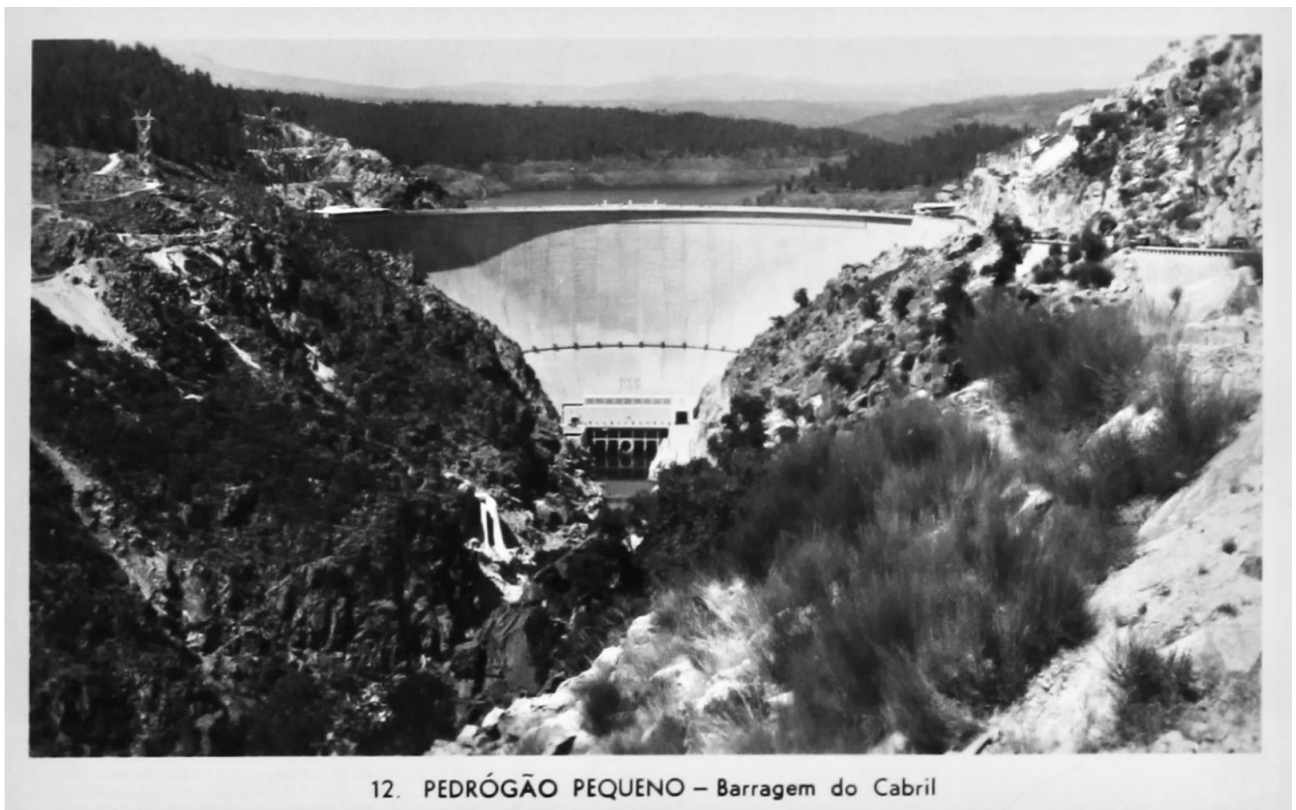
Através da reparação florestal, o projeto procura restabelecer a ideia defendida por Marot, de que a arquitetura teve um desenvolvimento intrínseco à agricultura, desde o início da humanidade. Reinventando a atividade do pastoreio e tornando o pastor coletivo, não só devolvemos os animais à natureza e ao ecossistema ao qual pertencem, mas fomentamos a criação de novas simbioses entre o humano e não-humano. A consciência de que todos os seres têm um papel num ecossistema e que a arquitetura pode responder às necessidades humanas e não-humanas, respeitando outras espécies e incluindo-as no pensamento, revela uma relação de reciprocidade que marca o futuro multiespécies. Apesar de vivermos no Antropoceno, e do próprio projeto constituir um desafio ao sentido de comunidade e à forma como o pastoreio é visto, a mudança na forma como pensamos é necessária e temos de nos reinventar para que haja um futuro.

A ideia de reparar a paisagem e de procurar a sua identidade, revela que apesar de existirem elementos que não pertenciam à paisagem originalmente, como a barragem e os eucaliptos, esta já desenvolveu relações intrínsecas com os mesmos, e assim o futuro não passa por erradicá-los, mas sim mediá-los. Contudo a longo prazo, a sua “extinção” deve ser ponderada.

Ao tentar perceber o processo de regeneração da floresta, concluí que esta representa um símbolo de esperança, porque apesar de a sua humanização não revelar ser sempre benéfica, a natureza vence sempre.⁷⁸ A natureza é autossuficiente e na realidade não necessita do homem, contudo a sua existência não pode ser negada, e a consciência de que a natureza no seu estado mais puro já não existe, mas sim uma natureza artificial. Esta artificialidade da natureza não é pejorativa, mas sim sinónimo de uma entreajuda entre o homem e a natureza.

78. Referência ao documentário “A Natureza Vence Sempre”, que retrata o renascer da paisagem na Cortina de Ferro, um espaço sobranceiro e que atualmente é protegido, devido a sua regeneração e aos ecossistemas que este produz.

A viagem pelas **ARQUITECTURAS NA MARGEM: O QUE TE FAZ FELIZ?**, teve início no postal de Cassiano Branco, cuja imagem era a Barragem do Cabril, vista de Pedrógão Pequeno. Durante estes meses, debati-me com qual seria a minha resposta sobre o que proporciona felicidade à margem. É uma pergunta difícil, semelhante à típica questão colocada por Daniel Oliveira, “O que dizem os teus olhos?”. Para todos os que vivem na margem, uma das coisas que os faz mais feliz, sem dúvida, é a Barragem. A magnitude da sua construção, o simbolismo de um marco tão importante estar no seu território, o facto de criar uma paisagem distinta e o espelho de água imenso, que une as duas margens. Diria que o que me fez feliz, ao longo desta experiência de ensaio e projeto, foi a oportunidade de conhecer e contactar com pessoas muito apaixonadas pela sua terra, e que partilharam comigo a felicidade que ela lhes dá.



12. PEDRÓGÃO PEQUENO – Barragem do Cabril

Figura 107. Postal ilustrado da Barragem do Cabril, em Pedrogão Pequeno, de Maria Luísa dirigido a Maria Elisa Branco [1954-1960] IX-R.Z.43 Cassiano Branco | Projectos para equipamentos hidroeléctricos | Rio Zêzere.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

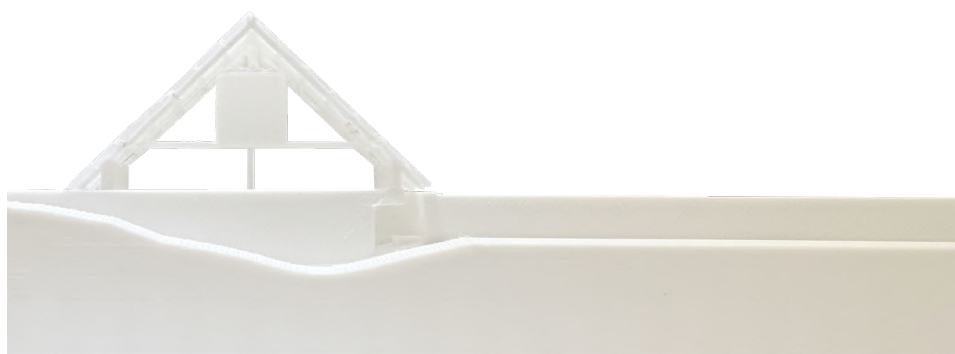
Maquetes





Figura 108. Maquete do Atelier Na Margem, 2024.
Fotografia de Miguel Matos.

Figura 109|110. Maquetes de estudo do curral, 2024.
Fotografias de Beatriz Duarte.



Índice de Imagens

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 1 | Capa do livro “Contra-Arquitectura”. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. | 17 | Recriação da fotografia anterior, no largo da Devesa. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. |
| 2 | Capa do livro “All Art is Ecological”. 2024. Apple Books. | 18 | “Vida Rural”. Fonte: AMPG. |
| 3 | Capa do livro “Fertile Futures I”. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. | 19 | <i>Idem.</i> |
| 4 | Capa do livro “Fertile Futures II”. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. | 20 | <i>Idem.</i> |
| 5 | Capa do livro “Futuros Multiespecie”. 2024. Fnac. | 21 | Ruína abandonada à entrada da vila de Pedrógão Grande. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. |
| 6 | Capa do livro “Pedrógão Grande: O direito à Arquitectura pós-incêndio”. 2024. Tigre de Papel. | 22 | <i>Idem.</i> |
| 7 | Regresso a Casa. 1978. AMPG. | 23 | Rebanho de ovelhas a pastorear num olival privado. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. |
| 8 | “Agritecture”. 2019. Sébastien Marot. Disponível em WWW: < https://agriculture-architecture.com/Agritecture >. | 24 | <i>Idem.</i> |
| 9 | Capa de “Tojos e Rosmaninhos”. 1907. Alfredo Keil. Fonte: Biblioteca Nacional [Consult. junho de 2024]. Disponível em WWW: < https://purl.pt/22710 >. | 25 | Rio de Onor, a boiada regressando da pastagem. JCI. Fonte: DGADR. |
| 10 | Pintura “Penedias por onde as cabras vão trepando...”. 1907. Alfredo Keil. Fonte: Tojos e Rosmaninhos. | 26 | Cartaz de propaganda do Estado Novo “Português! Aproveita todo o teu terreno!”. 1942. Fonte: Biblioteca Nacional [Consult. maio de 2024]. Disponível em WWW: < https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/270028-portugues-aproveita-todo-o-teu-terreno?offset=11 >. |
| 11 | Pinturas de Pedrógão Pequeno. 1907. Alfredo Keil. Fonte: Tojos e Rosmaninhos. | 27 | Mapa da localização dos baldios reservados provisoriamente. 1935. JCI. Fonte: DGADR. |
| 12 | <i>Idem.</i> | 28 | Capa da 1ª edição do livro “Quando os lobos uivam”, de Aquilino Ribeiro. 1958. Fonte: Bertrand. |
| 13 | <i>Idem.</i> | 29 | Frames da série “Quando os lobos uivam”, adaptada por Francisco Moita Flores. 2006. Fonte: RTP [Consult. Abril de 2024]. Disponível em WWW: < https://www.rtp.pt/programa/tv/p19262 >. |
| 14 | Capa do livro “Countryside a Report”. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte. | 30 | <i>Idem.</i> |
| 15 | Capa do livro “Taking the country’s side”. 2024. Artbooks. | 31 | <i>Idem.</i> |
| 16 | “Lembrando Velhos tempos”. 1980. Fonte: AMPG. | 32 | Inventário de baldios de Pedrógão Grande. 1938. JCI. Fonte: AMPG. |

- 33 Capa do “Estudo dos baldios não incluídos no plano de aproveitamento florestal de Leiria”. 1942. JCI. Fonte: DGADR.
- 34 Mapa dos baldios de Pedrógão Grande. 1942. JCI. Fonte: DGADR.
- 35 Capa do “Inquérito Agrícola e Florestal”, de Pedrógão Grande. 1957. Fonte: DGADR
- 36 Capa do “Inquérito Agrícola e Florestal”, da Serpente. 1958. Fonte: DGADR
- 37 Mapeamento dos baldios de Pedrógão Grande. 2024. Fonte: CMPG.
- 38 Rebanho de ovelhas a pastorear no monte da Nossa Sra. da Confiança. Fonte: AMPG.
- 39 Monte da Nossa Sra. da Confiança, Pedrógão Pequeno. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte.
- 40 Mapeamento dos cadastros dos terrenos, da área de investigação, a partir de dados do BUPi, consultados a 18 de setembro de 2024. Autoria própria.
- 41 Vista aérea da Barragem do Cabril, de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 42 Indústria Papeleira em Pedrógão Grande I. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 43 Indústria Papeleira em Pedrógão Grande II. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 44 Indústria Papeleira em Pedrógão Grande III. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 45 Fotografia da margem do Rio Zêzere, a montante da Barragem do Cabril. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte
- 46 Frame de vídeo de Silvia Benedito, da exposição “Habitar Lisboa”, curadoria de Marta Sequeira. 2024. Vídeo cedido por Margarida Ventosa.
- 47 Título de notícia da Quercus, 16 de março de 2023. Fonte: Quercus [Consult. agosto de 2024]. Disponível em WWW: <<https://quercus.pt/2023/03/quercus-e-acrescimo-denunciam-a-persistencia-de-ilegalidade-em-iniciativa-promovida-pelas-celuloses-em-pedrogao-grande/>>.
- 48 Fotografias de “plantações de eucaliptais geridas”. Fonte: Biond.
- 49 *Idem.*
- 50 *Idem.*
- 51 Esquemas ilustrativos do mosaico para espécies polinizadoras. Fonte: Pollinator [Consult. março de 2024]. Disponível em WWW: <<https://pollinator.art/pathmaker>>.
- 52 *Idem.*
- 53 *Idem.*
- 54 *Idem.*
- 55 Grelha de plantação de espécies autóctones. 2024. Alexandra Ginsberg. Fonte: Pollinator.
- 56 Espécies de fauna local. 2024. Fotografias de Beatriz Duarte.
- 57 Capa do livro “Vida no Campo”. 2012. Álvaro Domingues. Fonte: Dafne Editora.
- 68 Plantas do POA. 2002. Fonte: CMPG.
- 69 *Idem.*
- 70 Colagem “Cenários (Re)Imaginados I”. 2024. Autoria própria.
- 71 Colagem “Cenários (Re)Imaginados II”. 2024. Autoria própria.
- 72 Colagem “Cenários (Re)Imaginados III”. 2024. Autoria própria.
- 73 Colagem “Cenários (Re)Imaginados IV”. 2024. Autoria própria.
- 74

-
- 75 Tapete “The unicorn rests in a Garden”. 1495–1505. Fonte: MET Museum [Consult. julho de 2024]. Disponível em WWW: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/467642>>.
- 76 Tapete “Verdure with animals, a private garden and a source of life”. 1500-1525. Fonte: Canvas Prints [Consult. julho de 2024]. Disponível em WWW: <https://canvasprints.com/products/verdure-with-animals-a-private-garden-and-a-source-of-life-anonymous-c-1500-c-1525?srltid=AfmBOootKJr7bYHzVbaEc-VdsDjF8DaOgZl6z80GJJrGPHLJWh0y3_Dg9>.
- 77 Ilha de Inisheer I, Irlanda. 1976. Werner Blaser. Fonte: Orthos Logos [Consult. setembro de 2024]. Disponível em WWW: <<https://orthoslogos.fr/photographie/inisheer/>>.
- 78 Idem.
- 79 “A Congolese village in the mid 19th century”. 1888. Fonte: Alamy [Consult. setembro de 2024]. Disponível em WWW: <www.alamy.com>.
- 80 Aerial view of Maasai boma. 2010. Martin Harvey. Fonte: Alamy [Consult. setembro de 2024]. Disponível em WWW: <www.alamy.com>.
- 81 Ilha de Inisheer II, Irlanda. 1976. Werner Blaser. Fonte: Orthos Logos [Consult. setembro de 2024]. Disponível em WWW: <<https://orthoslogos.fr/photographie/inisheer/>>.
- 82 INFINITE MOTIVE. 2015. Fonte: Divisare [Consult. setembro 2024]. Disponível em WWW: <<https://divisare.com/projects/302365-pezo-von-ellrichshausen-finite-format>>.
- 83 Colagens da plantação e evolução da sebe-viva. 2024. Autoria própria.
- 84 Sebe-viva, do livro “Hedge and hedgelaying: a Guide to planting, management and conservation”. 2006. Murray Maclean.
- 85 Queda de água e bacia de retenção. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte.
- 86 Muro de contenção de xisto. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte.
- 87 Vista aérea do local A. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 88 Vista frontal do local B, visto da outra margem. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte.
- 89 Fauna e troncos cortados. 2024. Fotografia de Beatriz Duarte.
- 90 Vista aérea do local B. 2024. Fotografia de Miguel Matos.
- 91 Espécies utilizadas em tanques de filtração do projeto “Saponaria”, “Canary in the mine”. 2023.
- Colagem “O curral”, sobre a fotografia do projeto “Corral” de Smiljan Radic. 2024. Autoria própria.
- 92 O capril dos Cepos. 2024. Fotografias de Beatriz Duarte.
- 96
- 97 A hípica de Oeiras. 2023-2024. Fotografias de Beatriz Duarte.
- 100
- 101 A herdade da Aroeira. 2024. Fotografias de Beatriz Duarte.
- 104
- 105 O pastor de São Domingos de Rana. 2024. Fotografias de Beatriz Duarte.
- 106
- 107 Postal ilustrado da Barragem do Cabril, em Pedrogão Pequeno, de Maria Luísa dirigido a Maria Elisa Branco [1954-1960] IX-R.Z.43 Casiano Branco | Projetos para equipamentos hidroeléctri-

cos | Rio Zêzere.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

108 Maquete do Atelier Na Margem. 2024. Fotografia de Miguel Matos.

109 Maquetes de estudo do curral. 2024. Fotografias de Beatriz Duarte.

110

Referências Bibliográficas

A

Ateliernob, Trabalhar com os 99%. (2022). Pedrógão Grande: O Direito à Arquitetura pós incêndio. Livraria Tigre de Papel.

C

Cantera, A. L., Núñez, A., Wong, A. M., Thomley, L., Horne, L., Velarde, M., Chappuis, M. J., Piderit G, M. F., Ptqk, M., Marques, N., Méndez, P., Scheinkopf, P., Coelho, S. L., Junior, W. M. O., & Castro, A. (2023). Futuros Multiespecie. Práticas Vinculantes para um planeta em emergência. Stockholm University.

Constituição da República Portuguesa [CRP], 1976, art. 66. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto- aprovacao-constituicao/1976-34520775>.

Correia, A., Telles, G. R. (2003, 14 de Agosto). A limpeza da floresta é um mito? Visão. No545.

Correia, L. (2021). Contra-Arquitectura. Livro verde. Efabula.

D

Domingues, A., Salgueiro, A., Tostões, A., Carapinha, A., Atelier, C., Studio, D. S., Monteiro, E., Castanheira, E., Ferreira, F., Marques, G., Atelier, I., Porteiro, J. M., Fernandes, J. P. M., Astorri, L., Waco, M., Verzier, M. O., Pedrêz., Gadanho, P., Alonso, P. I., Atelier, P., Transcribers, S. (2023). Fertile Futures. Volume I. Architectural Affairs.

Domingues, A., Salgueiro, A., Tostões, A., Carapinha, A., Atelier, C., Studio, D. S., Monteiro, E., Castanheira, E., Ferreira, F., Marques, G., Atelier, I., Porteiro, J. M., Fernandes, J. P. M., Astorri, L., Waco, M., Verzier, M. O., Pedrêz., Gadanho, P., Alonso, P. I., Atelier, P., Transcribers, S. (2023). Fertile Futures. Volume II. Architectural Affairs.

G

Grande, C. M. P. (1938). Inventário de baldios de Pedrógão Grande. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande, Leiria, Portugal.

Guerreiro, F. (2022). Colónias Agrícolas. Dafne Editora.

I

Interna, J. C. (1935). Reconhecimento dos Baldios do Continente. Vol. I. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Interna, J. C. (1941). Reconhecimento dos Baldios do Continente. Vol. III. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Interna, J. C. (1942). Estudo dos baldios não incluídos no plano de aproveitamento florestal nem reservados. Distrito de Leiria. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Interna, J. C. (1954). Baldios de Portugal Continental. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

K

Keil, A. (1907). Tojos e Rosmaninhos. A Editora.

Koolhaas, R. (2020). Countryside, A report. Taschen.

M

Magalhães, M. R. (2018, 7 de Fevereiro). Incêndios rurais, secas e inundações. Público. <https://www.publico.pt/2018/02/07/sociedade/opiniao/incendios-rurais-secas-e-inundacoes-1799875>.

Marot, S. (2019). Taking the Country's Side. Agriculture and Architecture. Polígrafa.

Mata, A., Gomes, A. A., Menéres, A., Freitas, A. P., Araújo, A., Martins, A. P., Dias, C. C., Castro, C., Távoira, F., Torres, F., Amaral, F. K., Dias, F. S., George, F., Malato, J. J., Lobo, J. H., Pereira, N. T., Filgueiras, O. L., Pimentel, R. (1961). Arquitectura Popular em Portugal. Associação dos Arquitectos Portugueses.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2002). "Regulamento do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia". Diário da República, 1a série

B, N.o 61 (13 de março de 2002):2258-70. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/45-2002-265296>.

Morton, T. (2021). *All Art is Ecological*. Penguin Books.

N

Neves, R. P. (1935). *Pedrógão Grande (Estância de Cura e Turismo)*. Casa de Pedrógão Grande.

O

Ordem dos Arquitectos. (2001). *Estatuto e Deontologia*. Ordem dos Arquitectos. <https://arquitectos.pt/documentos/1219079694A7bDQ1rv7Mr86QB5.pdf>.

Q

Quercus, Acréscimo. (2023, 16 de Março). *Quercus e Acréscimo denunciam a persistência de ilegalidade em iniciativa promovida pelas celulosas em Pedrógão Grande*. Quercus. <https://quercus.pt/2023/03/16/quercus-e-acrescimo-denunciam-a-persistencia-de-ilegalidade-em-iniciativa-promovida-pelas-celulosas-em-pedrogao-grande/>.

R

Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1957). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho de Pedrógão Grande*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Rio, V. B., Lobo, J. M. P., Cunha, J. C., Desterro, A., Pires, A. L., Amorim, M. P., Jordão, R. C., Castro, J. L., Nogueira, C. S. (1958). *Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho da Sertã*. Arquivo DGADR, Lisboa, Portugal.

Rodrigues, M. (1987). *Os baldios*. Caminho.

S

Sem autor. (1978). *Novo dicionário ilustrado Luso-bra-*

sileiro. Lello e Irmão.

Skulska, I., Pacheco, R., Colaço, M. C., Sequeira, A. C., Rego, F. C., Acácio, V. (2023). *Gestão das áreas florestais comunitárias/baldios em Portugal*.

Skulska, I., Montiel-Molina, C., Germano, A., Rego, F. C. (2021). *Evolution of Portuguese community forests and their governance based on new institutional economics*.

T

Travasso, N. (2022, julho). *Baldios: res communis. Baldios #00 [Meter o Chão à boca]*. Porto: A Recoletora.

W

Watson, J. (2019). *Lo-TEK: Design by Radical Indigenism*. Taschen.